



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

FLÁVIO ELIZIARIO DE SOUZA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO
PRONATEC NO CAMPUS DE PARAÍSO DO TOCANTINS DO IFTO**

PALMAS – TO

2015

FLÁVIO ELIZIARIO DE SOUZA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO
PRONATEC NO CAMPUS DE PARAÍSO DO TOCANTINS DO IFTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Dr^a. Liliam Deisy Ghizoni

PALMAS – TO

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729e Souza, Flávio Elizario de.

Educação Profissional e Tecnológica: Análise do Pronatec no Campus de Paraisópolis do Tocantins do IFTO. / Flávio Elizario de Souza. – Palmas, TO, 2015.

132 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2015.

Orientadora : Liliam Deisy Ghizoni

1. Políticas Públicas . 2. Educação Profissional . 3. Pronatec. 4. Formação Inicial e Continuada (FIC). I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FLÁVIO ELIZIÁRIO DE SOUZA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PRONATEC
NO CAMPUS DE PARAÍSO DO TOCANTINS DO IFTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas
da Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientador(a): Profa. Dra. Liliam Deisy
Ghizoni

Aprovada em 11/09/2015.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Liliam Deisy Ghizoni (orientadora)



Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior (membro interno)



Prof. Dr. Edi Augusto Benini (membro externo)

DEDICATÓRIA

Às mulheres da minha vida, minha mãe, Ivone Maria Cabral de Souza (*in memoriam*), e minha esposa, Joyce Danielle Batista Martins de Souza.

AGRADECIMENTOS

Nesta jornada árdua e de muita aprendizagem agradeço primeiramente a Deus. “Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (Mc 8.36). Toda a honra e toda a glória ao único que é digno de toda a adoração e de todo o louvor.

Agradeço em especial à minha orientadora, professora Dr^a. Liliam Deisy Ghizoni, que sempre conduziu as orientações com muita dedicação e amor, pronta para colaborar nas horas alegres e também nas horas de maior desânimo. Sempre aberta a discutir o melhor caminho, ouvindo e contribuindo da melhor forma. Além disso, um ser humano formidável que não se deixa levar pelos egos da efêmera vida humana.

Aos colegas de mestrado, que sempre foram solícitos e colaborativos nas discussões em sala de aula, com os quais aprendi muito. Aos professores do Programa por se preocuparem com este Projeto e buscarem a sua melhoria. A UFT por ter possibilitado toda a minha formação superior: graduação, especialização e, agora, mestrado.

Ao Campus de Paraíso do Tocantins por ter apoiado a pesquisa e disponibilizado as informações necessárias. À coordenação do Pronatec, na pessoa da servidora Poliana Martins. À servidora Fábila pelas informações do Sistec. Ao servidor Lindomar Francisco Mendonça pelo apoio incondicional. A Michele pela ajuda com os questionários. Ao servidor Reginaldo dos Santos Araújo pela imensa disponibilidade.

Aos sujeitos da pesquisa, sem os quais não seria possível a realização do trabalho. A cada egresso, cada família que sonha com um futuro melhor e busca, tanto no trabalho quanto no conhecimento, uma chance para ser senhor de sua própria história.

Aos amigos Daniel Pires Vargas, Carlos Mendonça, Elivan, Valdson e Raimundo Nonato pela força e entendimento neste período de afastamento. E, por fim, à minha querida esposa, Joyce Danielle Batista Martins – pessoa muito especial que de forma incondicional sempre me apoiou e a quem amo muito. Dentre estes citados, foi quem sentiu todas as minhas dificuldades, entendeu a minha ausência e com ela sofreu – todo esse entendimento só foi possível pelo amor que tem por mim.

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica implementada pelo Estado existe desde 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha, sendo oferecida inicialmente aos desvalidos de fortuna. Na primeira década do século XXI, essa modalidade ganhou visibilidade com a expansão dos Institutos Federais de Educação, principalmente com a educação profissional técnica de nível médio, na forma integrada, em que são obrigatórios 50% das vagas para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. No entanto, essa lógica foi descontinuada com a criação do Pronatec, em 2011. O programa privilegia uma educação fragmentada, com a oferta de cursos que não são integrados e com as mesmas nuances do século passado, ou seja, com uma educação dicotomizada entre o pensar e o fazer. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a política pública do Pronatec no Campus de Paraíso do Tocantins (IFTO) executado nos anos de 2012 e 2013. São analisados especificamente os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com carga horária mínima de 160 horas e máxima de 200 horas, ministrados em grande parte a estudantes do Ensino Médio da rede estadual de educação do estado do Tocantins. Para tanto, a pesquisa se guiou dentro dos eixos da condição profissional, educacional e social dos egressos do Programa, sobretudo quanto à inserção destes no mercado de trabalho, aos resultados na vida estudantil e à influência da política em sua renda. Fundamentou-se a investigação dentro de uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa e utilizou-se estatística descritiva e análise de conteúdo segundo o modelo metodológico de Bardin (2009). Os resultados apontam que uma parte dos egressos se encontra frustrada por estarem desempregados e outra parte por estarem ocupados em setores diferentes da qualificação obtida. Os que estão ocupados auferem no máximo um salário mínimo e estão inseridos em atividades informais e precarizadas. A renda, por sua vez, não foi alterada no período do curso; os egressos não perceberam nenhuma melhoria nesse sentido. Por outro lado, a influência do programa na vida estudantil dos egressos se mostrou positiva, muitos tiveram contato com novos conhecimentos e acessaram disciplinas que os levaram a seguir na área ou mesmo a descartá-las por falta de identificação. Apesar deste ponto positivo, os resultados, de forma geral, não confirmam uma melhoria na condição de vida dos egressos nos eixos norteadores da pesquisa, o que corrobora toda a crítica construída sobre o Pronatec.

Palavras-chave: educação profissional, formação inicial e continuada, Pronatec.

ABSTRACT

The Vocational and Technological Education has existed implemented by the State since 1909. Created in the government of President Nilo Peçanha, it was initially offered to the underprivileged. In the first decade of this century, this modality gained visibility with the expansion of the Federal Institutes of Education, particularly with technical courses integrated into the high school, with 50% of the vacancies compulsorily reserved for graduates of Primary Education and the public of the Youth and Adult Education. However, this logic was broken with the creation of Pronatec in 2011. The Program favors a fragmented education, its courses are no longer integrated to High School and have the same nuances of the last century, that is, a dichotomized education between *thinking* and *doing*. However, this logic was broken with the creation of Pronatec in 2011. The Program favors a fragmented education with the same nuances of the last century: a dichotomized education between *thinking* and *doing*. In this context, this study aimed to analyze the Pronatec public policy in the Paraíso do Tocantins Campus (IFTO), implemented in the years 2012 and 2013. We specifically analyze the Initial and Continuing Qualification courses (FIC) with a minimum workload of 160 hours and a maximum of 200 hours, taught largely to high school students of the State Education Network of the state of Tocantins. Therefore, the research is carried out within the axes of professional, educational and social development status of program graduates, especially regarding their inclusion in the labor market, the resulting changes in these students' lives, and the influence of such policy on their income. The research was developed within both a quantitative and qualitative approach and used descriptive statistics and content analysis according to the Bardin (2009) methodological model. The results reveal that part of the graduates is frustrated by being unemployed and the other part because they are engaged in sectors other than that of their qualification. Those who are occupied earn up to one minimum wage and work in precarious and informal activities. Income, in turn, did not change during the course period; the graduates did not notice any improvement in that aspect. On the other hand, the influence of the Program on student life of graduates was positive, many had contact with new areas of knowledge and had access to disciplines that led them to follow in the area or even discard them due to lack of identification. Despite this positive point, the results, in general, do not confirm an improvement in the living conditions of graduates in the guiding principles of the research, which supports all criticism built on the Pronatec policy.

Keywords: professional education, initial and continuing education, Pronatec.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica da cidade de Paraíso do Tocantins em amarelo	13
Figura 2– Média salarial dos municípios da Região Administrativa de Paraíso-TO	16
Figura 3 – Estruturação lógica da pesquisa	19
Figura 4 – Modelo Incremental de Políticas Públicas	41
Figura 5 – Evolução da Educação Profissional por unidades construídas	43
Figura 6 – Instituições e atores envolvidos na execução do Pronatec.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor adicionado por setor PIB do município de Paraíso-TO.....	14
Tabela 2 – População da região administrativa de Paraíso/TO.....	15
Tabela 3 – IDHM dos Municípios da Região Administrativa de Paraíso-TO.....	17
Tabela 4 – Total de Concluintes por Curso FIC do Pronatec em 2012.....	21
Tabela 5 – Total de Concluintes por Curso FIC do Pronatec em 2013.....	22
Tabela 6 – Unidades de registro recorrente da Análise de Conteúdo.....	30
Tabela 7 – Transferências anuais de recursos aos parceiros ofertantes do Pronatec de 2011 a maio\2014 em (R\$).....	66
Tabela 8 – Variáveis sexo, cor e idade dos egressos do Pronatec.....	72
Tabela 9 – Escolaridade dos responsáveis pelos Egressos do Pronatec.....	73
Tabela 10 – Variável renda familiar e efeito do Pronatec na renda dos egressos.....	74
Tabela 11 – Ocupação dos responsáveis pelos egressos do Pronatec por sexo.....	75
Tabela 12 – Variáveis nº moradores, auxílio do governo e renda dos egressos do Pronatec...	76
Tabela 13 – Bens declarados pelos egressos do Pronatec.....	77
Tabela 14 – Variáveis Série, repetência e conhecimento dos Egressos do Pronatec.....	78
Tabela 15 – Escola de origem dos egressos do Pronatec.....	79
Tabela 16 – Quantidade de cursos realizados e avaliação dos cursos pelos egressos do Pronatec.....	80
Tabela 17 – Condições de trabalho, vida e qualificação pós Pronatec.....	81
Tabela 18 – Avanços e facilidades percebidas pelos egressos pós Pronatec.....	82
Tabela 19 – Influência do Pronatec nos estudos dos egressos.....	82
Tabela 20 – Características dos empregos dos egressos ocupados do Pronatec.....	83
Tabela 21 – Emprego dos egressos do Pronatec por setor da economia do município de Paraíso-TO.....	84
Tabela 22 – Favorecimento na hora de se conseguir um emprego por ter feito os cursos do Pronatec.....	84
Tabela 23 – Tratamento dado aos egressos do Pronatec pelo mercado local e percepção quanto a escolha de uma profissão.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos FIC ofertados pelo Campus de Paraíso do Tocantins por meio do Pronatec nos anos de 2012/13	7
Quadro 2 – Construção lógica do instrumento de coleta de dados.....	25
Quadro 3 – Estruturação das questões abertas do Questionário de Pesquisa	28
Quadro 4 – Síntese dos principais elementos das Políticas Públicas	34
Quadro 5 – Modelos de formulação e análise de políticas públicas.....	38
Quadro 6 – Principais Leis e Decretos da Educação Profissional na era Vargas	52
Quadro 7 – Evolução da Educação Profissional e Tecnológica	60
Quadro 8 – Lei nº 12.513 – Ações do Pronatec.....	64
Quadro 9 – Eixos Tecnológicos Pronatec de Cursos FIC	64
Quadro 10 – Lei nº 12.513 – Objetivos do Pronatec	69
Quadro 11 – Objetivos do Pronatec de acordo com seus gestores	69
Quadro 12 – Categorias de análise segundo dados qualitativos da pesquisa	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Justificativa	8
1.2. Formulação da Situação Problema	10
1.3. Objetivo Geral.....	11
1.4. Objetivos Específicos	12
1.5. Delimitação do Estudo.....	12
1.5.1. O Campus de Paraíso do Tocantins	12
1.5.2. A cidade de Paraíso do Tocantins.....	13
1.6. Descrição da Organização da Dissertação	17
2. METODOLOGIA.....	19
2.1. População e Amostra	20
2.2 Instrumento de coleta de dados.....	24
2.3. Procedimentos de Coleta de Dados.....	25
2.4. Procedimentos para Análise dos Dados.....	27
2.4.1. Estatística descritiva para as questões fechadas	27
2.4.2. Análise de Conteúdo para as questões abertas.....	28
3. POLÍTICAS PÚBLICAS: O ESTADO EM AÇÃO.....	31
3.1. O conceito de Política	31
3.2. Política Pública: algumas definições	32
3.3. Alguns modelos de análises de políticas públicas	36
3.4. O Pronatec como Modelo Incremental de Políticas Públicas.....	39
4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM LONGO CAMINHO	44
4.1. A Educação Profissional na Primeira República (1889-1930).....	44
4.2. A Educação Profissional no período Vargas (1930-1945)	48
4.3. O processo de industrialização do país e a Educação Profissional.....	53
4.4. A Educação Profissional nos governos FHC e Lula: conflito ideológico	55
4.5. A Educação Profissional no governo Dilma: a vez do Pronatec	63
4.6. Em busca dos objetivos do Pronatec.....	68
5. RESULTADOS	71
5.1. Dados Quantitativos.....	71
5.1.1. Condição sociofamiliar e econômica dos egressos.....	71

5.1.2. Condições de vida quando participou do Pronatec	77
5.1.3. Conquistas e experiências pós Pronatec	81
5.1.4. Influência do Pronatec nos estudos.....	82
5.1.5. Influência do Pronatec no trabalho	83
5.2. Dados Qualitativos.....	85
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	88
6.1. Aspectos socioeconômicos dos egressos do Pronatec	88
6.2. Algumas características dos egressos ao tempo do Pronatec	91
6.3. Influência do Pronatec nos estudos.....	93
6.4. Influência do Pronatec na inserção dos egressos no mercado de trabalho	94
6.5. Categorias de análise.....	96
6.5.1. Auxílio financeiro recebido do governo	96
6.5.2. Trabalho e emprego	99
6.5.3. Conhecimento e futuro.....	100
6.5.4. Frustração e desemprego	102
6.5.5. Processo ensino-aprendizagem	102
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO LANÇADO NO GOOGLE DOCS.....	121
APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO	131
APÊNDICE C – TCLE	132

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) surge, na maioria das vezes, como a salvadora, mas também como vilã da economia brasileira em determinados períodos. De tempos em tempos, é disseminado pelos principais meios de comunicação que o país enfrenta o problema do apagão da força de trabalho¹. Diante disso, o Estado, por meio de suas políticas públicas, intervém com o fim de atender a demanda que lhe é imposta.

No governo Lula essa perspectiva de falta de profissionais qualificados fez parte do debate sobre a EPT, o que além de outros fatores² contribuiu para a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em 2008. No governo Dilma, principalmente através dos debates eleitorais de 2010, para a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011.

O Pronatec consiste num programa amplo de muitas ações voltadas ao ensino técnico no país bem como aos cursos de curta duração, os chamados FIC (Formação Inicial e Continuada) com carga horária mínima de 160 horas. Uma das metas do Programa³ foi capacitar 8 milhões de jovens até 2014, contando com volumosas somas de recursos públicos para a sua implementação. Pode-se citar os mais de 2,3 bilhões de reais que a União transferiu a estados e municípios em 2013, sem computar os gastos diretos realizados pelos Institutos Federais de Educação, de acordo com informações do Portal da Transparência do Governo Federal. Os cursos ministrados na modalidade FIC ofertados pelo Campus de Paraíso do Tocantins podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 – Cursos FIC ofertados pelo Campus de Paraíso do Tocantins por meio do Pronatec nos anos de 2012/13

ORDEM	CURSOS 2012 SEMESTRE II	CURSOS 2013 SEMESTRES I/II
1	Administrador de Banco de Dados	Assistente de Planejamento e Cont. da Produção
2	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo
3	Auxiliar de Recursos Humanos	Desenhista de Produtos Gráficos Web
4	Auxiliar Técnico Agropecuário	Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos
5	Auxiliar Web Designer	Horticultor Orgânico
6	Montagem e Man. de Computadores	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos
7	Operador de Computadores	Montador e Reparador de Computadores
8	Programador Web Designer	Preparador de Doces e Conservas

Fonte: Sistec (2014).

¹ Esta terminologia também pode ser entendida como apagão educacional. Segundo Frigotto (2009, p. 77), “O pesquisador Celso Pastore cunhou a expressão ‘apagão educacional’ para referir-se ao déficit de trabalhadores qualificados demandados nessa conjuntura”.

² O processo de criação dos IFs envolveu aspectos políticos originados do conflito entre as várias instituições que foram “convidadas” a integrarem o novo modelo de educação profissional. Consultar Otranto (2010) sobre esse processo de implantação.

³ Incluem-se nessas metas os demais cursos com carga horária superior e não apenas os cursos FIC.

Além da execução do Programa pelos entes da Federação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) também participam ativamente dessa política. No Tocantins, tais ações foram desenvolvidas, dentre outras entidades, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) em seus sete *Campi* em funcionamento e mais três *Campi* Avançados. Foram ministrados, em sua grande maioria, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme o Quadro 1. O Campus de Paraíso do Tocantins, onde este estudo foi realizado, executou o programa nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Destarte, observado a oferta de Educação Profissional por meio do Pronatec, há a necessidade de se saber que resultados foram gerados; daí a importância de um estudo local do Programa. O que está em jogo é a capacidade de o Estado brasileiro de enfrentar um problema social por meio da criação e implementação de políticas públicas, o que afeta diretamente, e de maneira ainda desconhecida, o futuro de jovens e trabalhadores que buscam uma melhor posição social. Esta pesquisa, portanto, poderá contribuir para o entendimento do processo de interiorização da Educação Profissional, bem como trazer informações dos resultados da política na vida dos usuários finais.

Por essas razões é que a pesquisa aqui desenvolvida foi realizada buscando-se o seu resultado⁴, ou seja, se foi eficaz ou não para os egressos do Programa. Eficácia nesse sentido, “[...] significa estabelecer um nexo causal entre, de um lado, alguns de seus aspectos e, de outro, eventuais alterações na situação ou nos atributos dos destinatários” (COTTA, 1998, p. 112). Consiste na busca de informações dos egressos do Pronatec findo o Programa. Na condição profissional, educacional e social do total de indivíduos pesquisados.

Além da contextualização inicial, esta introdução contém a justificativa para a pesquisa bem como a formulação do problema, os objetivos geral e específicos, e a delimitação do estudo, com a apresentação do Campus e da cidade de Paraíso do Tocantins e seus indicadores socioeconômicos.

1.1. Justificativa

O Pronatec, como política de ampliação da oferta de Educação Profissional, estabelece como um de seus objetivos, de acordo com o artigo 1º, parágrafo único, inciso I da Lei nº

⁴ Cotta (1998) faz uma distinção entre avaliação de resultados e avaliação de impacto. A primeira analisa os efeitos intermediários sobre o público atendido enquanto a segunda investiga os resultados finais da intervenção, além de ser bem mais ampla.

12.513: “Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância” (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011).

Para isso, o Governo Federal conta com uma gama de instituições que executam o Programa em todo o território nacional. Participam da execução os Institutos Federais, as Redes Estaduais e Municipais de Educação Profissional, o sistema S⁵ e outras entidades privadas que ofertam cursos técnicos e de qualificação profissional. Na cidade de Paraíso do Tocantins, dentre outras entidades, essa política foi executada pelo Campus de Paraíso do Tocantins, do IFTO, *locus* desta pesquisa.

Há de se considerar, contudo, que no centro de toda essa discussão está o usuário final do Programa: aquele a quem são direcionados os vários tipos de cursos possibilitados por esta iniciativa. Não se sabia, antes deste estudo, porém, se a qualificação obtida trazia nova situação de vida profissional, estudantil, e até mesmo material, resultando em sua inclusão social e econômica. O que aponta, portanto, para a necessidade de se buscar informação sobre a atuação institucional na vida dessas pessoas.

Quanto a outras pesquisas sobre o Programa, ainda são poucas. Tem-se conhecimento dos estudos de Trogiani et al (2012), em que são pesquisados os desafios da implementação do Programa na cidade de Osasco, SP; e os de Silva, Schramm e Carvalho (2014), com a proposição do uso do método Promethee para a seleção de candidatos à bolsa formação do Pronatec. No entanto, não foi encontrado nenhum trabalho que reporte a alguma avaliação do Programa na sua dimensão somativa, fase final da política, mas sim na sua dimensão formativa, o caso dos trabalhos dos autores apresentados. Cita-se ainda a importância desta pesquisa por ser a primeira realizada pelo IFTO. Além disso, não há nenhum outro trabalho semelhante no Campus de Paraíso do Tocantins.

Nesse sentido, a relevância social deste estudo está em saber se o Programa tem se mostrado proeminente ou não, sobretudo, quanto à avaliação no sentido de se determinar a valia de algo, atribuir um valor (THOENIG, 2000). Isso implica analisar a viabilidade ou não de investimentos públicos em Educação Profissional através de cursos FICs, como foi realizado pelo Pronatec na cidade de Paraíso do Tocantins nos anos de 2012 e 2013, considerando-se os seus resultados. É, em última instância, responder à sociedade se os resultados do Programa têm trazido melhores condições de vida aos seus cidadãos-usuários.

⁵ O sistema S é formado pelas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Além dessas, há ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e o Serviço Social de Transporte (Sest).

Isso também é corroborado pela relevância institucional da avaliação, haja vista que o estudo está focado na cidade de Paraíso do Tocantins, que abriga um de seus executores: o IFTO, através do Campus de Paraíso do Tocantins. Em outras palavras, a instituição executante faz parte da EPT, sua razão de ser. Assim, analisar uma política por ela executada ajudará a entender melhor sua atuação no processo de expansão, interiorização e democratização dessa política, bem como lhe dará subsídios para a tomada de decisões estratégicas sobre o Pronatec e seus próprios cursos regulares. Além disso, possibilitará o conhecimento do perfil do público-alvo do programa e suas aspirações, tendo em vista que estes egressos poderão retornar à instituição para participar de outros cursos.

Quanto à relevância científica, pode-se citar a necessidade de construção do campo da avaliação de políticas públicas e ainda o uso de metodologias para a avaliação *ex-post*, “realizadas ao longo da fase de execução ou após a conclusão do mesmo” (COTTA, 1998, p. 109). Esse tipo de avaliação está centrado mais nos resultados advindos da interferência estatal do que nos seus processos de implementação. Soma-se a isso a instituição recente do Pronatec, o qual demanda análises e avaliações com base no rigor científico para que assim se possam obter resultados a partir de um parâmetro predefinido e confiável, o que contribuirá para a construção deste campo do saber.

A análise do Pronatec, em suma, trará benefícios para além de um mero relatório técnico de pesquisa, pois contribuirá com informações importantes à sociedade sobre o resultado do Programa na vida de seus cidadãos-usuários; possibilitará a instituição executora conhecer melhor o público beneficiário, como possíveis usuários de seus serviços; e, ainda, contribuirá para a construção metodológica de análise e avaliação de políticas públicas na Educação Profissional.

1.2. Formulação da Situação Problema

O Campus de Paraíso do Tocantins executou as ações do Pronatec de 2012 a 2014. Nesse período foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada a alunos da rede estadual de educação⁶ do estado do Tocantins. Foram ministrados cursos com duração mínima de 160 horas, acompanhados de concessão de bolsa aos estudantes para custeio de despesas com transporte e alimentação, o que se mostrou como um atrativo aos usuários. Os cursos ofertados estavam em torno do eixo tecnológico de cada Campus e da disponibilidade de

⁶ Eventualmente participaram dos cursos outros públicos que não estavam vinculados a rede estadual de educação do estado do Tocantins. Porém, em menor número.

profissionais da região de atuação, isto é, foram disponibilizados cursos que pudessem ser ministrados por professores locais ou residentes próximos. Uma questão de recursos.

A oferta de cursos nesta modalidade pela instituição é recente, pois o Campus de Paraíso do Tocantins atende basicamente ao ensino profissional integrado ao ensino médio, cursos tecnológicos e licenciaturas, de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O Pronatec como integrante desse sistema faz parte de um conjunto de ações para a qualificação de estudantes e trabalhadores em todo o território nacional, compreendido por uma gama de instituições como já evidenciado.

Há nesse sentido uma expectativa no atendimento desse público, principalmente porque os institutos federais não são capazes de atender a toda a demanda da sociedade por Educação Profissional, mormente os cursos do ensino médio integrado. Prova disso é que a maioria dos alunos do Pronatec, neste caso específico, eram estudantes do ensino médio da rede estadual de educação do estado do Tocantins. Sendo que uma pequena parcela já era discente do próprio IFTO ou não estava estudando. Tem-se, dessa forma, que a instituição oferta regularmente cursos de formação com uma carga horária que cumpre aos requisitos do Ensino Profissional integrado e por outro lado se vê na execução de cursos de qualificação profissional de curta duração, uma atuação pontual, como é o caso dos cursos FIC do Pronatec.

Nesse sentido, tem-se que o exercício da instituição frente a um programa do governo federal na oferta de cursos FIC, em que se desconhecem os efeitos na vida dos usuários finais deve ser valorada. Portanto, o estudo proposto busca analisar o Pronatec executado pelo Campus de Paraíso do Tocantins nos anos de 2012 e 2013⁷ com vistas à identificação de seus resultados para a população beneficiária. A questão que se propõe é a seguinte: o Pronatec tem trazido melhor condição profissional, educacional e social aos seus usuários? E, se positivo, em que medida isso tem ocorrido? E, se negativo, por que razões?

1.3. Objetivo Geral

Analisar a política pública do Pronatec executada pelo Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO, nos anos de 2012 e 2013 quanto aos resultados na vida profissional, educacional e social de seus egressos.

⁷ O ano de 2014 foi excluído por ser o mais recente.

1.4. Objetivos Específicos

- Verificar se os egressos do Pronatec conseguiram inserção no mercado de trabalho;
- Avaliar se a participação no programa provocou mudança na vida estudantil e/ou acadêmica dos egressos;
- Analisar possíveis alterações na renda dos egressos;

1.5. Delimitação do Estudo

Neste tópico, será apresentado o *locus* da pesquisa do Pronatec. Primeiramente, será explanado sobre o Campus de Paraíso do Tocantins, o qual executou alguns cursos FIC nos anos de 2012 e 2013; em seguida será apresentada a cidade de Paraíso do Tocantins, por ser a cidade onde está inserida esta instituição do IFTO.

1.5.1. O Campus de Paraíso do Tocantins

O Campus de Paraíso do Tocantins, antes de 2008, era uma unidade descentralizada da antiga Escola Técnica Federal da cidade de Palmas, TO, criada em 2007 e entrando em funcionamento já nesse ano. Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos IFs, a entidade passou a fazer parte desta nova instituição. Segundo o histórico constante em sua *webpage* inicial,

O Campus Paraíso do Tocantins, até o final de 2008, era denominado UNED Paraíso (Unidade de Ensino Descentralizada de Paraíso da Escola Técnica Federal de Palmas).

A Escola Técnica Federal de Palmas – ETF PALMAS, agregou o Centro de Educação Profissional de Paraíso do Tocantins, construído a partir de um convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Tocantins e o PROEP/MEC (Convênio 063/2001), cujo processo de federalização faz parte do plano de expansão I da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Na manhã do dia 08/11/2007, quinta-feira, comunidade, servidores e lideranças políticas estiveram presentes na inauguração oficial da UNED Paraíso. A unidade iniciou com capacidade para oferecer formação tecnológica a 960 estudantes da região. Participaram do evento, entre outras autoridades, o Diretor Geral da ETF no Tocantins, Hércules Procópio; o Diretor de sede da UNED, Octaviano Furtado; o Prefeito de Paraíso, Arnaud Bezerra; o Governador do Estado do Tocantins Marcelo Miranda; o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Professor Eliezer Pacheco. As autoridades visitaram as instalações da Unidade e tiveram a oportunidade de dialogar com alguns dos 160 estudantes matriculados nos quatro cursos técnicos que a Uned oferecia. Funcionários e professores da unidade sede de Palmas também prestigiaram o evento. Com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 a UNED Paraíso, transformou-se num campus do Instituto Federal do Tocantins, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas se tornassem institutos federais possibilitando oferecer, além dos

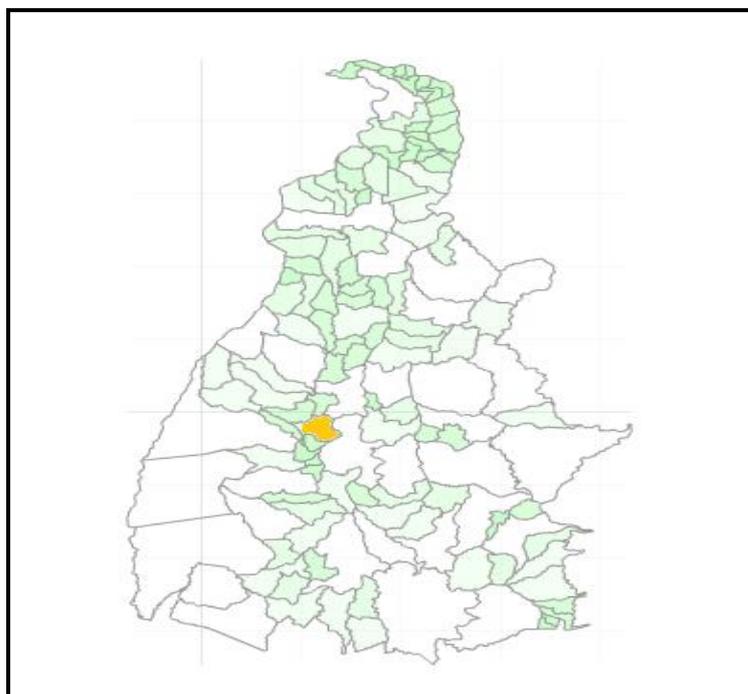
cursos de nível médio, também cursos Superiores e Pós-Graduação (CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS, DO IFTO, 2014).

O Campus está localizado no distrito agroindustrial da cidade de Paraíso do Tocantins, a aproximadamente 13 km do centro da cidade. As vagas ofertadas são nas áreas de Informática, Meio Ambiente e Agroindústria, na modalidade de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio; Licenciatura em Química e Matemática; Bacharelado em Administração, Gestão da Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação e Tecnologia em Alimentos. Além destes executa programas como o Pronatec e Mulheres Mil⁸ e oferece cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD).

1.5.2. A cidade de Paraíso do Tocantins

A cidade de Paraíso do Tocantins está localizada às margens da BR 153, na região central do estado do Tocantins. Segundo dados do IBGE, em 2014 possuía aproximadamente 48.409 habitantes. Veja abaixo o mapa do estado com a localização geográfica do município.

Figura 1 – Localização geográfica da cidade de Paraíso do Tocantins em amarelo



Fonte: IBGE (2014).

⁸ “O Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental” (MEC, 2015). Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/>

A economia da cidade está baseada no setor de serviços, agropecuária e indústria, respectivamente (IBGE, 2010), como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Valor adicionado por setor PIB do município de Paraíso-TO

Produto Interno Bruto do Município – Paraíso, To – 2011		
	Valores em Mil	Percentual
Valor adicionado bruto da agropecuária	19.107	3%
Valor adicionado bruto da indústria	179.048	32%
Valor adicionado bruto dos serviços	354.465	64%
Total	552.620	100%

Fonte: IBGE (2010).

O município possui pequena participação relativa na agropecuária, representando 3% do valor total adicionado; contudo, em termos absolutos é um dado que contribui à economia local. Já o setor industrial, apresentou um crescimento substancial nos últimos anos, liderado principalmente pela agroindústria.

Paraíso do Tocantins exerce uma centralidade em relação às cidades circunvizinhas, sendo um polo comercial e de serviços para os demais municípios. Além disso, dentro da organização administrativa do estado, encontra-se como a Região Administrativa de nº 11, respondendo por mais 13 cidades. A população dessa região é de aproximadamente 109.253 habitantes, como observado na Tabela 2.

Tabela 2 – População da região administrativa de Paraíso/TO

Cidade	População
Paraíso do Tocantins	48.409
Lagoa da Confusão	11.525
Cristalândia	7.399
Pium	7.168
Divinópolis do Tocantins	6.681
Barrolândia	5.557
Caseara	4.965
Marianópolis do Tocantins	4.730
Nova Rosalândia	4.018
Pugmil	2.529
Abreulândia	2.506
Santa Rita do Tocantins	2.255
Monte Santo do Tocantins	2.196
Chapada de Areia	1.386
Total	109.938

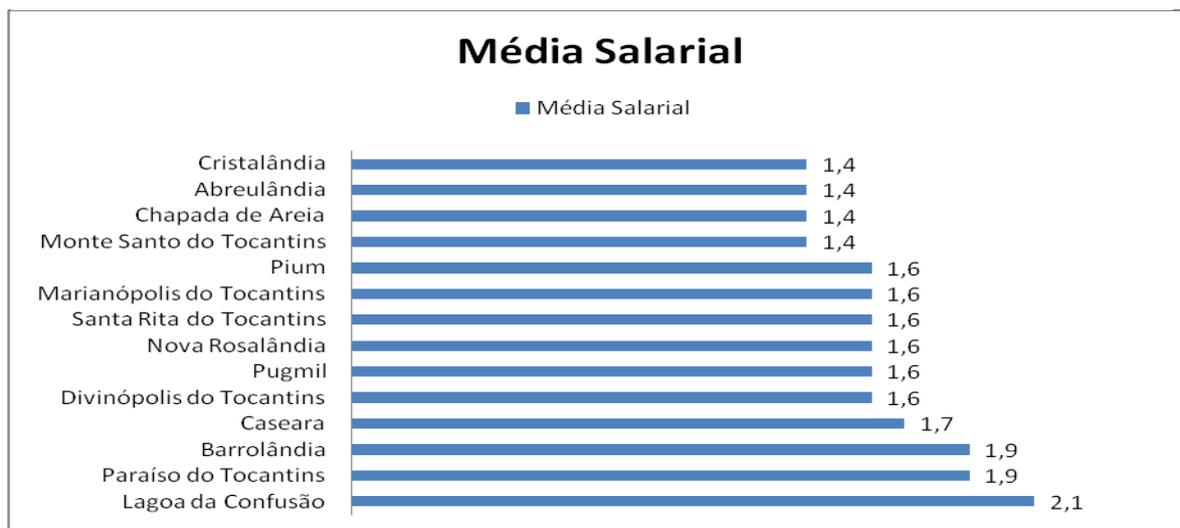
Fonte: IBGE (2010).

Atendendo à população das cidades vizinhas, o município é beneficiado com a demanda por bens e serviços. No entanto, há uma pressão para serviços de saúde e segurança, o que acaba constringendo esses setores de prestação de serviços públicos. Por outro lado, os estudantes dessa região⁹ procuram o IFTO para a sua formação.

A renda média mensal dos munícipes paraísenses foi de 1,9 salários mínimos no ano de 2011, de acordo com o IBGE (2014). Comparando-se esse número com as demais cidades da Região Administrativa tem-se uma média de R\$ 1,6 salário, conforme ilustra o Gráfico 1. Nesta região, o município de Lagoa da Confusão vem tendo um crescimento superior aos demais, decorrente de sua economia voltada à agropecuária.

⁹ O Campus Avançado de Lagoa da Confusão é a única exceção a esta realidade.

Figura 2– Média salarial dos municípios da Região Administrativa de Paraíso-TO



Fonte: IBGE (2010).

Um indicador importante de desenvolvimento revelador da situação de uma determinada cidade de forma comparada é o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM)¹⁰. Esse índice leva em consideração as mesmas dimensões do IDH, contudo, com um caráter específico. De acordo com o Atlas Brasil, 2013:

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (Atlas Brasil, 2013).

A cidade de Paraíso do Tocantins apresenta um índice tido como alto, de 0,764, o que demonstra seus bons índices de longevidade, educação e renda, como consta no Atlas Brasil, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paraíso do Tocantins é 0,764, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,206), seguida por Longevidade e por Renda (Atlas Brasil, 2013).

Atualmente o município ocupa o 304º lugar no ranking nacional, sendo de imensa importância para toda sua Região Administrativa dado que em comparação aos demais

¹⁰ O indicador aponta para as dimensões que o compõem. O IDHM, nesse sentido, foi utilizado como parâmetro de comparabilidade por ser o mais conhecido. Além das dimensões apresentadas existem outras que não o integram, a exemplo do meio ambiente e da segurança pública, além de vários outros.

municípios, o segundo colocado está na posição 2.359º, conforme se pode constatar na Tabela 3.

Tabela 3 – IDHM dos Municípios da Região Administrativa de Paraíso-TO

Ranking	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
304 °	Paraíso do Tocantins (TO)	0,764	0,759	0,831	0,706
2776°	Abreulândia (TO)	0,665	0,7	0,835	0,502
3254 °	Barrolândia (TO)	0,642	0,6	0,817	0,541
2946 °	Caseara (TO)	0,658	0,647	0,825	0,534
3721 °	Chapada de Areia (TO)	0,619	0,619	0,726	0,529
2598 °	Cristalândia (TO)	0,673	0,663	0,805	0,57
2359 °	Divinópolis do Tocantins (TO)	0,683	0,667	0,816	0,585
3534 °	Lagoa da Confusão (TO)	0,627	0,63	0,787	0,496
3469 °	Marianópolis do Tocantins (TO)	0,631	0,63	0,792	0,504
3702 °	Monte Santo do Tocantins (TO)	0,62	0,572	0,76	0,547
2870 °	Nova Rosalândia (TO)	0,661	0,582	0,791	0,628
3115 °	Pium (TO)	0,65	0,633	0,822	0,527
2691 °	Pugmil (TO)	0,669	0,621	0,809	0,595
3090 °	Santa Rita do Tocantins (TO)	0,651	0,63	0,83	0,527

Fonte: Atlas Brasil (2013).

Por outro lado, tem-se que os outros municípios, excluído Paraíso, se mostram em uma situação próxima de desenvolvimento, tendo como referência seus IDHMs apresentados. Entende-se que todos esses indicadores e características do município desempenham um papel relevante para a oferta de cursos de curta duração, como é o caso a ser analisado; pois determinados eixos tecnológicos podem não estar de acordo com a realidade local de um município ou mesmo da região, o que pode provocar distorções de empregabilidade, por exemplo. Daí a relevância dos resultados desta pesquisa.

1.6. Descrição da Organização da Dissertação

Além desta parte introdutória, o leitor encontrará um capítulo que trata do caminho metodológico percorrido, dois capítulos teóricos que versam sobre Política Pública e Educação Profissional e Tecnológica, um capítulo sobre os resultados da pesquisa e um

capítulo sobre as discussões dos resultados da pesquisa. Por fim, tem-se as considerações finais do estudo.

No próximo capítulo é apresentado o caminho metodológico da pesquisa ou, em outras palavras, o desenho da pesquisa. Essa construção se fundamentou numa metodologia tanto quantitativa quanto qualitativa. A primeira com busca de informações por meio de questionário com perguntas fechadas e a segunda, por meio de perguntas abertas no instrumento aplicado.

No capítulo terceiro, faz-se um levantamento teórico sobre o campo das políticas públicas, o que perpassa primeiramente a construção deste ramo do conhecimento tendo o Estado como principal indutor dessas ações. Com isso, faz-se necessária uma abordagem para se estabelecer uma distinção entre os conceitos de política e políticas públicas. Além disso, são demonstrados alguns modelos de análises de políticas públicas e suas concepções de análise. Para o enquadramento do objeto de pesquisa é realizada uma análise do Pronatec com o modelo incremental de políticas públicas, tendo em vista sua construção no decorrer do processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica desde o século XX.

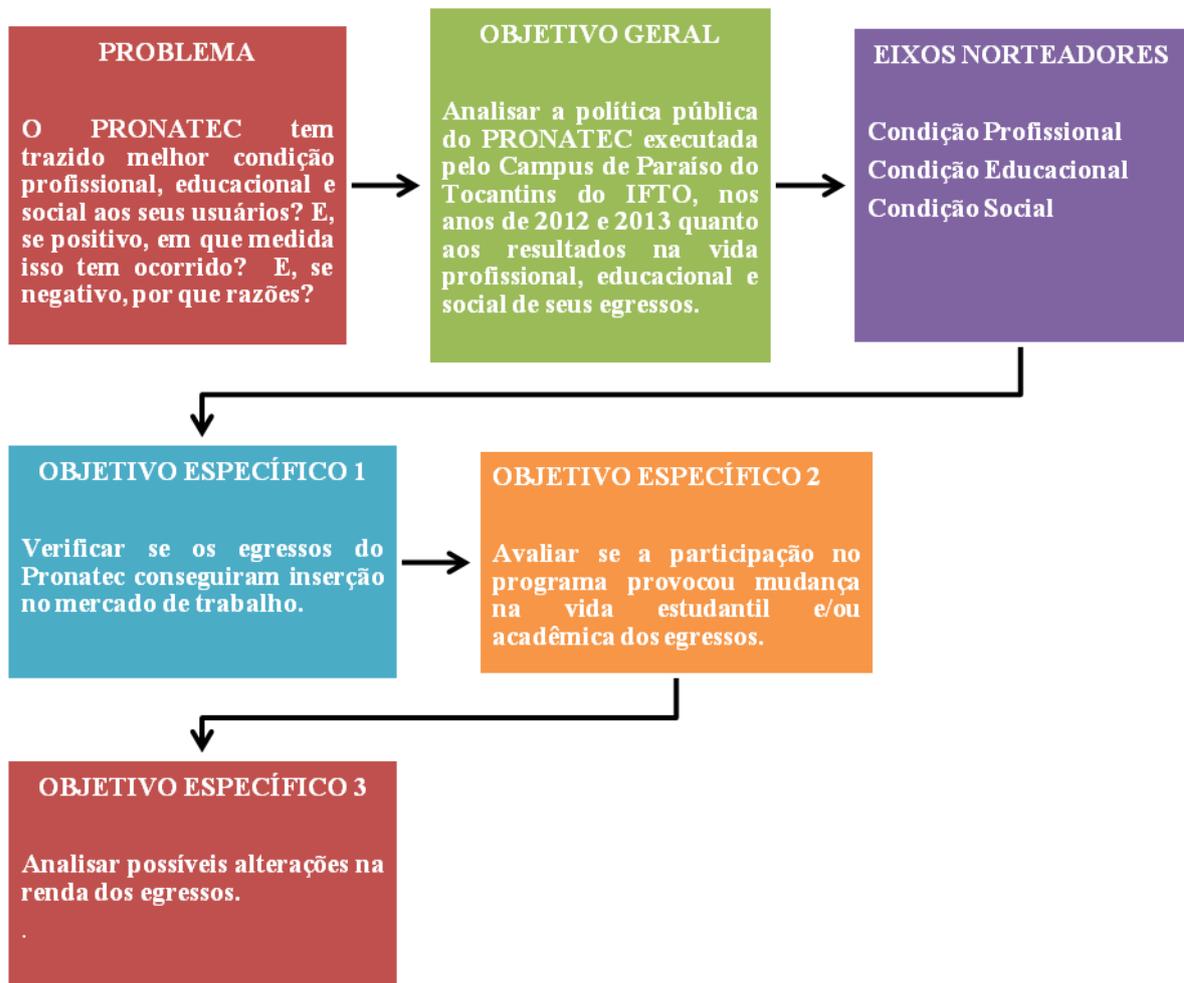
No quarto capítulo é abordada a Educação Profissional e Tecnológica num sentido de construção histórica. Parte-se da concepção das ações estatais que formaram desde 1909 até hoje a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a culminância do Pronatec. Demonstra-se essa evolução na primeira república (1889 a 1930) e passa-se, então, ao período Vargas (1930 a 1945), durante o qual podem ser observadas várias mudanças, principalmente aquelas induzidas pelo processo de industrialização do país, além de várias medidas legais que revelaram alguns sentidos das políticas públicas formuladas pelo Estado neste setor. Além disso, é abordado o dito conflito ideológico para a Educação Profissional nos governos FHC/Lula. O primeiro concebia uma política neoliberal enquanto ao segundo cabia apresentar-se tão somente com um discurso de ruptura do modelo até então vigente. Por fim, é apresentada a Educação Profissional e Tecnológica no governo Dilma, por meio do Pronatec, sempre valorizado em momentos eleitorais.

O quinto e o sexto capítulos são destinados aos resultados e a discussão da pesquisa. Demonstra-se por meio de tabelas com as respectivas freqüências os dados de cada variável quantitativa, bem como os dados qualitativos por meio de categoria de análise, segundo modelo de Bardin (2009). Discute-se então os resultados à luz das questões explicitadas na pesquisa. Por fim, retoma-se aos argumentos apresentados para juntamente com os resultados e discussão consolidar as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Para melhor compreensão desta dissertação e a sua conseqüente organização metodológica, a Figura 3 ilustra a estruturação lógica de análise com os seus respectivos conteúdos.

Figura 3 – Estruturação lógica da pesquisa



Fonte: Elaboração do autor a partir de Rippel (2007).

Além da organização da pesquisa, este capítulo demonstra o caminho metodológico para se chegar aos objetivos propostos. Para isso, a construção do método se fundamentou nos três eixos norteadores da pesquisa, quais sejam: a condição profissional, estudantil e social dos egressos do Pronatec.

O estudo consiste numa pesquisa social, pois seu objeto é eminentemente complexo e é em grande parte estudado pelas ciências sociais, tendo em vista que as “ciências sociais

costuma ser usada para indicar as diferentes áreas do conhecimento que se preocupam com os fenômenos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, culturais, educacionais, ou seja, aqueles que englobam relações de caráter humano e social” (GODOY, 1995, p. 58). Nesse sentido, a pesquisa se guiou pela abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa. Sendo que

a primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. A segunda adéqua-se a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

A escolha de pesquisa quanti-quali se deu pela necessidade de se conhecer os vários aspectos dessa política na vida dos egressos do Pronatec, o que passa tanto por pontos quantitativos quanto por pontos qualitativos. Com isso, trouxe um melhor entendimento do fenômeno em estudo, tendo em vista que na pesquisa social, o interesse está na maneira como as pessoas se expressam e como elas se posicionam diante de suas próprias ações e das ações dos outros (BAUER; GASKELL, 2002).

Quanto à natureza, a pesquisa foi aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). No que se refere aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, uma vez que buscou descrever as características do fenômeno em estudo, neste caso, os egressos do Pronatec, além de ter sido também explicativa, contribuindo para a análise de possíveis causas ou consequências advindas da intervenção do Programa na vida de seus beneficiários (RICHARDSON et al., 1999).

2.1. População e Amostra

A população participante deste estudo foi constituída de egressos do Pronatec – dos cursos FIC dos anos de 2012 e 2013. Optou-se por trabalhar com a população de egressos para analisar os resultados do Programa na vida dos beneficiários que concluíram os cursos ofertados pelo IFTO, Campus Paraíso. Para o levantamento do número total de egressos buscou-se os relatórios de quase todos os cursos, com exceção apenas do curso de Horticultor Orgânico do semestre II de 2013¹¹, os quais foram exportados para planilhas em *Excel* e, posteriormente, consolidados por ciclo (ciclo I para o semestre I e ciclo II para o semestre II

¹¹ Optou-se por excluir esse curso por ter sido ministrado no Assentamento Padre Josimo I e II, o qual possui um público com características diferentes dos demais, a exemplo o fato de viverem das atividades do Campo.

de cada ano). Ao final, chegou-se a um total de 537 matrículas de egressos nos dois anos, sendo 233 no ano de 2012 e 304 em 2013.

No entanto, com os dados organizados em planilha, observou-se que grande parte dos egressos do ano de 2012 também participou de cursos no ano de 2013. Foram no total 133 alunos que repetiram algum outro curso, o que resultou num número líquido de 412 discentes, sendo este, portanto, a população trabalhada nesta pesquisa. Além disso, foi realizada a estratificação de alunos egressos e alunos evadidos, porém a informação relevante para a pesquisa foi a de alunos que realmente terminaram o programa. Essas informações podem ser observadas nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Total de Concluintes por Curso FIC do Pronatec em 2012

CURSO PRONATEC FIC 2012. 2	CARGA			TOTAL E + E
	HORÁRIA	EGRESSOS	EVADIDOS	
Administrador de Banco de Dados	200	29	1	30
Auxiliar Administrativo Turma 01	180	28	4	32
Auxiliar Administrativo Turma 02	160	25	3	28
Auxiliar de Recursos Humanos	160	19	2	21
Auxiliar Técnico Agropecuário	200	27	4	31
Auxiliar Web designer	160	30	0	30
Montagem e Man. de Computadores	160	47	3	50
Operador de Computadores	160	11	2	13
Programador Web designer	200	17	0	17
	TOTAL	233	19	252

Fonte: Sistec (2014).

No ano de 2012 foi que se deu a oferta dos primeiros cursos do Pronatec pelo Campus de Paraíso do Tocantins, o demandante foi a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. A Secretaria demandou os cursos para atender aos alunos da rede estadual de educação. Assim, coube ao Campus toda a logística de execução do Programa, enquanto ao parceiro demandante coube a definição do público beneficiário.

Tabela 5 – Total de Concluintes por Curso FIC do Pronatec em 2013

CURSO PRONATEC FIC 2013. 1	CARGA HORÁRIA	EGRESSOS	EVADIDOS	TOTAL E + E
Assistente de Plan. e Controle da Produção	200	27	3	30
Auxiliar Administrativo	200	20	5	25
Desenhista de Produtos Gráficos Web	200	20	1	21
Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos	200	11	4	15
Horticultor Orgânico	200	16	5	21
Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	200	13	5	18
Montador e Reparador de Computadores	200	16	1	17
Preparador de Doces e Conservas	200	12	5	17
TOTAL 2013. 1		135	29	164
CURSO PRONATEC FIC 2013. 2				
Assistente de Plan. e Controle da Produção	200	27	11	38
Auxiliar Administrativo	200	18	7	25
Desenhista de Produtos Gráficos Web	200	28	4	33
Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos	200	25	6	31
Horticultor Orgânico ¹²	200	31	3	34
Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	200	21	2	23
Montador e Reparador de Computadores	200	33	0	33
Preparador de Doces e Conservas	200	17	4	21
TOTAL 2013. 2		169	34	204
TOTAL 2013		304	63	368

Fonte: Sistec (2014).

Em 2013 os cursos ofertados pelo Pronatec por meio do Campus de Paraíso do Tocantins tiveram algumas mudanças em relação ao ano de 2012, foi pactuado o mesmo portfólio para os dois semestres do ano. A carga horária planejada saiu de 160 horas, na maioria das vezes, para 200 horas, houve uma diversificação nos cursos ofertados, porém, com a prevalência dos mesmos eixos tecnológicos, como observado na Tabela 5.

Com o quantitativo de 537 matrículas nos anos de 2012 e 2013 e total líquido de 412 participantes do Programa, fez-se o cálculo amostral baseado em Stevenson (1981) para se chegar à amostragem aleatória simples. Segundo Barbeta (2012), para selecionar esse tipo de amostra é necessário ter uma lista completa dos elementos da população, sendo efetivada por meio de um sorteio, sem nenhuma restrição. Para o cálculo do tamanho da amostra, Stevenson (1981) utiliza como parâmetro de estimação o desvio padrão amostral quando não há a informação deste parâmetro para a população. Segundo este autor,

quando o desvio padrão da população não é conhecido (o que é o caso, geralmente), usa-se o desvio padrão da amostra como estimativa, substituindo-se σ_x por s_x nas equações para intervalos de confiança e erros. Isto não acarreta maiores dificuldades, pois o desvio padrão amostral dá uma aproximação bastante razoável do verdadeiro valor, na maioria dos casos (STEVENSON, 1981, p. 201).

¹² Curso excluído, conforme nota explicativa nº 11. As quantidades desse curso não estão inseridas no somatório.

Nesse sentido, para se chegar ao valor do desvio padrão amostral utilizou-se os dados do Sistec, em que foram selecionados aleatoriamente 60 estudantes da população a ser estudada. Dessa amostra, utilizou-se a variável idade por ser uma informação disponível no sistema e por ser de importância para o estudo devido ao público-alvo do Pronatec terem sido alunos da rede estadual de ensino. Isto é, possuíam idades aproximadas. Realizados os cálculos, chegou-se a uma média amostral de 19,68 e desvio padrão de 6,08 anos.

Desse modo, utilizou-se a seguinte fórmula para a determinação do tamanho da amostra com desvio padrão amostral utilizado como desvio padrão populacional e com população finita, segundo Stevenson (1981, p. 206):

$$n = \frac{z^2 \sigma_x^2 N}{z^2 \sigma_x^2 + e^2 (N - 1)}$$

Onde se tem:

Z – variável aleatória norma padrão.

σ_x – desvio padrão populacional.

n – tamanho mínimo da amostra aleatória simples

N – tamanho da população

e – erro de estimação

- O erro de estimativa da média populacional idade em anos escolhido foi de 0,95 ano, o que representa aproximadamente 5% da variável escolhida.
- O nível de confiança de 95% com Z de 1,96.
- Uma população (N) de 412 participantes do Pronatec.
- Um desvio padrão amostral utilizado neste caso como populacional σ_x de 6,08, utilizado como parâmetro populacional.

Com isso, tem-se o seguinte:

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 6,08^2 \cdot 412}{1,96^2 \cdot 6,08^2 + 0,95^2 \cdot (412 - 1)}$$

$$n = 114,06$$

Após arredondamento do valor, teve-se uma amostra mínima calculada de 115 egressos. No entanto, a pesquisa buscou alcançar o maior número de participantes possível, chegando ao número de 149 questionários respondidos.

Cabe ressaltar ainda que o uso de metodologias estatísticas para se chegar à determinação de uma amostra é bastante comum, principalmente por economizar tempo e outros tipos de recursos. Rippel (2007), por exemplo, usou um método parecido em sua tese de doutorado, em que foram aplicados questionários com vários estudantes de um projeto de correção de fluxo na cidade de Toledo, Paraná, referente aos anos de 1997 e 1998. A autora efetuou seu cálculo por meio de uma proporção amostral. Barbosa (1994), por sua vez, em estudo sobre o raciocínio lógico formal e aprendizagem em cálculo diferencial e integral na Universidade Federal do Ceará, utilizou o cálculo amostral por meio da média e desvio padrão populacional aplicados a uma população finita.

Diante da amostra calculada de 115 egressos, teve-se um percentual de 27,91% da população, sendo que, na execução da pesquisa, foram respondidos 149 questionários, o que representou 36,16% da população estudada.

2.2 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados foi aplicado questionário (Apêndice A) com perguntas abertas e fechadas direcionadas aos objetivos específicos que sustentaram os eixos norteadores da pesquisa, quais sejam: aspecto profissional, educacional e social dos egressos do Pronatec. Este instrumento foi escolhido porque “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69).

Para a construção do instrumento foi utilizado o roteiro de entrevista de Rippel (2007), em estudo sobre a avaliação de uma política de correção de fluxo na cidade de Toledo, no Paraná, com a utilização de entrevistas semiestruturadas. Aproveitou-se algumas questões fechadas deste estudo dentro de cada eixo norteador, as quais foram adaptadas para a forma de questionário. Ao final, por terem os dois estudos objetivos próximos, embora diferentes, o modelo serviu mais a função de um guia de construção do questionário final. Com isso, o instrumento foi construído com seis pontos principais e gerais, de onde se originou as perguntas direcionadas aos objetivos específicos da pesquisa. Esses pontos podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 – Construção lógica do instrumento de coleta de dados

Item	Objetivo Específico	Pontos do Questionário		
1	Verificar se os egressos do Pronatec conseguiram inserção no mercado de trabalho;	Trabalho (08 perguntas)		
2	Analisar se a participação no programa provocou mudança na vida estudantil e/ou acadêmica dos egressos.	Estudo (07 perguntas)		
3	Analisar possíveis alterações na renda dos egressos.	Conquistas e experiências pós-Pronatec (04 perguntas).	Condição de vida dos egressos quando fizeram o Pronatec. (13 perguntas).	Identificação, condição sociofamiliar, econômica e aspectos gerais (18 perguntas).
4	Analisar as possíveis alterações na renda dos egressos.	Renda (04 perguntas)		

Fonte: Elaboração do autor (Agosto 2014).

Ao final, o questionário ficou com um total de 55 perguntas distribuídas nos três eixos, os quais, por sua vez, desencadearam questões específicas com o fim de responder aos objetivos específicos.

2.3. Procedimentos de Coleta de Dados

Para a autorização da pesquisa e a utilização do nome do Campus de Paraíso do Tocantins, do IFTO, nesta dissertação, foi solicitada permissão junto à Direção Geral da entidade. Esse procedimento foi realizado mediante apresentação de documento denominado “Carta de Autorização”, constituinte do Apêndice B deste trabalho, o qual foi aceito pela autoridade competente do órgão, permitindo assim o prosseguimento do estudo.

Além disso, anteriormente à aplicação do questionário para coleta de dados, o Projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFT, por se tratar de pesquisa com seres humanos e assim atender à resolução CNS 466/2012, tendo sido aprovada por meio do protocolo nº 10/2015. Quanto ao questionário, foi construído por meio da ferramenta denominada *Google Docs*. Optou-se por este procedimento pela celeridade na consolidação dos dados e por permitir o acompanhamento sistemático da pesquisa. Antes da aplicação do questionário, contudo, foram realizadas algumas reuniões com a orientadora da pesquisa, o que rendeu várias versões até, enfim, se chegar a um modelo que atendesse aos fins pretendidos.

Para a aplicação do questionário, utilizou-se primeiramente da organização de todos os dados dos egressos do Pronatec. Foi criado um banco de dados em planilhas eletrônicas com o nome, curso, ano, telefone e email dos sujeitos da pesquisa. Com esses dados organizados,

verificou-se que poucos tinham emails atualizados, o que fez com que a pesquisa mudasse de direção. Foi a partir daí que se realizou o contato sujeito por sujeito, por via telefônica. O procedimento consistia em fazer a ligação, explicar a pesquisa e, posteriormente, com a autorização do egresso, coletar o seu email. Com isso, o banco de dados foi se completando.

Apesar de muitos atenderem às ligações, vários estavam com seus números também desatualizados. A partir daí, adotou-se outra estratégia: o contato via redes sociais. Recados *in box* eram deixados com as informações da pesquisa juntamente com o contato do pesquisador para validação das informações. Neste momento, foi incrementado ainda o envio do link da pesquisa. Assim, caso o egresso quisesse, já podia respondê-la de imediato. Foi neste momento que se observou que alguns dos pesquisados usavam a internet de seus celulares móveis para responder ao questionário, o que dependia, obviamente, de recursos como tempo e conexão. Isso diminuiu o ritmo da pesquisa: o tempo previsto estipulado era de trinta dias e acabou findando em 41 dias.

Outro aspecto importante diz respeito aos sujeitos que não dispunham de acesso à internet para responder à pesquisa. Para resolver este problema, foi feito o contato com esses egressos via telefone e, posteriormente, marcado visita *in loco*. Foi disponibilizado a eles computador com internet móvel, com o formulário eletrônico já aberto para resposta. Essa experiência foi bastante rica, justamente por demonstrar a realidade de cada um, principalmente uma realidade socioeconômica precária. A maioria dessas visitas se deu em setores periféricos da cidade.

Além disso, uma surpresa agradável foi saber que alguns dos egressos do Programa estavam estudando no Campus de Paraíso do Tocantins. Isso facilitou a coleta de dados desses sujeitos, principalmente por ter discentes que tinham disciplinas no horário vespertino. Outra experiência marcante da pesquisa foi à visita ao assentamento Padre Josimo I¹³ e Padre Josimo II. A ideia era aplicar o questionário aos egressos do curso de Horticultor Orgânico. Com a ajuda de um ex-professor do curso que conhece a região, realizou-se a visita. No entanto, observou-se que o instrumento não atendia àquela realidade, principalmente por se verificar que eles vivem em uma realidade específica. Ou seja, os assentados, via de regra, vivem do campo e o curso que fizeram estava voltado para empreendimentos na própria terra. Diante dessa constatação, optou-se por retirá-lo da pesquisa e prosseguir apenas com os cursos urbanos.

¹³ “Assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2015). As unidades visitadas estão localizados a aproximadamente 40 Km de Paraíso, no município de Nova Rosalândia. Várias famílias vivem nessas terras e dali tiram seu sustento.

Não obstante todas as dificuldades do trabalho, a pesquisa foi realizada e contou com 149 respondentes. Há de se deixar claro, ainda, que se tentou a participação de todos os concluintes do programa, mesmo tendo o cálculo amostral da pesquisa. O objetivo foi aproveitar todas as informações e assim tentar o maior número possível de respostas. No entanto, chegou-se a um momento de saturação em que mesmo diante de todos os esforços não foi possível avançar nesse quesito.

2.4. Procedimentos para Análise dos Dados

A análise dos dados foi construída de acordo com os dois métodos utilizados na pesquisa. Para os dados oriundos de questões fechadas, utilizou-se a estatística descrita e para os dados de questões abertas utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2009). Os próximos tópicos tratam especificamente de cada um deles.

2.4.1. Estatística descritiva para as questões fechadas

Segundo Barbeta (2012, p. 65), “um dos primeiros passos para entendermos o comportamento de uma variável, em termos dos elementos observados, é a construção de uma distribuição de frequência”. Dessa forma, a análise dos dados quantitativos do questionário foi realizada pelo método da estatística descritiva, com o fim de organizar, resumir e interpretar os dados à luz dos objetivos da pesquisa. Com os dados gerados pelo formulário eletrônico do Google, procedeu-se à organização e subsequente sistematização das informações. Foi observado que algumas respostas se repetiam o que foi excluído para se evitar sobreposição de dados.

Com os dados organizados e sistematizados, realizou-se a tabulação em planilhas eletrônicas com a posterior construção de tabelas. Apresentou-se mais de uma variável por tabela para melhor agrupamento dos dados. Este procedimento descritivo com dados de egressos da educação foi realizado nos estudos de Rippel (2007). Com as respectivas frequências absolutas e relativas, procedeu-se às comparações entre os resultados, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Quanto às questões abertas, são tratadas especificamente no próximo tópico.

2.4.2. Análise de Conteúdo para as questões abertas

Para a análise dos dados qualitativos foi construído modelo de acordo com Bardin (2009). O qual consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2009, p. 33), escolhido por possibilitar uma análise sistemática dos dados comunicados pelas pessoas tanto oralmente como por escrito, como é o caso em tela. As questões investigadas fazem parte do questionário aplicado aos egressos do Pronatec dos anos de 2012 e 2013 quanto às perguntas abertas, as quais se encontram no Quadro 3. Algumas questões complementam um conjunto de categorias com o fim de propiciar ao respondente maiores possibilidades de respostas, não ficando apenas na limitação das categorias previamente escolhidas pelo pesquisador. Por outro lado, há perguntas essencialmente abertas, as quais demandam um maior rigor na exploração. A análise se pautou fundamentalmente nessas questões.

Quadro 3 – Estruturação das questões abertas do Questionário de Pesquisa

DIMENSÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO, CONDIÇÃO SOCIOFAMILIAR, ECONÔMICA E ASPECTOS GERAIS		
QUESTÃO	SUBQUESTÃO	CATEGORIA
Qual a profissão da sua mãe?	Outro. Especificar	Comp*. as categorias fechadas
No decorrer dos últimos 12 meses você recebeu algum auxílio do governo?	Sim, especificar	Comp. as categorias fechadas
Onde e como você mora atualmente?		Comp. as categorias fechadas
DIMENSÃO 2 – CONDIÇÃO DE VIDA QUANDO FEZ O PRONATEC		
QUESTÃO	SUBQUESTÃO	OBSERVAÇÃO
Em que série você estava quando entrou no Pronatec?	Outros, especificar	Comp. as categorias fechadas
Por que você fez o Pronatec?		Aberta
DIMENSÃO 3 – CONQUISTAS E EXPERIÊNCIAS PÓS-PRONATEC		
QUESTÃO	SUBQUESTÃO	OBSERVAÇÃO
Ter participado do Pronatec provocou alguma mudança na sua vida?	Sim, quais mudanças?	Aberta
	Não, Por quê?	Aberta
DIMENSÃO 4 – ESTUDO		
QUESTÃO	SUBQUESTÃO	OBSERVAÇÃO
Após o Pronatec você continuou seus estudos?	Sim, por quê?	Aberta
	Não, por quê?	Aberta
Após o Pronatec você fez algum vestibular/processo seletivo?	Sim. Para qual curso	Aberta
	Não. Por quê?	Aberta
O vestibular/processo seletivo que você fez foi para Universidade (Faculdade)?	Pública, qual(s) universidade(s) ?	Aberta
	Privada, qual(s) universidade(s)?	Aberta
Se você fez vestibular/processo seletivo qual é o seu curso?		Aberta

DIMENSÃO 5 – TRABALHO		
QUESTÃO	SUBQUESTÃO	OBSERVAÇÃO
O Pronatec lhe ajudou a escolher uma profissão/uma carreira?	Sim. Qual profissão?	Aberta
	Não. Por quê?	Aberta

Fonte: Elaboração do autor (Fevereiro 2015). * Complementar.

De posse dos dados, a construção da análise seguiu os seguintes passos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. De acordo com Bardin (2009), o primeiro passo trata da pré-análise, a qual se refere a:

[...] organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 2009, p. 121).

A pré-análise, conforme a autora, geralmente se pauta em três pontos: a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores. Uma vez que a pesquisa teve como instrumento de coleta de dados questionário, não houve a necessidade de se escolher documentos. Quanto ao segundo quesito, optou-se por trabalhar sem uma hipótese definida. Restando, por fim, a construção de indicadores.

Antes desse procedimento, contudo, organizou-se todo o material da pesquisa em só arquivo com extensão de texto. De posse dos dados neste formato, realizou-se uma leitura flutuante dos textos com o fim de se ter as primeiras impressões, para, paulatinamente, ir-se apropriando dos elementos essenciais dos dados e, assim, se identificar os principais temas. A identificação dos temas foi realizada mediante a quantificação de unidades de registro. Para Bardin (2009, p. 104), a unidade de registro “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial”. A unidade escolhida foi a palavra, conjugada posteriormente com a frase.

O indicador escolhido, nesse sentido, foi à frequência de palavras. Como se verificou que perguntas diferentes geravam respostas na mesma direção realizou-se a contagem de palavras de todas as questões abertas. Ao final, as mais recorrentes foram agrupadas em grupos semânticos, o que se efetivou com um total de 16% de todas as palavras do texto, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Unidades de registro recorrente da Análise de Conteúdo

Unidade de Registro	Frequência	Percentual	Percentual Qtd total de palavras
Formar\formação, profissional, qualificar\qualificação, trabalho, emprego, mercado, experiência, futuro, oportunidade, vida, currículo, certificado.	365	37%	5,93%
Conhecer\conhecimento, capacitação, especialização, aprendizagem, ensino, estudo, curso, intenção	529	53%	8,59%
Conclui\concluído, Enem, médio, vestibular	53	5%	0,86%
Pronatec	47	5%	0,76%
Total	994	100%	16%
Quantidade total de palavras das respostas			6156

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Com a identificação das principais palavras, voltou-se ao texto e se agrupou as unidades de registro no sentido das respostas, na direção de cada item; ou seja, de acordo com os temas com frequências mais recorrentes. Segundo Bardin (2009, p. 105), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido, que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Apesar da alta frequência de muitas palavras, nem todos os segmentos foram aproveitados, pois ao se cruzar com o sentido das falas não se identificava uma relação comum.

Desse primeiro método, chegou-se às seguintes categorias: trabalho e emprego; conhecimento e futuro; e frustração e desemprego. Após esta primeira consolidação, passou-se a uma segunda estratégia: a releitura minuciosa de todas as respostas. Foi então que, juntamente com outras opiniões, se revelaram mais duas categorias: auxílio financeiro recebido do governo e processo ensino-aprendizagem. Quanto ao segundo pólo cronológico para a análise de conteúdo (exploração do material), segundo Bardin (2009), explica-se que aconteceu simultaneamente à pré-análise.

Por último na linha cronológica da autora tem-se o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, os quais foram realizados mediante a descrição das categorias e as respectivas verbalizações dos sujeitos da pesquisa; somando-se ainda à discussão teórica em torno dos pontos apresentados – sem se negligenciar os principais objetivos da pesquisa, que estão circunscritos nos eixos da condição social, condição em relação ao trabalho, e condição estudantil dos egressos do Pronatec.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS: O ESTADO EM AÇÃO

O conceito de políticas públicas é entendido entre inúmeros autores de formas distintas, porém complementares. Trata-se de uma definição complexa, que se torna mais difícil quando se olha para o senso comum, principalmente devido à grande confusão que se cria com um termo bastante próximo que é a política. Para dirimir esta questão se faz mister uma análise dos conceitos de política e políticas públicas, o que permitirá melhor compreensão deste campo teórico. Para se cumprir tal propósito, portanto, são desenvolvidos nos próximos tópicos os principais elementos que contribuem para este discernimento.

3.1. O conceito de Política

Para uma compreensão do conceito de Políticas Públicas é necessário primeiro diferenciar este significado do termo política¹⁴. Esta discriminação se faz presente pelo uso comum de política e políticas públicas como sinônimos. Contudo, há uma diferença conceitual entre esses termos: política se refere a “um conceito amplo relativo ao poder na sociedade em geral” (PARADA, 2002, p. 31).

HEIDEMANN (2010) apresenta algumas definições para um melhor entendimento epistemológico das várias vertentes desta palavra. A primeira delas se refere à política como um termo que “engloba tudo o que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações” (HEIDEMANN, 2010, p. 28). O referencial desse pensamento, segundo o autor, é Aristóteles, para quem o homem é um animal político. Nesse sentido, a política está relacionada ao homem como um ser político em suas relações sociais. Bobbio (2000, p. 159) corrobora esse pensamento ao afirmar que o “[...] termo política foi transmitido por influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política [...]” derivado do adjetivo de *polis* (politikós).

Em segundo lugar, se tem a política como um “conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter o poder” (HEIDEMANN, 2010, p. 29). Esse entendimento está à luz de Maquiavel, para quem a política é o meio para se atingir aos fins últimos, sendo estes os principais balizadores das decisões a serem tomadas. Nessa linha, segundo o autor, a conjuntura prevalece sobre a estrutura.

¹⁴ Não se apresenta que o conceito de política se restringe aos apresentados. O objetivo é ter em mente que a concepção desta se diferencia do conceito de políticas públicas.

Em terceiro lugar, HEIDEMANN (2010, p. 29) expõe a política como “a arte de governar e realizar o bem público [...] o ramo da ética que trata do organismo social como uma totalidade e não apenas das pessoas como entidades individuais”. O ponto central sendo a coletividade, com a realização do bem coletivo seu fim precípua.

O autor apresenta esse termo ainda num sentido mais operacional: “A política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (HEIDEMANN, 2010, p. 29). Dessa forma, o Estado é mais presente e tem uma função de intervenção eminente.

Por fim, é apresentada como sistematizadora das correntes anteriores. Com isso a política é concebida como

a teoria política ou o conhecimento dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (nações, estados, municípios ou distritos especializados) (HEIDEMANN, 2010, p. 29).

De outro modo, a política também pode ser entendida como um espaço de conflitos, que se busca resolver a partir de uma relação dialética. Assim, o conflito é próprio das relações sociais. Essa dimensão é apresentada por Durá (2013, p. 19), quando afirma que “é nesse marco tenso e instável, conflituoso, donde aparece a política; assim, esta seria uma resposta coletiva à inevitável discordância. Uma resposta que pretende regular a tensão social que geram múltiplos conflitos”. Além disso, a política tem na sua gênese o conflito, o qual redundava numa “[...] espécie de laço, um círculo vicioso, do que parece que não se pode sair: conflito-política-conflito-política” (DURÁ, 2013, p. 19).

Diante dos vários sentidos atribuídos ao termo política vê-se que há uma dificuldade elevada em tratar a política pública sob essas variações epistemológicas. Isto posto, o próximo tópico expõe detalhadamente o conceito de política pública.

3.2. Política Pública: algumas definições

A política pública é bem mais específica do que a política, pois se refere à ação estatal, sem, no entanto, se dissociar da política. Parada (2006, p. 67) afirma que “tanto a política como as políticas públicas tem a ver com o poder social. Mas enquanto a política é um conceito amplo, relativo ao poder em geral, as políticas públicas correspondem às soluções específicas como manejar os assuntos públicos”. Nesse sentido, encontramos em Saravia

(2006, p. 28) a complementação da definição: “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Dessa perspectiva, a Política Pública é o próprio Estado atuando e buscando resolver problemas específicos. Contudo, “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006, p. 24); ao contrário, seu campo de atuação é permeado pela interdisciplinaridade, com a contribuição de disciplinas como a Ciência Política, a Sociologia, a Economia, a Administração entre várias outras.

Esse termo é usado para referir-se também àquilo que o governo faz ou deixa de fazer, sintetizado nas palavras de Dye apud Souza (2006, p. 24): “O que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Essa contribuição aponta uma perspectiva que vai além das ações claras e positivadas pelos governos, tendo em vista que as intenções contam muito para a atuação governamental. Assim, nem sempre o que se quer estará bem definido e justificado pelos atores envolvidos nesse processo.

Nessa acepção mais cética dos atores políticos, a política pública além de ser a ação governamental pela ação e pela inação também coaduna com o jogo de interesses dos grupos envolvidos. Logo, essa linha vai ao encontro da definição de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Além disso, as políticas públicas variam em seus fins, pois:

É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (SARAVIA 2006, p. 28).

Assim, tem-se que as políticas públicas, em tese, têm em seu fim último o bem-estar das pessoas, o que implica numa atuação do Estado capaz de diminuir as desigualdades e propor melhorias na vida de seus cidadãos. Para isso, há que se construam tais políticas com um mínimo de planejamento com o subsídio de informações para a consecução dos seus fins.

A título de ilustração, Parada (2006) apresenta algumas características de uma política pública consistente, dentre as quais se pode citar¹⁵: fundamentação ampla e não apenas específica (qual é a ideia? A que se propõe?), estimativa de custos e de alternativas de

¹⁵ Fonte: Parada 2006 apud CIPE. Directory of Public Policy Institutes in Emerging Markets. Washington: 1996.

financiamento, oportunidade política, clareza dos objetivos e ainda indicadores (custo unitário, economia, eficácia, eficiência). Dessa forma, para se pensar numa intervenção do Estado, ou melhor, na sua ação, há que se ponderar aos vários fatores conjunturais em jogo. Caso contrário, o plano poderá esbarrar em impedimentos, o que será mais evidente na fase de implementação.

Nesse sentido, a consistência parte da ação do Estado, pois quem realmente implementam as políticas públicas são os governos. Ou seja, “os governos são instrumentos para a realização de políticas públicas” (PARADA, 2002, p. 34). Logo, “quem quer o governo quer políticas públicas” (PARADA, 2002, p. 34). Sob esse prisma, para o entendimento do trabalho aqui desenvolvido, a definição de política pública ficará mais próxima de um sentido tendente ao pragmatismo, como assinalado pelo autor:

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA 2006, p. 29).

Dentre os modelos e definições apresentados por Souza (2006), o Quadro 4 contém uma síntese dos principais elementos das políticas públicas como entendidos pela autora e consonantes com uma visão mais pragmática corroborada por Saravia (2006).

Quadro 4 – Síntese dos principais elementos das Políticas Públicas

Principais Elementos das Políticas Públicas
<ol style="list-style-type: none"> 1) A política pública permite distinguir entre a pretensão governamental de fazer algo e o que realmente é feito; 2) A política pública não está limitada apenas aos atores formais, os informais também influenciam os vários níveis de decisão, mesmo que a decisão formal seja do governo; 3) A política pública é ampla e não está restrita a leis e regras; 4) A política pública é objetiva e fruto de ação proposital; 5) A política pública está voltada ao longo prazo, tendo, contudo, ações no curto prazo; 6) A política pública é um ciclo não linear de decisões, as quais envolve as etapas de implementação, execução e avaliação entre outras.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Souza (2006).

Além disso, “as políticas públicas têm características que favorecem o avanço da discussão da agenda e dos programas; a principal é uma comparabilidade formal:

financiamento, sequência, claridade dos objetivos e de instrumentos” (PARADA, 2002, p. 32).

Por outro lado, complementarmente à visão de política pública até aqui exposta, um discernimento claro e objetivo deste campo do conhecimento é ofertado por Hofling quando discute políticas sociais. Segundo argumenta, política pública “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31). Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que tal definição guarda consonância com os planos governamentais, que no caso do Brasil é positivado pelas ¹⁶ Lei de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Contudo, essa concepção está centrada nos aspectos explícitos dos governos, deixando de lado a sua inação, como apontado por Dye.

Não obstante as delimitações aqui expostas, ainda assim, os conceitos de política pública e política ficariam incompletos caso não se recorresse a outro argumento. Essa dificuldade de definição é inerente à língua portuguesa, que trata os termos com estreita proximidade. Nesse sentido, Frey (2000) nos apresenta três dimensões de política advindas da língua inglesa, quais sejam: ‘Policy’, ‘politics’ e ‘polity’.

A dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delimitada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000, p. 217).

De acordo com o autor, a língua inglesa estabelece uma seara institucional (polity), uma área de tomada de decisão (politics), voltada ao processo político, e uma referente à configuração dos programas propriamente ditos (policy), voltados aos conteúdos da política. ‘Policy’, seria, assim, o conteúdo prático, o resultado, “o governo em ação”. No entanto, essa separação dos aspectos teóricos de cada categoria se faz no sentido de melhor se estruturar um projeto de pesquisa. Na realidade, porém, não se pode abandonar que essas delimitações estão intimamente interligas e se influenciam mutuamente (Frey, 2000).

Há ainda outra vertente das políticas públicas que se deve observar ou ao menos explicitar. Trata-se da “diferença” entre políticas de Estado e políticas de governo¹⁷. A

¹⁶ De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

primeira seria as políticas de longo prazo em que a mudança não dependeria da alternância de poder, a cada quatro anos, como no atual modelo eleitoral brasileiro. A segunda seria as políticas típicas de curto prazo, em que há mudanças de acordo com novos governos (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011).

Tem-se que essa diferença entre os conceitos postos não é trivial com apenas uma simples afirmação temporal. Pelo contrário, ao se firmar políticas de Estado e políticas de governo, há que se levar em conta que o próprio Estado está estruturado para receber governos em seu seio. Portanto, “é na medida em que os grupos políticos no comando do governo defendem o interesse do conjunto da sociedade civil que as políticas de governo passam a constituir também políticas de Estado” (ROSA, 2003, p. 85).

Nesse sentido, seria difícil entender realmente o que é uma política pública de longo prazo (de Estado) tendo em vista que em um regime democrático a alternância de poder ou ao menos a sua possibilidade seja tida como um princípio. À luz do tempo, como é o caso, a Educação Profissional já existe como ação estatal desde 1909 com a criação das escolas de aprendizes artífices. Contudo, a cada governo ou regime uma nova roupagem é dada e nem sempre de grandes avanços; ao contrário, um passo a frente é muitas vezes sucedido de vários passos atrás. Nesse contexto, o Pronatec está inserido na EPT, mas ainda não há elementos suficientes para o seu enquadramento como sendo uma política pública de curto ou longo prazo.¹⁸ Tende mais para uma política de governo no sentido de sua legitimidade.

Para compreensão da análise de políticas públicas, segue a apresentação de alguns modelos analíticos.

3.3. Alguns modelos de análises de políticas públicas

Não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo detalhado dos modelos de análises de políticas públicas. Contudo, para que se possa ter uma visão geral desses conceitos alguns serão aqui demonstrados, de forma sucinta, para entendimento do contexto trabalhado. Não obstante, o modelo incremental será detalhado adiante tendo em vista que o objeto de pesquisa se enquadra, a priori, neste exemplo.

¹⁸ Sobre o prisma do tempo há uma dificuldade de se saber o que são políticas de governo e políticas de Estado. Oliveira (2011, p.329) apresenta um conceito mais amplo em que “[...] políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas”. Por outro lado “[...] as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade”.

Segundo Dye (2010, p. 100) “os modelos visam a simplificar e esclarecer nossas ideias sobre política e políticas públicas” e ainda a compreendê-los de forma conceitual. O autor apresenta os seguintes modelos de análise de políticas públicas:

- Modelo institucional – vê a política como produto institucional. Nesse modelo as atividades políticas giram em torno da produção institucional. Algumas instituições governamentais são importantes nesse cenário, como o congresso, a presidência, os entes federados, os tribunais e o próprio legislativo;

- Modelo de processo – na visão de processo, a política pública é tida como uma série de atividades políticas, como a identificação do problema, organização da agenda, formulação e avaliação;

- Modelo de grupo – a política pública é vista como o equilíbrio entre os grupos. Os vários grupos lutam pelo poder e se contrabalançam de acordo com a união de objetivos comuns dos indivíduos;

- Modelo de elite – a política pública é vista como a preferência das elites. Nessa ótica o povo é tido como apático e mal informado. A política flui de cima para baixo;

- Modelo racional – a política pública vista como máximo ganho social. Aqui, o que se evidencia não é o ganho financeiro básico, mas sim a diferença entre os valores produzidos em detrimento dos sacrificados;

- Modelo da Teoria dos jogos – a política pública é tida como escolha racional em situações competitivas. Nessa teoria, as decisões levam em consideração as opções dos participantes e o resultado vai depender da escolha que cada um faça;

- Modelo da opção pública – política como deliberação coletiva de indivíduos movidos pelo autointeresse. Essa teoria parte do pressuposto de que cada indivíduo age buscando seu próprio interesse, quer no ambiente de mercado quer no ambiente político. Ou seja, não existe uma dicotomia de comportamento, sendo um para o ambiente político e outro para o ambiente de mercado;

- Modelo sistêmico – política pública como produto do sistema. Ou seja, as políticas são respostas às demandas ocasionadas pelo sistema. Nessa teoria, todo ambiente interfere na decisão final, tanto o ambiente micro como o ambiente macro.

- Incrementalismo – política como continuação de ações de governos anteriores. Este modelo será discutido especificamente no próximo item, tendo em vista que o tema aqui proposto, o Pronatec, se aproxima de uma política incremental, como será demonstrado.

Além desses modelos elencados a partir da perspectiva de Dye (2010), tem-se aqueles elencados por Souza (2006) (Quadro 5). Para a autora, os modelos ajudam a entender as ações governamentais: “Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006, p. 28).

Quadro 5 – Modelos de formulação e análise de políticas públicas

Modelo	Autor(es)	Descrição
Incrementalismo	Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980), Wildavsky (1992)	Decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam as capacidades dos governos de adotar políticas inovadoras
O ciclo da política pública		<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição da agenda; 2. Identificação das alternativas; 3. Avaliação das opções; 4. Seleção das opções; 5. Implementação; 6. Avaliação.
Modelo <i>garbage can</i> (lata de lixo)	Cohen, March e Olsen (1972)	Vários problemas e poucas soluções; compreensão do problema e das soluções é limitada; organizações operam por meio de tentativa e erro.
Coalização de defesa (<i>advocacycoalition</i>)	Sabatier e Jenkins-Smith (1993)	Concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis; política pública se articula com os acontecimentos externos; crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas.
Arenas sociais	Marques (2000)	Política Pública iniciativa dos empreendedores políticos; Para chamar-lhes a atenção: <ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação de indicadores desnudam a dimensão do problema; 2. Repetição continuada do mesmo problema ou desastres; 3. Informações que mostram as falhas da política atual e os seus resultados; Constituem redes sociais – contatos, vínculos e conexões; foco no conjunto de relações.
Modelo do equilíbrio interrompido	Baumgartner e Jones (1993)	Política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores. Pode ser incremental e passar por fases de mudanças radicais.
Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal.	Olson (1965)	Eficiência, racionalidade, desregulamentação.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Souza (2006).

Os modelos de Dye (2010) e Souza (2006), apesar de diferentes, são complementares entre si, tendo em vista que não há um melhor ou pior. Além disso, cada um dos tipos apresentados aponta para uma determinada análise das políticas públicas, o que vem a enriquecer o campo teórico dessa área do conhecimento. A seguir, detalha-se o modelo incremental de políticas públicas, por ser entendido como mais adequado para explicar o Pronatec.

3.4. O Pronatec como Modelo Incremental de Políticas Públicas

Este tópico tem a intenção de apresentar o modelo de análise incrementalista. Essa pretensão, portanto, fundamentada no objeto de estudo – o Pronatec, priorizado no primeiro mandato da Presidente Dilma. Uma ação governamental que pode ser, a priori, entendida sob o ponto de vista desta teoria.

Antes, contudo, cabe ressaltar que o Pronatec, apesar de todo o seu arcabouço jurídico e institucional bem como de seu desenho, não é um programa totalmente novo na sua acepção conceitual. Isto porque outros programas já foram criados com o intuito de qualificação profissional, principalmente por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a exemplo de programas financiados com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), o Programa Integrado de Juventude (Projovem) e o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

Uma das diferenças do Pronatec está em sua vinculação ao Ministério da Educação e a sua consequente integração à EPT. Assim, por meio desta ação governamental, são oferecidos tanto cursos de curta duração como cursos técnicos com carga horária maior, a exemplo dos cursos subsequentes de 1.500 horas. Há, por conseguinte, na lei de criação do Programa a intenção de qualificar e democratizar o ensino técnico a trabalhadores e a estudantes do Ensino Médio. No entanto, o Programa não se mostra como uma novidade em termos de lógica; ao contrário, sua atuação tem demonstrado a massificação da Educação Profissional – por isso, o desenvolvimento do sentido de ‘incremental’ aqui desenvolvido.

O precursor do incrementalismo na formulação de decisões foi o cientista político Charles Edward Lindblom, que apresentou esse conceito como uma crítica ao modelo racional tradicional de formulação de decisões. De acordo com Dye (2010, p. 115), os tomadores de decisão não levam em consideração todas as informações disponíveis a fim de maximizar os benefícios. Pelo contrário, as limitações de tempo, de informação e de custos impedem os

formuladores de decisão de identificar todas as alternativas e as suas principais consequências.

Para o autor, esse modelo é a continuação de atividades de governos anteriores com apenas pequenas modificações, as quais, por essa razão, são denominadas incrementais. Uma explicação bem clara do modelo incremental é oferecida por Rua (1998, p. 9):

Significa buscar solucionar problemas de maneira gradual, sem introduzir grandes modificações nas situações já existentes, e sem provocar rupturas de qualquer natureza. Ou seja, em vez de especificar objetivos e de avaliar que decisões podem atender a esses objetivos, os tomadores de decisão escolhem as alternativas mediante a comparação de alternativas específicas e da estimativa de quais dessas alternativas poderão melhor produzir os resultados esperados. Assim, a melhor decisão não é aquela que maximiza os valores e objetivos dos tomadores de decisão, mas aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos.

A política incremental sugere um ganho de tempo e menor desgaste por parte dos governantes. É mais fácil fazer pequenas alterações nas políticas já existentes do que fazer mudanças drásticas com consequências e respostas desconhecidas da sociedade. Dessa perspectiva é que se pode afirmar que essa política é bastante conservadora. O próprio autor (Dye, 2010) cita que esse conservadorismo se expressa no sentido de que os atuais programas, políticas e despesas são tidos como o ponto de partida. Como exemplificação, tem-se a política orçamentária, a qual pode ser vista de forma incremental.

Nesse sentido, Ollaik et al (2011, p. 348) afirmam que “no incrementalismo a base do orçamento é tida quase totalmente como dada, sendo a sua principal preocupação compreender os fatores que explicam as mudanças marginais da base”. Além disso, “os resultados do processo orçamentário são geralmente incrementais, ou seja, variam relativamente pouco de um ciclo orçamentário para outro, e de um estágio orçamentário para outro” (OLLAIK et al. 2011, p. 348). É com base no processo orçamentário, então, que o modelo de política incremental pode ser mais nitidamente evidenciado.

O orçamento visto sobre o prisma do incrementalismo é um exemplo clássico e vem desde a teoria empírica dos estudos de Davis, Dempster e Wildavsky, em que realizaram pesquisa e apresentaram artigo com o intitulado *A Theory of the Budgetary Process*, de 1966. Ollaik et al (2011, p. 349) corroboram este argumento:

Para desenvolver a teoria empírica e demonstrar que as demandas orçamentárias são explicadas pelos orçamentos aprovados nos anos anteriores, Wildavsky escreveu a teoria empírica do orçamento com Otto Davis e Michael Dempster, utilizando dados orçamentários (séries temporais) do Governo Federal Norte Americano do período compreendido entre 1947 a 1963 de 56 órgãos governamentais não vinculados à

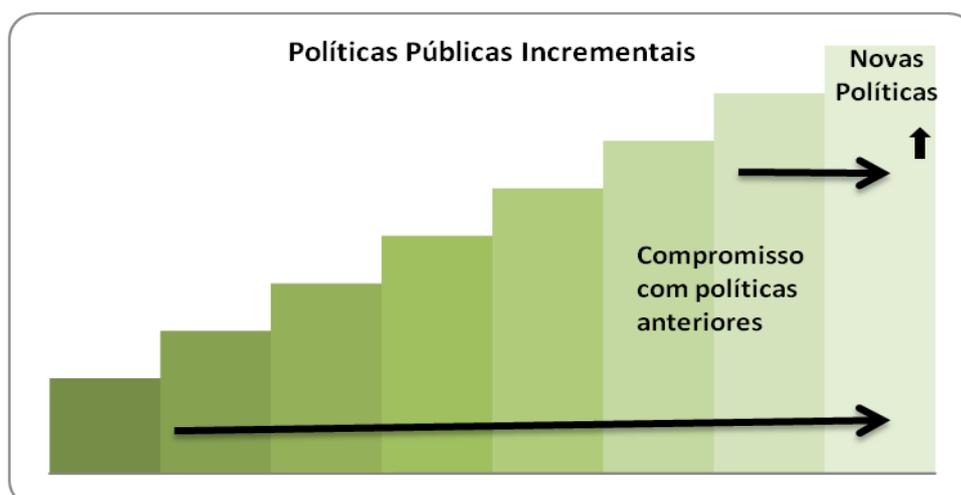
Defesa, e com isso demonstrou que os resultados são função dos valores iniciais acrescidos ou diminuídos de um valor aleatório.

Com esses estudos, foi possível avançar no modelo. Assim, parte-se do orçamento e adentra-se o rol das várias ações que compõem o campo da política pública, em especial, como exemplo, o Pronatec, o qual pode ser avaliado por este modelo de análise de política pública. Destarte, esse conjunto teórico poderia, em tese, ser aplicado ao Programa, tendo em vista ser uma continuidade da Educação Profissional no país, principalmente quando se compara as Escolas de Aprendizes e Artífices, de 1909 até a atualidade do século XXI, com os Institutos Federais e, conseqüentemente, o Pronatec.

Também colaborando com esse campo, Amarin Neto, Cortez e Pessoa (2011) abordam a questão do incrementalismo por meio de estudo sobre o sistema político brasileiro. Os autores partem do pressuposto de que o sistema político é complexo e delicado e uma possível mudança brusca poderia trazer mais prejuízos do que vantagens. Assim, asseguram que “no Brasil, é preciso prosseguir neste processo de revisão permanente do nosso sistema eleitoral-partidário, não com uma grande reforma que reconstrua todo o “edifício a partir da estaca zero”, mas, sim, por meio de medidas pontuais, cirúrgicas e refletidas” (AMORIN NETO, CORTEZ E PESSOA, 2011, p. 46). A proposta, portanto, é de fazer pequenos ajustes no sistema eleitoral como, por exemplo, no modelo proporcional.

Para melhor entendimento do modelo incremental, a Figura 4 mostra o prevailecimento das políticas passadas, com o acréscimo das novas políticas, marginais, às suas predecessoras.

Figura 4 – Modelo Incremental de Políticas Públicas



Fonte: Elaboração do autor a partir de Dye (2010).

Esse conservadorismo das políticas públicas quanto ao poder da série histórica, como apresentado na Figura 4, pode ser explicado por Dye (2010, p. 115-116), pois diz respeito à legitimidade das políticas públicas anteriores, as quais são aceitas pelos novos formuladores e continuadas em seus programas. Quatro fatores, segundo o autor, corroboram esse fenômeno. Primeiro, os formuladores de políticas não dispõem de tempo, informações ou dinheiro para pesquisar todas as alternativas às políticas em vigor; segundo, aceitam a legitimidade das políticas anteriores por causa da incerteza quanto às consequências de políticas completamente diferentes; terceiro, se aceita como verdade indiscutível o fato de que as organizações tendem a sobreviver ao longo do tempo a despeito de sua utilidade, que elas criam rotinas difíceis de serem alteradas; e quarto, o incrementalismo é politicamente conveniente.

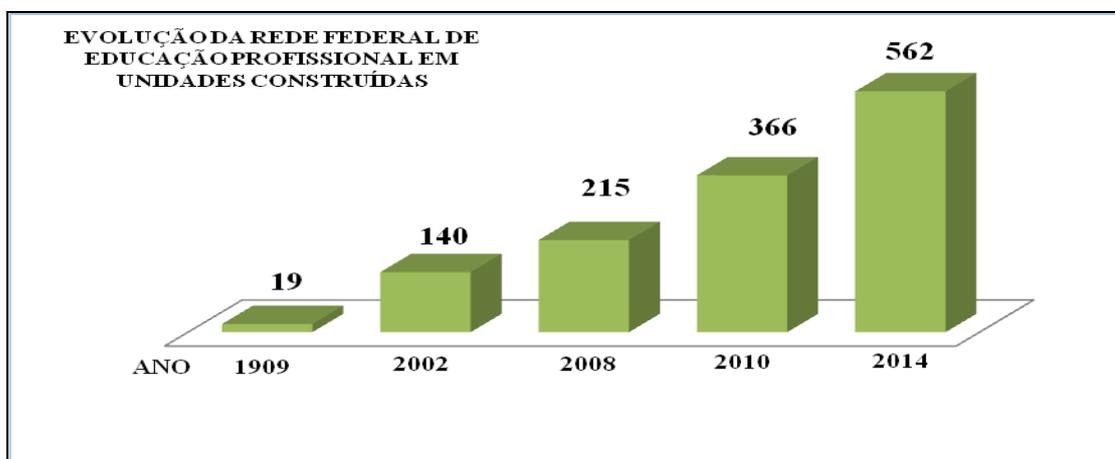
No entanto, esse modelo de análise de decisão política sofre crítica quanto a sua simplicidade, principalmente por não explicar as rupturas das séries históricas. Nesse sentido, Ollaik et al (2011, p. 350) argumentam:

Existem muitas críticas a este modelo. Uma delas é que o modelo incremental não oferece meios de analisar ou explicar mudanças bruscas que se observam em análises de séries históricas. Além disso, argumenta-se que o modelo incremental simplifica muito a análise para conseguir reduzir a complexidade e permitir aplicações quantitativas em várias situações e em vários países.

Etzioni (2010, p. 223), propondo uma terceira opção de tomada de decisão: o Mixed scanning, critica conceitual e empiricamente o incrementalismo ao definir que essa estratégia “reconhece claramente um subconjunto de situações às quais ela não se aplica – a saber, decisões “grandes” ou fundamentais, como, por exemplo, uma declaração de guerra”. O autor segue afirmando que são as decisões fundamentais que criam as condições para as decisões menores, as inúmeras decisões incrementais. Assim, os passos incrementais dependem basicamente das decisões fundamentais. Ou seja, a primeira deriva da segunda.

No que pese a crítica, ainda assim o modelo incremental tem se mostrado com uma capacidade empírica e explicativa bastante razoável e a abordagem de Etzioni colabora para um melhor entendimento da tomada de decisão. Isso melhor se aplica quando se analisa as decisões por meio da política pública, em especial, o Pronatec, que deriva de um modelo incremental de Educação Profissional. Ou seja, o objeto já é, em si, incremental/conservador. A Figura 5 apresenta a Educação Profissional sob o ângulo deste modelo.

Figura 5 – Evolução da Educação Profissional por unidades construídas



Fonte: Elaboração do autor (Agosto, 2014).

O Pronatec como política pública, portanto, se mostra como uma soma de garantias de políticas recorrentes com compromissos anteriores que mantêm o *status quo*, priorizando uma formação rápida e que atenda às demandas do mercado de trabalho¹⁹. Ou seja, mais trabalhadores aptos para os vários setores da economia. No entanto, quando se dirige o olhar para o beneficiário nem sempre a qualificação recebida implica uma ocupação. Sob a ótica da teoria, por conseguinte, pode-se dizer que o Programa é um avanço em termos de recursos. Por outro prisma da mesma análise, evidencia-se que não há uma ruptura com as políticas passadas, o que corrobora para se manter um incrementalismo herdado do século passado.

Feitas essas análises, passa-se a seguir à discussão da EBT sob o enfoque das políticas públicas e como esse ramo de ensino se comportou ao longo dos anos. O objetivo é demonstrar a Educação Profissional no seu contexto histórico, no sentido de trilhar o longo caminho percorrido até os dias atuais.

¹⁹ Essa lógica está centrada no novo desenvolvimentismo do início do século XXI. Segundo Castelo (2013, p.583) “O novo desenvolvimentismo tem uma curta e recente história na América Latina. Surge no início do século XXI — mais precisamente no Brasil com os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira e alguns documentos do empresariado nacional — como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo. Nasce, portanto, como uma tentativa das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos de traçar uma terceira via de desenvolvimento, criticando tanto o neoliberalismo do Consenso de Washington quanto o socialismo do século XXI”.

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM LONGO CAMINHO

A política pública, conforme vimos, é definida por Dye (apud SOUZA, 2006, p. 24) como tudo que o governo faz ou deixa de fazer e para Saravia (2006) como soluções específicas para se resolver problemas públicos. Logo, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)²⁰, seguindo o conceito desses autores, pode ser entendida como aquilo que o governo está fazendo para suprir a coletividade de conhecimento profissional e tecnológico com vistas a atender à demanda de qualificação profissional para o mundo do trabalho. Diante dessa conceituação, cabe discutir a EPT com vistas ao entendimento da sua formação histórica, fazendo referência aos seus antecedentes e a sua evolução ao longo de sua existência no Brasil.

Para isso, este Capítulo está organizado em quatro subtítulos, os quais tratam da educação profissional em determinados períodos da história brasileira. O primeiro apresenta a EPT na primeira república (1889 a 1930); o segundo expõe o tema à luz do governo Vargas, com um recorte de 1930 a 1945; o terceiro adentra o processo de industrialização do país combinado à EPT; e o quarto procura explicitar a temática relacionada ao conflito ideológico marcado pelos governos FHC e Lula. Por fim, aponta-se ao governo Dilma, o qual criou o Pronatec – programa voltado à EPT, sua principal marca enquanto política nesta área do ensino.

4.1. A Educação Profissional na Primeira República (1889-1930)

A construção da Educação Profissional no país seguiu, diretamente, as contradições de um Brasil desigual e com heranças de um período colonial marcado pelo trabalho escravo e pela baixa instrução de seus cidadãos. A característica marcante dessa trajetória é, certamente, o preconceito ao trabalho manual, advindo de seu embrião escravista, como argumenta Santos (2010, p. 205), “[...] a gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada

²⁰ A definição de Educação Profissional é controvertida e cheia de olhares múltiplos. Por isso, nesta dissertação segue-se o modelo adotado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, por ser atual e representar já uma evolução da construção dessa política. Este instrumento legal assim se define: Art. 1º – A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si”. Ainda nessa linha Cunha (2000, p. 90) reafirma:

Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres.

Essa forma de pensamento era tão comum, que nem mesmo aqueles que sofriam esses preconceitos ou mesmo a maioria da população conseguiam fazer essa dissociação; pelo contrário, toda essa organização do trabalho era socialmente endossada. Ou seja, “a velha mentalidade escravocrata não era privilégio das camadas dirigentes: era também uma característica marcante do comportamento das massas que se acostumaram, após três séculos, a ligar trabalho com escravidão” (ROMANELLI, 1986, p. 44).

O que se pode observar neste período são algumas experiências no sentido de se destinar Educação Profissional às camadas não pertencentes à classe escravocrata, pois as corporações de ofício dificultavam ao máximo o ingresso desses trabalhadores, diferentemente do modelo europeu que se dava mediante a integração entre homens livres e escravos (SANTOS, 2010). Essa oferta estava direcionada, primordialmente, aos mais necessitados e atendia a órfãos e desvalidos de fortuna (CUNHA, 2000).

Por outro lado, essa oferta de educação, ainda incipiente, estava ligada às transformações da economia brasileira, a qual se alterava gradativamente no rumo de uma economia industrializada. Conforme Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 321) “entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, algumas regiões do País, em especial a região centro-sul, passaram por um surto industrial e um acelerado crescimento urbano”. Isso advindo da dinâmica econômica, pois:

Considerada em conjunto, a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX. Sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está à chave do processo de crescimento nesta etapa (FURTADO, 2007, p. 206).

Corroborando esse argumento, encontra-se em Cunha (2000, p. 94) o acréscimo das influências do proletariado nacional:

Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de idéias exóticas” no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado.

Destarte, a renda das exportações possibilitou o crescimento da economia nesse período, a formação do proletariado nacional e a preocupação com a força de trabalho tornavam-se, aos poucos, um ponto da agenda interna, como afirmam Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 322):

Ainda que parcialmente, a adesão a esse modelo econômico foi marcada pela industrialização e pela utilização crescente de artefatos tecnológicos, movidos por fontes de energia cuja produção em si já implicava em novas tecnologias, como a eletricidade e o petróleo. Cada vez mais, tornava-se fundamental garantir e qualificar a mão de obra para lidar com novas técnicas, ferramentas, máquinas, e para se inserir em um novo ambiente de trabalho.

Todo esse ideário tinha suas raízes na construção de uma economia forte a exemplo dos países centrais. Aqui, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico; ordem e progresso são os lemas do empresariado nacional, substancialmente influenciados por correntes externas liberais. “Seus adeptos atribuíam à indústria a função de elevar o Brasil ao nível das nações civilizadas, pois ela permitiria ao país possuir os atributos próprios dos países da Europa e dos Estados Unidos” (CUNHA, 2000, p. 94).

Assim, o processo de industrialização se torna uma das variáveis que colaboram para a busca de mão de obra qualificada, principalmente o fenômeno da mundialização do capital, no qual o Brasil se inseria gradualmente. No entanto, a educação técnica nesse processo não era prioridade para o Estado, sendo ofertada, na maioria das vezes, por iniciativas não-estatais.

Só em 1909, no governo do então Presidente Nilo Peçanha, o Estado age neste setor de forma articulada²¹ com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices.

Sua criação dava cumprimento ao decreto republicano do presidente Nilo Peçanha, de no 7.566, de 1909, que determinava a instalação de 19 escolas dessa natureza no Brasil, cujo objetivo inicial era o de ministrar ensino técnico profissional de nível primário, gratuitamente, para crianças instaladas quase todas nas capitais dos estados brasileiros, essa era a primeira iniciativa nacional republicana nesse setor (CHAMON; GOODWIN JR., 2012, p. 320-321).

²¹ A articulação defendida está no sentido restrito de se tentar criar uma instituição em cada capital de estado. Contrário a um sentido mais amplo.

Essas escolas, apesar das grandes dificuldades encontradas, tornaram-se a “pedra fundamental” da Educação Profissional no país, o que corroborou para a construção de um longo caminho até a primeira década do século XXI. Além disso, tinha na sua gênese a ânsia por resolver um problema público²², o qual estava ligado, primeiramente, a uma massa desprovida de qualquer política estatal e ainda, pelo pensamento progressista da época, o qual via na industrialização o caminho mais rápido para o crescimento econômico. Nesse sentido,

o pensamento industrialista se converteu em medidas educacionais, pela iniciativa do presidente da República, Nilo Peçanha, que baixou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado, com exceção do Rio de Janeiro, cuja unidade foi construída na cidade de Campos, e do Rio Grande do Sul, onde em Porto Alegre funcionava o Instituto Profissional, o qual recebeu posteriormente o nome de Instituto Parobé (SANTOS, 2010, p. 212).

Assim, esse modelo foi o marco inicial da política de Educação Profissional no Brasil, sendo que a rede de Escolas de Aprendizes e Artífices veio a se consolidar, num caminho cheio de contradições, como um modelo de ensino técnico-profissional. Nilo Peçanha, nesse processo, é considerado o fundador da Educação Profissional (SANTOS, 2010). Projeto de educação que pode ser resumido por Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 329):

Portanto, é possível dizer que a incorporação do operariado à modernidade urbana pela via do trabalho teve, nas Escolas de Aprendizes Artífices, um símbolo, que fazia aparecer e que encarnava um projeto político, que carregava consigo a noção de ato inaugural, de criação de uma nova ordem, expressão da vontade republicana de instaurar um novo lugar para o trabalho. Nesse momento, a cidadania formal exigia a alfabetização.

No entanto, apesar de serem o marco inicial da educação profissional, todas essas ações ainda estavam longe de uma educação como princípio norteador das ações governamentais e representavam ainda um processo de baixa instrução dos cidadãos somada a uma realidade industrial que ainda era incipiente. Sob esse prisma, pode-se dizer que

a I primeira República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de alfabetização e de industrialização ainda era baixo (ROMANELLI, 1986, p. 45).

Tudo isso, portanto, traz à tona que a educação se moldou ao contexto social, econômico e cultural do período, estando a serviço das exigências ideológicas dominantes,

²² Resolver ou mesmo minimizar a exposição social dos órfãos e desvalidos de fortuna.

muito mais quando se trata da própria Educação Profissional, por estar diretamente incluída num contexto imediato do trabalho. Ou seja, nas palavras de Romanelli (1986, p. 45), a título conclusivo:

[...] os fatores atuantes na educação e evolução do ensino, quais sejam o sistema econômico, a herança cultural, a demanda social de educação e o sistema de poder permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que fez com que a educação ofertada a população brasileira correspondesse às reais exigências da sociedade então existente (ROMANELLI, 1986, p. 45).

Nesse sentido, mesmo dentro de um ambiente em plena transformação, data de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, a primeira experiência articulada do governo brasileiro pensando a modalidade de Educação Profissional em âmbito nacional. Com isso, desde a instituição dessas entidades até 2011, quando ocorreu a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), objeto desta dissertação, tem-se 102 anos, ou seja, um século percorrido. Portanto, é a partir dessa primeira experiência estatal “planejada” que se inicia a Educação Profissional como política pública, no sentido aqui desenvolvido como aquilo que o governo faz.

O período Vargas exerceu grande influência nesse processo de construção, principalmente por meio de forte interferência do Estado, o que se aborda a seguir.

4.2. A Educação Profissional no período Vargas (1930-1945)

A década de 1930²³ é um daqueles momentos na história que trazem consigo mudanças paradigmáticas. De uma economia predominantemente de base agroexportadora passa-se a uma economia que caminha para a industrialização. Esse processo já vinha na pauta de discussões da burguesia brasileira. “A ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica” (Santos, 2010, p. 211). Ainda, segundo Andreotti (2006, p. 102),

²³ Esse período da história é influenciado por grandes transformações políticas ocorridas no decênio anterior, o que culminou com o rompimento da ideologia oligárquica até então vigente. Pois “durante o transcurso dos anos 20, vemos, portanto, irromperem as revoltas armadas que definiram o tenentismo, a criação do partido comunista e a Semana de Arte Moderna, os quais tinham em comum a contestação e a oposição à velha ordem oligárquica latifundiária” (ROMANELLI, 1986, p. 49).

A década de 1930 foi palco de mudanças no eixo da produção econômica. Em virtude da transição do modelo econômico agroexportador para o de produção industrial. Essas mudanças favoreceram o desenvolvimento de algumas regiões do país, que acompanharam o incremento do processo de industrialização e as consequentes transformações urbanas. Essa recente modernização capitalista no Brasil trouxe a expansão de novas camadas sociais e abriu possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor.

Até então, a economia estava centrada em pequenos artefatos e se bastava com a renda do setor agroexportador, predominantemente o cafeeiro. Com a crise de 1929, toda essa dinâmica muda. Ou seja, “entre 1890 e 1930 instalou-se aqui uma indústria de bens de consumo não-duráveis. Na etapa seguinte, a partir de 1930, começaria a se formar uma industrialização de bens de consumo duráveis, que amadureceria duas décadas depois” (IPEA, 2010, p. 18).

Esse movimento de industrialização via o processo de substituição de importação é denominado de nacional-desenvolvimentismo, pois se centra, de maneira geral, na ideia de que “a especialização em produtos primários deve ser combatida e a industrialização substitutiva de importações deve ser promovida como a principal diretriz estratégica” (GONÇALVES, 2012, p. 649).

Dentro desse contexto de transformação, a educação passa por algumas medidas importantes como a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Além disso, a era Vargas (1930 a 1945) trouxe outras ações no âmbito da Educação Profissional. Na década de 1930, houve a reforma Francisco Campos, por meio do Decreto-Lei nº Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e o Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Esses instrumentos legais consolidaram uma política de ensino dual, com um ensino voltado à classe dirigente e outro, à classe trabalhadora; em outras palavras, com uma educação para o *fazer* e outra educação para o *pensar*.

Essa dicotomia pode ser mais evidenciada justamente por manter um rígido sistema de avaliação combinado a uma carga disciplinar ampla. Em suma, toda a regulamentação implementada pela Reforma Francisco Campos limitava a participação da grande massa brasileira, constringendo com isso a sua participação. Romanelli (1986, p. 138) fundamenta, assim, a tese de que essas medidas limitaram a expansão do ensino pelo lado da oferta, via política estatal. Esse distanciamento da educação voltada à classe trabalhadora tinha na sua gênese, portanto, o privilégio das classes médias em expansão em busca de uma educação superior.

Essa reforma priorizou o ensino secundário por ser o grau da alçada da União e por ser procurado pelas camadas médias em expansão para a inserção nos cursos superiores. A maioria das escolas secundárias, destinadas a crianças e jovens de 12 a 18 anos, até meados dos anos 40, pertencia à iniciativa privada e seu programa apresentava vasta abrangência de conteúdos, um sistema rígido de avaliação e a obrigatoriedade de um exame de admissão, afastando boa parte da população que não se via representada nessa escola, o que não deixava dúvidas sobre o caráter elitista desse grau de ensino e o aspecto seletivo da trajetória escolar (ANDREOTTI, 2006, p. 107).

Outra importante ação do governo Vargas foi a reforma Capanema, que criou instrumentos legais para o ensino secundário e para o ensino profissional. Este disciplinado pelas Leis Orgânicas que tratavam do ensino industrial, comercial, primário e já em 1946 do ensino agrícola. Aquele, pelo Decreto-Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, que o organizava no ciclo ginásial comum e com 4 anos de duração; e no colegial, dividido em clássico, destinado às áreas humanas e o científico, destinado às áreas exatas e biomédicas. Além disso, os dispositivos legais impunham às indústrias o dever de ensino de ofícios a aprendizes e empregados. Conforme Romanelli (1986, p. 155):

Este é o aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela uma preocupação do Governo de engajar as indústrias na qualificação profissional de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente.

Essa lógica educacional, para Capanema, dava acesso a qualquer curso superior via ensino secundário, enquanto esse mesmo acesso só era permitido aos estudantes da Educação Profissional dentro das suas respectivas áreas, às quais estavam vinculados. Permanecia assim uma educação que privilegiava uma determinada camada social.

Vale destacar ainda neste período a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942 e a criação do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, por meio do Decreto-Lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946. Neste momento, passa-se a ofertar o Ensino Profissional pela iniciativa privada através dessas organizações paraestatais.

Tais instituições constituiriam mais tarde o Sistema S²⁴. Foram inseridas por uma forte demanda industrial do pós-guerra combinada a um processo de industrialização via

²⁴ A expressão Sistema S, popularizada nos últimos dez anos, designa o conjunto de serviços nacionais sociais e de aprendizagem que, até o presente, engloba nove entidades: Senai, Sesi, Senac, Sesc, Senar, Senat, Sest, Sebrae e Sescop. Mas esse conjunto não opera de fato como sistema, nem mesmo no âmbito de cada serviço (IPEA, 2006).

substituição de importações. Além disso, acrescenta-se o fato de as políticas públicas na área de Educação Profissional serem incipientes e com baixa oferta de vagas no sistema público. Conforme Romanelli (1986, p. 166):

A economia de guerra do início da década de 1940 impunha sérias restrições às importações e, com isso, impulsionava o processo de industrialização. A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido de preparação da mão-de-obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra estrutura necessária a implantação, em larga escala, do ensino profissional. Tampouco as classes médias, que faziam crescer a demanda social por educação, estavam realmente interessadas no ensino profissional de grau médio. A organização do ensino médio profissional continuou, pois, apesar das reformas, a arrastar-se lentamente, sem uma expansão capaz de atender às necessidades do desenvolvimento.

A natureza dessas entidades não é de caráter público, estando estas vinculadas a setores privados específicos, o que denota que a Educação Profissional teve grande participação deste setor somado ainda a uma maior autonomia de sua atuação, tal como citado por Benini (2015, p. 112):

Importante também observar que o Sistema S, em geral, salvo algumas exceções, é um complexo de serviços especiais para a produção de matriz empresarial (ou com a hegemonia dessa fração de classe) materializado na própria determinação legal de que suas organizações são “pessoas jurídicas de natureza privada, mas sem fins lucrativos”, porém, com recursos de caráter fiscal ou parafiscal, pois são contribuições compulsórias (instituídas por lei) não-estatais, que significa uma regulação jurídica generalizante e imposta a todos. Em virtude de tal arranjo institucional, sua forma de aplicação e gerenciamento ganha considerável autonomia em relação à disputa política no seu sentido amplo (luta de classes), sendo que essa disputa cessa após a promulgação da sua lei instituidora, que garante justamente tal autonomia, e somente é retomada quando entra em questão a própria estrutura institucional de tal sistema.

Este espaço retratado na era Vargas pode ser observado pelo amplo arcabouço legal (Quadro 6) na área da educação. Dessa forma, a Educação Profissional contou com a contribuição tanto do próprio Estado quanto das entidades paraestatais, principalmente por meio do SENAI e SENAC²⁵.

²⁵ Vale destacar o importante papel dessas instituições na construção das políticas de educação profissional. Isto em grande medida pela baixa oferta de vagas pelo sistema público de educação nesta área. As respectivas entidades paraestatais tiveram lugar de destaque nesse processo. Portanto, sabe-se desse ciclo e por motivos de delimitação do estudo resolveu-se citar no texto sem um subtítulo específico.

Quadro 6 – Principais Leis e Decretos da Educação Profissional na era Vargas

Ano	Instrumento Legal	Governo/ Presidente	Conteúdo/Finalidade
1930	Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.	Getúlio Vargas	Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública – MES.
1931	Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.	Getúlio Vargas	Organização do Ensino Secundário (Reforma Francisco Campos).
1932	Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.	Getúlio Vargas	Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências (reforma Francisco Campos).
1934	Decreto nº. 24.558, de 3 de julho de 1934.	Getúlio Vargas	Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências.
1937	Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.	Getúlio Vargas	Transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.
1942	Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.	Getúlio Vargas	Lei Orgânica do Ensino Industrial (Reforma Capanema).
1942	Decreto-Lei 4.244, de 09 de abril de 1942.	Getúlio Vargas	Lei Orgânica do Ensino Secundário (Reforma Capanema).
1942	Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942.	Getúlio Vargas	Criação do SENAI.
1943	Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943.	Getúlio Vargas	Lei Orgânica do Ensino Comercial (Reforma Capanema).
1946	Decreto-Lei 8.529, de 02 de janeiro de 1946.	José Linhares (interino)	Lei Orgânica do Ensino Primário (Reforma Capanema).
1946	Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946.	José Linhares (interino)	Lei Orgânica do Ensino Normal (Reforma Capanema).
1946	Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.	Eurico G. Dutra	Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
1946	Decretos-Lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946.	José Linhares (interino)	Criação do SENAC.

Fonte: Elaborado pelo autor (Agosto 2014).

Apesar da importante contribuição à Educação Profissional na era Vargas, principalmente através das reformas instituídas por meio das leis orgânicas aos vários setores da economia e com o Estado sendo seu principal indutor, tal atuação estatal veio a consolidar uma educação que representava a estrutura da sociedade brasileira, isto é, baseada na divisão entre a classe trabalhadora, os executores, e a classe abastada, os dirigentes.

Nesse mesmo período a economia brasileira sofreu forte impulso rumo à industrialização, a qual será tratada a seguir.

4.3. O processo de industrialização do país e a Educação Profissional

Após a era Vargas, o país passa pela consolidação do processo de substituição de importações e a educação técnica começa a se consolidar como uma política forte do Estado brasileiro. Nesse meio, a Educação Profissional se apresenta como necessária à consolidação de toda esta lógica. Assim, esse período se torna importante na história da Educação Profissional pela intensificação do processo de industrialização no país. Como afirma Santos (2010, p. 215),

[...] intensifica o processo de expansão industrial no Brasil com base na substituição de importações, entrelaçado também pela mudança do perfil da sociedade brasileira, cuja população foi gradativamente tornando-se urbana (56% da população, em 1970, ocupava os grandes centros urbanos), motivada pelas próprias características da industrialização que se desenvolveu nos grandes centros urbanos avançados do país.

O desenvolvimentismo econômico brasileiro, por meio da substituição de importações, exige um trabalhador apto a desenvolver habilidades condizentes com a demanda de mercado. Ciavatta e Ramos (2011, p. 30) discutindo o Ensino Médio numa perspectiva do Ensino Profissional, afirmam: “Enquanto vigorou o projeto nacional-desenvolvimentista e a fase do pleno emprego, preparar para o mercado de trabalho foi realmente a principal finalidade do ensino médio, ainda que o acesso ao ensino superior fosse facultativo e altamente demandado”.

No entanto, todo esse processo de industrialização da economia brasileira em que se exigia um trabalhador melhor formado por meio das instituições de ensino técnico, velava algumas tensões entre capital e trabalho. A principal delas se fundamentava na dicotomia do ensino, entre uma educação para os trabalhadores, num nível manual, e uma educação geral para os filhos da classe “elevada” da sociedade. Essa dicotomia é apresentada por Santos (2010) como a dualidade entre ensino profissional e ensino secundário. Ao primeiro cabia uma formação para o trabalho manual enquanto ao segundo era destinada uma formação para a ocupação de cargos dirigentes, obviamente, pelas camadas abastadas da sociedade. Tal estrutura de ensino pode ser entendida de acordo com Moraes (2013, p. 979):

Instituem-se duas estruturas paralelas: de um lado, o ensino médio secundário – formação geral e propedêutica aos estudos superiores, destinado formar as “individualidades condutoras” – e, de outro, o ensino médio profissional – comercial industrial e agrícola, para formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, além do Curso Normal, para o magistério.

Esse modelo, pela forma como estava estruturado, ainda negava aos trabalhadores o acesso ao nível superior. “O Ensino Técnico – promovido em nível médio – foi organizado como ramo distinto, sem canais de comunicação com o ensino secundário, e praticamente sem acesso ao ensino superior” (Moraes, 2013, p. 984). Esse paradigma, contudo, é alterado e positivado pelo Estado Brasileiro em 1961:

A Lei de Diretrizes e Bases 4.024, aprovada em 20 de dezembro de 1961, manifesta, pela primeira vez na história da educação brasileira, a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou o profissional [...] (SANTOS, 2010, p. 218).

Não obstante, a Lei 4.024 não conseguiu impedir a dualidade do sistema educacional, primordialmente porque o ensino secundário se manteve como sendo socialmente reconhecido em detrimento do ensino técnico. Depois disso, novo dispositivo legal foi implementado, em 1971, já no governo militar, com a Lei nº 5.692, a qual “substituiu a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação compulsória” (SANTOS, 2010, p. 219). Apesar da intenção dos militares, não surtiu efeito, mantendo a lógica do sistema.

Além disso, segundo esse mesmo autor, uma medida da Lei 5.692/71 trouxe uma inovação ao sistema: a desativação dos cursos industriais de primeiro ciclo, passando, então, a Escola Técnica Federal a ofertar cursos no segundo ciclo e até mesmo em alguns casos a ofertar cursos superiores de engenharia, o que corroborou para a conversão em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essas instituições estavam incumbidas de ministrarem cursos técnicos no ensino médio, além de cursos superiores, como o de engenharias. Diante disso, passa-se das escolas industriais, com o ginásio industrial, às Escolas Técnicas e aos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs²⁶.

Um fato importante da criação dessas novas instituições se refere à aceitabilidade de seus cursos pela elite brasileira, tendo em vista que nesse modelo o acesso era facilitado a essa mesma classe. Visão corroborada por Santos (2010, p. 220) quando afirma: “Ao contrário do

²⁶ Segundo o MEC, a história dessas instituições segue a seguinte cronologia: em 1942 os Liceus Industriais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas; em 1959 estas são transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs); em 1978 as ETFs do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs); em 1999 há novamente o processo de transformação de algumas ETFs em CEFETs. Cita-se ainda que até 2008 coexistiam as ETF's, CEFETs e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Com a criação dos IFs, poucas entidades não aderiram ao novo modelo institucional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>.

fracasso registrado no ensino profissionalizante de segundo grau²⁷, as Escolas Técnicas Federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado”. Disso, se depreende que a classe trabalhadora teve, nessa política, maior dificuldade de acesso a essas Escolas.

Nesse processo de industrialização do país, o trabalhador foi tido como um elemento central de desenvolvimento, principalmente pelos instrumentos legais na área de Educação Profissional, como pode ser visto na Lei nº 5.692/71, que transforma essa modalidade de educação em compulsória. Portanto, do período inicial do processo de substituição de importações até a consolidação da indústria brasileira, a EPT esteve voltada a atender ao mercado de trabalho. Cenário este que se acentuou no período militar, quando o tecnicismo e a produtividade estiveram em evidência. Tudo isso sinaliza ideologias voltadas ao neoliberalismo econômico, questão abordada a seguir.

4.4. A Educação Profissional nos governos FHC e Lula: conflito ideológico

A Constituição da República de 1988 traz em seu artigo 205 o tema da educação com alguns princípios e conceitos gerais. Em seu artigo 22, a Carta Magna consagra à União a competência privativa para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Já em 1996, é promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob o nº 9.394, de 20 de dezembro do mesmo ano. Todo esse processo histórico esconde as lutas e debates em torno de um modelo de educação para o país, especificamente para a Educação Profissional.

Do lado progressista desse movimento se colocaram aqueles intelectuais ligados à educação no sentido da politecnicidade²⁸, associados aos movimentos sociais populares. Segundo Ribeiro (2006, p. 261), esses movimentos tiveram grande atuação nos anos 1950 e 1960, sendo interrompidos pela ditadura militar e retornando à cena política na década de 1970, contribuindo, então, para o debate sobre trabalho e educação para um projeto de LDB que levasse em consideração seus anseios. Essa discussão se pautou principalmente no projeto de escola de Ensino Médio que contemplasse a educação profissional. “Nesta disputa estava em jogo a relação entre a sociedade, o trabalho e a escola de segundo grau” (SANTOS, 2008, p. 362).

²⁷ A denominação segundo grau corresponde atualmente a Ensino Médio, ou seja, a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

²⁸ Segundo Santos (2008, p. 364) “A politecnicidade, portanto, se funda numa concepção omnilateral, segundo a qual o homem não se reduz ao trabalho produtivo material. Inclui também o trabalho em outras dimensões, isto é, a arte, a estética, a poesia e o lazer, o que, em outras palavras, significa a entrada do homem no mundo da liberdade”.

Do lado conservador, estavam aqueles cujo pensamento baseava-se numa perspectiva imediata do mercado de trabalho. Conforme Santos (2008, p. 362-363) [...] “no âmbito do pensamento liberal, a relação entre trabalho e escola se estabelece de diferentes formas ao se explicitar como sendo: recurso didático; valor moral do trabalho; ou modelo de formação cujo objetivo está centrado no ingresso imediato no mercado de trabalho.” É nesse contexto que se instaura um campo de lutas com o fim de construção de uma escola unitária e condizente com as classes populares já na constituição de 1988 e, conseqüentemente, com uma LDB que reflete essa ideologia (RIBEIRO, 2006, p. 266).

Todo esse processo de discussão e construção da nova LDB contou com a participação ativa dos expoentes e representantes dessa linha educacional segundo os ditames de Marx, tanto que:

No primeiro momento de tramitação da Lei de Diretrizes Bases na Câmara dos Deputados, o projeto original, de autoria de Octávio Elísio, reproduziu na íntegra a concepção defendida pela corrente de educadores que, na conjuntura do final da década de 1980 e no curso dos anos 90, atuava na Academia, tendo na figura de Dermeval Saviani uma de suas mais destacadas expressões (SANTOS, 2008, 363).

Não obstante o empenho e participação nesse processo político, com uma proposta segundo os ideais de politecnia, o projeto não obteve o apoio necessário a sua aprovação, principalmente pelas forças contrárias de coligação de centro-direita. A educação profissional, nesse sentido, não foi contemplada por uma escola única, em que negasse a dualidade historicamente construída. Pelo contrário,

a hegemonia da concepção liberal no campo da educação acabou desfigurando o projeto original, pelo menos no que se refere à proposta de ensino médio unificado, fundado na concepção da politecnia. E, mais grave ainda, através de manobras internas, os parlamentares, na sua maioria, alinhados ao corte ideológico liberal, aprovaram uma LDB que, devido ao seu caráter generalista, permitiu a regulamentação por decreto de toda a educação profissional, sobretudo do ensino técnico (SANTOS, 2008, p. 370).

Todo esse processo demonstra que na década de 1990, já no governo FHC, a EPT teve suas bases afetadas pelos campos ideológicos do neoliberalismo econômico. Essa linha já vinha desde a década de 1970/1980, mas foi a partir da década 90 que suas ações ganharam evidência. A consequência desse modelo de pensamento foi expressa por uma LDB generalista e a conseqüente edição do Decreto nº 2.208/97. A sua gênese estava na separação entre ensino médio e o ensino técnico, ou seja, reafirmando toda a dicotomia entre essas modalidades de ensino historicamente conflitantes.

A esse respeito, Frigotto (2008, p. 525) considera tal ideologia como apaziguadora da tensão entre capital e trabalho e afirma: “Na doutrina neoliberal, o fetiche e o determinismo tecnológico eliminam o conflito de classe e a necessidade de organização coletiva, sem que se elimine o sistema capital e, portanto, suas leis básicas – a propriedade privada e a extração da mais-valia”. Essa linha fundamentada no Decreto nº 2.208/97²⁹ foi parcialmente quebrada pelo decreto nº 5.154/2004 – uma proposta do governo Lula com vistas à ruptura da dicotomia entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. Assim, o Decreto vinha no sentido de restabelecer a integração dos currículos do Ensino Médio e do Ensino Técnico (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

No entanto, o decreto n. 5154/04 não foi unânime quanto a sua desvinculação do instrumento anterior, o decreto n. 2.208/97. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1090), em análise após a edição do novo instrumento legal, afirmam que a política de educação profissional no período construiu-se por meio de programas focais e contingentes. Citam como exemplos o Programa Escola de Fábrica³⁰, o PROEJA³¹ e o PROJOVEM³². Os autores apontam, portanto, que o governo Lula assumiu marginalmente o projeto de educação profissional, discutido por forças progressistas antes a instalação da sua gestão. Por isso, os autores denominam o período como percurso histórico controvertido.

Frigotto (2011) ao analisar historicamente a educação profissional na primeira década do século XXI aponta para o processo de mercantilização dessa modalidade de educação, em especial pelos atores envolvidos serem os mesmos que professaram as políticas dos anos 1990. Ou seja, o relator da recente Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi o mesmo do decreto 2.208/97 e do decreto 5.154/2004. Para o autor, “Essas diretrizes, por encontrar o campo aberto, regrediram de tal forma ao decreto n. 2.208/97 que motivaram uma reação por parte de várias instituições, com grande participação da ANPEd³³ (FRIGOTTO, 2011, p. 249).

²⁹ A partir da edição do Decreto n. 5.154/2004, houve várias discussões e tensões sobre a educação profissional e tecnológica no próprio ambiente governamental do MEC. Mesmo em um contexto histórico de mesmo governo, esse processo não fora meramente linear. A ideia, portanto, do texto consiste em demonstrar os aspectos resultantes dessa sistemática por meio dos principais instrumentos legais explicitados. Por isso a escolha de se prosseguir nesse sentido, sem adentrar a pontos específicos.

³⁰ Para mais detalhes sobre o projeto, ver Rummert (2005).

³¹ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, regulamentado pelo decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. No período em análise, constitui-se em importante ação com vistas à elevação dos níveis de escolaridade e formação profissional de jovens e adultos. Informações sobre o Programa disponíveis em <<http://portal.mec.gov.br/proeja>>.

³² Programa Nacional de Inclusão de Jovens instituído pela Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, regido pela Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008 e regulamentado pelo decreto n. 6.629, de 04 de novembro de 2008.

³³ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

A defesa da educação profissional pela ANPEd é recorrente, Cêa (2006) por meio do GT³⁴ Trabalho e Educação, afirma que a partir do decreto nº. 2.208/97 essa modalidade de educação explicitamente dual passou a ser uma orientação oficial, principalmente por expor uma formação do trabalhador dissociada da elevação dos níveis de escolaridade. Segundo a autora, o decreto n. 5.154/04 mesmo prevendo a integração desse modelo de educação ao ensino médio, o fez com o mesmo nível de importância das modalidades concomitante e sequencial. Nesse processo, portanto, que a EPT foi sendo construída a partir das últimas duas décadas, o que evidencia a disputa entre as correntes ideológicas neste campo.

A política do governo Lula, nessa sucessão histórica, culmina com os Institutos Federais, instituídos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Uma das justificativas da sua criação foi justamente a verticalização do ensino, ou seja, a integração entre ensino básico, técnico e tecnológico. Dentro da nova institucionalidade, os institutos passaram a poder ofertar desde o ensino básico até pós-graduação *Stricto Sensu*. Esse processo se deu por meio da “transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia³⁵” (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010).

A consolidação dos Institutos Federais se deu mediante um embate com a concepção do governo FHC, tida como neoliberal. A nova política, nesse sentido, tinha na sua gênese o Estado como principal indutor, numa linha de confronto, pelo menos aparente, com o modelo ideológico até então vigente. Além disso, os Institutos Federais vêm no sentido de amparar grande parte da população menos favorecida ou até mesmo desvalida, remetendo aos exemplos das Escolas de Artífices e Aprendizes de 1909. Esta lógica é defendida por Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p. 31) ao assumirem que “a responsabilidade da EPT nas curas dos males sociais é o que conduz o governo Lula a advogá-la como política pública e de interesse do Estado”.

Contudo, esse pensamento associado ao governo Lula, quer dizer, uma desvinculação da ideologia neoliberal e de ruptura com o modelo de seu antecessor sobre política de educação profissional, não é unânime como pode ser observado:

³⁴ Grupo de Trabalho

³⁵ Algumas instituições não aderiram à política dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a exemplo do CEFET-MG e do CEFET-RJ além de outras entidades.

O resultado é que o governo Lula encerrou os seus oito anos de mandato sem estabelecer uma sólida política de Estado para a educação profissional, além de contribuir para o aprofundamento do aligeiramento educacional deixado pelo seu antecessor, o governo FHC, mediante reformas intituladas como políticas de governo focalizadas no sistema produtivo, aprofundando a sua mercadorização. A institucionalização dos cursos FICs/Proeja (Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores/Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) pode ser citada como exemplo dessa política de aligeiramento educacional (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 34).

Essa desqualificação da Educação Profissional decorrente dessa acomodação capitalista é explicitada de forma mais contundente por Kuenzer (2008, p. 492):

Do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas ‘professadas’ na direção da democratização, aumenta-se a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão nem permanência.

Ante os pontos apresentados, uma característica do governo Lula, sem sombra de dúvidas, foi a expansão da rede federal de Educação Profissional, principalmente a partir da criação dos Institutos Federais. Os dirigentes do MEC, principalmente, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, vislumbravam a seu tempo, pelo menos no discurso, uma ruptura com o modelo neoliberal. Na visão destes, essa modalidade de ensino deveria pautar-se pela indissociabilidade entre educação geral e profissional, cabendo ainda uma ligação com os diferentes arranjos locais, numa perspectiva social, cultural e produtiva. Além disso, o discurso enunciava como objetivo a inclusão de homens e mulheres deixados à margem da sociedade, numa perspectiva da educação e do mundo do trabalho (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 74).

Deste modo, a Educação Profissional teve no movimento de industrialização do país força e necessidade para continuar como uma política estratégica ao desenvolvimento nacional. Toda a sua trajetória foi marcada por pequenos avanços, estando na maioria das vezes, contudo, marcada pela dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou ainda entre uma educação para os filhos dos trabalhadores e uma educação para os filhos da elite. Os pequenos avanços ao longo da história podem ser vistos como uma acomodação de forças entre capital e trabalho – dessa forma, da acomodação flexível de Kuenzer (2008). No entanto, mesmo diante de uma história marcada por antagonismos, um passo maior foi dado com a maior oferta de educação profissional a partir da criação dos Institutos Federais de

Educação Profissional e Tecnológica. A partir dessa nova “institucionalidade” novas velhas nuances devem ser analisadas.

No entanto, o dito conflito ideológico parece estar mais no campo da retórica do que nas políticas professadas. Mesmo diante dos Institutos Federais há mais pontos em comuns do que divergentes. Houve uma expansão desenfreada, sem planejamento e desqualificada da EPT. Com base na falada democratização e interiorização novos *Campi* foram criados sem a devida preocupação com a qualidade da educação. Esse processo quando intempestivamente implementado contribui para a precarização da educação profissional. Tudo isso, portanto, tende a uma massificação por meio de processos danosos a consolidação dos IFes.

O Quadro 7 apresenta a Educação Profissional e Tecnológica desde 1909 e elenca os principais fatos que marcaram essa modalidade de educação no país, por períodos históricos.

Quadro 7 – Evolução da Educação Profissional e Tecnológica

ANO	AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL	MOMENTO HISTÓRICO/POLÍTICO
1909	Criação das Escolas de Aprendizes Artífices.	Primeira República Brasileira (1889-1930)
1927	Projeto Fidélis Reis – ensino profissional obrigatório.	
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.	Era Vargas (1930-1945)
1937	Escolas de Artífices e Aprendizes transformadas em Liceus Industriais.	
1941	Reforma Capanema.	
1942	Liceus Industriais transformados em Escolas Industriais e Técnicas.	
1944	Impulsão da industrialização Brasileira.	
1956-1961	Formação de profissionais orientada às metas de desenvolvimento do país.	Segunda República Brasileira (1945-1964)
1959	As Escolas Industriais e Técnicas transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.	
1961	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 .	
1967	Escolas Agrícolas, do Ministério da Agricultura, transferidas para o MEC.	Regime Militar (1964-1985)
1971	Ensino Profissional de 2º grau compulsório.	
1978	Criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica.	
1980-1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, nova realidade do país.	
1994	É instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.	Redemocratização (1985-)
1996	É Aprovada a LDB que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.	
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a Educação Profissional/Dualismo/Proep.	
1999	Retoma-se o processo de transformação das ETFs em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).	
2004	O Decreto 5.154 permite a integração do Ensino Técnico de nível médio ao Ensino Médio.	

2005	Primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal.	
2006	É instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (federal).	
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades.	
2008	Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs.	
2009	Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	
2011	Criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.	

Fonte: Elaboração do autor (Agosto 2014)

Além de um disseminado conflito ideológico entre os dois governos por meio da Educação Profissional e Tecnológica, via Ministério da Educação, há que se discutir ainda as políticas de Educação Profissional executadas diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente aquelas financiadas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), justamente por haver entre os dois governos uma discussão no sentido de ruptura entre os planos de qualificação profissional, a saber o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), no governo de Fernando Henrique Cardoso, e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. São modalidades que afetam diretamente as políticas de qualificação engendradas, apesar de serem executados por órgãos diferentes.

O PLANFOR teve seu início em 1995 com implementação de 1996 a 2002, tendo como propósito articular as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda (KUENZER, 2006, p. 887). Sua lógica estava estruturada para a qualificação do trabalhador com vistas à sua disponibilidade para o mercado de trabalho. O termo empregabilidade marca esse período, justamente por apresentar o problema do desemprego como a falta de qualificação profissional por parte do trabalhador. Quanto à sua efetividade³⁶, o programa se mostrou com resultados desanimadores, como evidenciados nas duas avaliações de impacto realizadas.

As avaliações externas mostraram que o PLANFOR, além do mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se pela baixa qualidade e baixa efetividade social, resultante de precária articulação com as políticas de geração de emprego e renda, desarticulação das políticas de educação, reduzidos mecanismos de controle social e de participação no planejamento e na gestão dos programas e ênfase em cursos de curta duração focados no desenvolvimento de habilidades específicas (KUENZER, 2006, p. 889).

³⁶ No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) esse conceito foi amplamente discutido. [...] “compreendido como a possibilidade da política de qualificação do trabalhador (PLANFOR) promover uma melhoria nas condições de vida e de trabalho dos treinandos, produzindo reflexos nas condições de desenvolvimento e de sustentabilidade local e regional e nos processos democráticos” (PRESTES, 2012, p. 98).

Resultados esses comentados ainda por SCHWARTZMAN e CASTRO:

O Brasil tem uma questionável tradição em oferecer e financiar cursos profissionais que não se materializam ou não servem para nada, com destaque para o antigo Plano Nacional de Formação Profissional, o PLANFOR, financiado com recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador, e executado pelo Ministério do Trabalho. As duas avaliações realizadas, ainda na década de 90 (UFMG e UFPE), mostravam resultados pífios, seja no impacto sobre o emprego seja na renda percebida pelos graduados. Seria de se esperar que estas novas iniciativas na área do ensino profissional estivessem acompanhadas de um sistema apropriado de acompanhamento e avaliação dos resultados, o que não parece ser o caso. (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013, p. 610).

O PNQ, por sua vez, teve início em 2003, já no governo Lula, com concepção reformulada, pelo menos no discurso, como uma forma diferente das ações implementadas pelo PLANFOR. “O PNQ, em sua concepção, parte da tentativa de superar as limitações apresentadas pelo PLANFOR. Nesse sentido, foram demonstradas falhas, tanto na concepção quanto na implementação do PLANFOR” (JORGE, 2009, p. 107).

No entanto, a tão falada diferença entre os programas não se demonstrou na prática. Estudos comparativos demonstram mais ações e conteúdos comuns do que uma nova política pública como professada por muitos. “[...] através do estudo comparativo dos dois planos nacionais – Planfor e PNQ, embora tenhamos identificado modificações, não verificamos *inovações substanciais* a favor da referida política” (SILVA, 2011, p. 263). “[...] O que se pode observar é que grande parte das críticas recorrentes nos documentos do PNQ persistiram em sua implementação” (JORGE, 2009, p. 107). Dessa forma, apesar de todo um discurso de ruptura com as ações e ideologias do PLANFOR, o PNQ não conseguiu superar nem se distanciar dessa política, ou seja, nesse campo, o conflito ideológico ficou mais na retórica do que nas ações.

Os programas vistos até aqui nos governos FHC e Lula só foram possíveis devido aos seus financiamentos por meio do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). O qual é lastreado com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), sendo seus recursos geridos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (CODEFAT)³⁷. Segundo Benini (2015, p. 125), esse fundo objetiva “atender a determinadas funções sociais, genericamente, situados no campo do amparo ao trabalhador, dentro de um modo de operacionalização que

³⁷ Para entendimento da relação do “movimento contraditório de reprodução da alienação do trabalho engendrado no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)” por meio desse conselho, ver Benini (2015) Tese de Doutorado.

combina aspectos financeiros, notadamente, aplicação e políticas de empréstimo, com a alocação direta de recursos”.

Além da apresentação dos passos da Educação Profissional por meio do MEC como sendo o que o governo fez nas últimas décadas, rastreou-se aqui sua evolução e suas mudanças bem como as políticas de qualificação profissional executada via MTE. O próximo tópico visa discutir o governo da presidenta Dilma Rousseff e as suas contribuições à Educação Profissional por meio do Pronatec.

4.5. A Educação Profissional no governo Dilma: a vez do Pronatec

Em 2010, foi eleita a presidente Dilma Rousseff, do partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, a Educação Profissional pode ser descrita como uma continuidade do governo Lula. Ou seja, a educação no novo governo não experimentou modificações substantivas. A grande marca deste pequeno espaço de tempo foi, sem sombra de dúvidas, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Pronatec é um programa do governo federal criado em 2011 pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e, posteriormente, alterado pela Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013 – esta com o propósito de ampliação do rol de beneficiários. O Programa está inserido na Política de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que objetiva ampliar a oferta de EPT em todo o território nacional. Num contexto menos crítico, essa política faz parte de um esforço do governo federal.

O programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 34).

Para a sua implementação, o Programa conta com uma série de ações voltadas ao cumprimento dos objetivos descritos, como observado no Quadro 8.

Quadro 8 – Lei nº 12.513 – Ações do Pronatec

<p>Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:</p> <p>I - Ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;</p> <p>II - Fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;</p> <p>III - Incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;</p> <p>IV - Oferta de bolsa-formação, nas modalidades:</p> <p>a) Bolsa-Formação Estudante; e</p> <p>b) Bolsa-Formação Trabalhador;</p> <p>V - Financiamento da educação profissional e tecnológica;</p> <p>VI - Fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;</p> <p>VII - Apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;</p> <p>VIII - Estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e</p> <p>IX - Articulação com o Sistema Nacional de Emprego.</p> <p>X - Articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013).</p>
--

Fonte: Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

O Programa, além de outras modalidades, conta com 13 eixos tecnológicos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), desde o eixo de ambiente e saúde até o eixo de segurança. O Quadro 9 apresenta esses eixos, demonstrando sua amplitude em relação aos setores da economia.

Quadro 9 – Eixos Tecnológicos Pronatec de Cursos FIC

EIXO TECNOLÓGICO	QUANTIDADE DE CURSOS
Ambiente e Saúde	38
Controle e Processos Industriais	102
Desenvolvimento Educacional e Social	29
Gestão e Negócios	24
Informação e Comunicação	19
Infraestrutura	78
Militar	0
Produção Alimentícia	31
Produção Cultural e Design	53
Produção Industrial	63
Recursos Naturais	51
Segurança	2
Turismo, Hospitalidade e Lazer	28

Fonte: Pronatec/MEC.

Desse modo, o Pronatec consiste em uma política de Educação Profissional e Tecnológica voltada à ampliação do ensino técnico e qualificação profissional no Brasil por meio de uma ampla gama de ações, o que passa por uma estratégia de articulação com as

várias instituições ofertantes de Ensino Profissional. No entanto, não há exclusividade à Rede Federal de Educação Profissional na execução do Programa, muito menos se caracteriza como uma política diretamente executada pelo Estado. Pelo contrário, são várias ações por meios de uma ampla gama de instituições de naturezas distintas.

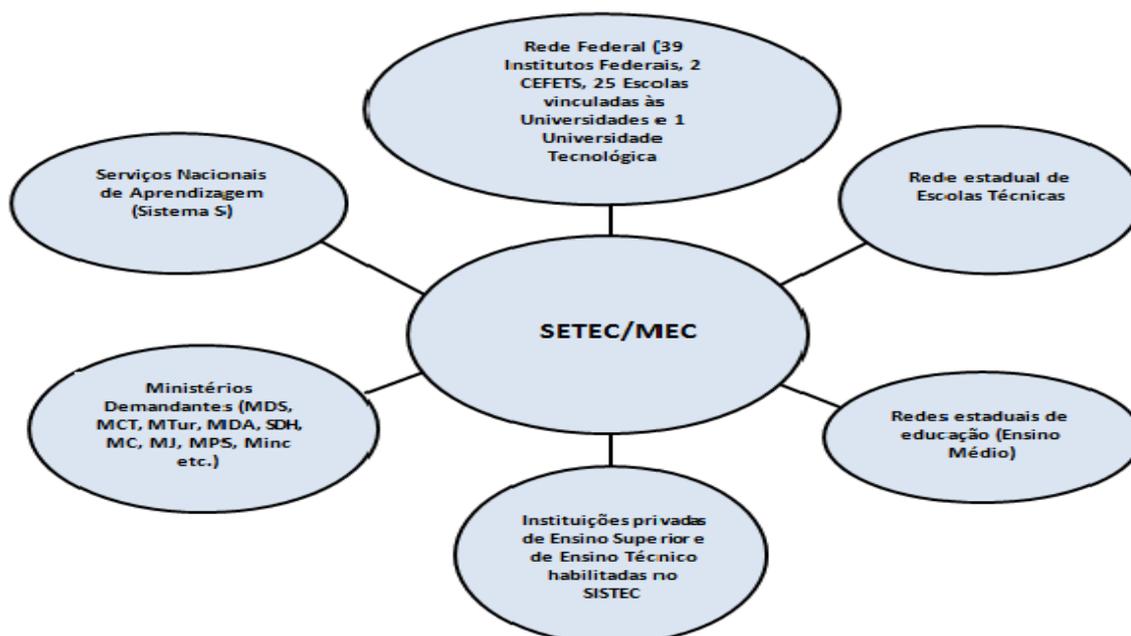
Ao demonstrar enorme abrangência de ações e aplicação de recursos, não faz distinção setorial (setores produtivos) ou institucional (público e privado, instituições A, B ou C) entre aquilo que tem sido o papel fundamental da rede pública federal (a educação profissional técnica) e o que tem sido o campo privilegiado da rede “privada” do sistema “S” (os cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional). Embora sinalize que atenderá prioritariamente estudantes do ensino médio da rede pública, EJA, trabalhadores, beneficiários dos programas sociais com vistas a dar ênfase aos portadores de deficiência e aos programas realizados nas regiões norte e nordeste, não dá exclusividade à rede federal que está em franca expansão e necessita de mais recursos, deixando em aberto como se dará a destinação dos recursos (LIMA, 2012, p. 82).

O Programa é amplo e tem um arcabouço jurídico e institucional bastante denso, o que implica maior esforço na sua implementação. “A capacidade de coordenação demandada é de tal ordem que somente um arranjo institucional bastante complexo contemplará as competências técnico-burocrática, política e participativa necessárias à implementação eficaz do programa” (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 45).

Diante da necessidade de sua implementação em todo o território nacional, o Programa conta com um grande número de instituições envolvidas. De um lado, no centro do processo, como órgão implementador, está a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a qual exerce o gerenciamento de toda a política. Os repasses de recursos, por sua vez, são realizados por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). De outro lado, estão às instituições demandantes, as quais estão interessadas na execução do Programa em determinada região e através de cursos específicos. Por fim, têm-se as entidades executoras, compostas pela Rede Federal de Educação Profissional, Serviços Nacionais de Aprendizagem, redes estaduais de educação (ensino médio e técnico) e entidades privadas habilitadas no Sistec³⁸. Toda essa lógica está exemplificada na Figura 6.

³⁸ Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.

Figura 6 – Instituições e atores envolvidos na execução do Pronatec



Fonte: Cassiolato e Garcia (2014, p. 49).

Além disso, o governo federal aloca volumosas somas de seu orçamento para essa implementação, o que vem sendo feito desde 2011 por meio das leis orçamentárias anuais. De 2011 a 2014 foram mais de 6,4 bilhões de reais investidos no programa desde a sua criação com maior participação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA)³⁹. A Tabela 7 apresenta esses valores.

Tabela 7 – Transferências anuais de recursos aos parceiros ofertantes do Pronatec de 2011 a maio\2014 em (R\$)

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por Rede de Ensino
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual		92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal			14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada			51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: FNDE Data de referência (maio/2014) apud CGU 2014.

³⁹ Segundo relatório de auditoria da Corregedoria Geral da União (CGU) 4 unidades nacionais recebem os repasses do Pronatec e reenviam às demais unidades regionais. São elas: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro (SENAC – RJ); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Distrito Federal (SENAC – DF); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte do Distrito Federal (SENAT – DF) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Distrito Federal (SENAR – DF).

Apesar de todo esse aparato institucional, jurídico e financeiro, o Pronatec não conta com o apoio das entidades representativas da classe educacional. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), por meio da Moção nº 06 – GT⁴⁰ 05, 09, 11, 18 apresentada na 34ª reunião anual repudiou o Projeto de Lei 1209/11, solicitando sua retirada da pauta governamental. A entidade, ao seu tempo, apontou as seguintes justificativas:

- Abandono do Ensino Médio Integrado como prioridade, desresponsabilizando os estados com a sua oferta por meio de forte indução à forma concomitante.
- Financiamento público da oferta privada de educação profissional, mediante transferência de recursos para o Sistema S e outras organizações privadas, inclusive, empresas.
- Intensificação, precarização, fragmentação e privatização do trabalho dos profissionais das redes públicas de educação, inclusive, com a concessão de bolsas de remuneração adicional para o trabalho nas atividades do Pronatec.
- Subordinação de políticas atuais relevantes (expansão da rede federal, Programa Brasil Profissionalizado e Proeja) à lógica privatista do Pronatec.
- Incentivo à criação do modelo dos Institutos Federais na iniciativa privada com financiamento do FIES.

Essa mesma argumentação foi apresentada na 35ª Reunião da Instituição, ocorrida em 2012, por meio da Moção nº 10 dos GT09 e GT18, com o Programa já em plena execução. Além da ANPEd, cita-se ainda o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) como contrário a esta política. O Sindicato, por meio da 121ª Plenária Nacional, ocorrida em Brasília no dia 27 de abril de 2014, manifestou-se:

Ao longo de toda a história brasileira, as políticas de educação profissional têm sido marcadas por ações e programas pulverizados, descontínuos e desarticulados, que se caracterizam por ofertar uma qualificação aligeirada e desintegrada da elevação da escolaridade. Apenas como exemplo, citamos o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra (PIPMO), implementado na Ditadura militar, o Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor) do governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do governo Lula. No governo Dilma, vemos essa história se repetir por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (SINASEFE, 2014).

⁴⁰ GT (Grupo de Trabalho) 05 – Estado e Política Educacional; GT 09 – Trabalho e Educação; GT 11 – Política da Educação Superior; GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Essa postura do SINASEFE reitera a opinião de grande parte dos trabalhadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que veem o dispêndio de recursos via Pronatec como um custo elevado de oportunidade. Além, é claro, de direcionar recursos para entidades paraestatais e privadas, não priorizando, assim, um ensino público, gratuito e de qualidade que contemple uma política pública de Educação Profissional integrada.

Ainda contrárias ao Pronatec, cita-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Federação Nacional dos Estudantes de Ensino Técnico (FENET). Em outras palavras, a maioria das entidades ligadas à educação repudiam uma Educação Profissional na forma como está posta pelo Pronatec. O principal argumento é sem dúvida a transferência dessa política ao setor privado, o que está bem explícito no volume de recursos disponibilizados a essas entidades, de acordo com a Tabela 7.

Ademais, o longo caminho da Educação Profissional no país chega ao presente sob os ditames do Pronatec. Sua extensão e resultados dependerão de estudos com rigorosos métodos para se aferir os “outputs” das várias modalidades de ensino profissional possibilitadas. Além disso, sua continuidade depende de apoio social e da própria capacidade de o Estado de financiá-lo, combinado, conseqüentemente, com impactos positivos na vida dos beneficiários. Historicamente, no entanto, programas dessa natureza tem se mostrado ineficientes, a exemplo do PLANFOR, no governo FHC, e do PNQ, no governo Lula. O Pronatec, nesse sentido, mais se assemelha a um amálgama de programas anteriores do que a uma política inovadora de Educação Profissional.

4.6. Em busca dos objetivos do Pronatec

No que pese a escolha de um caminho para a consecução de um objetivo previamente estabelecido, há que se deixar claro os objetivos do Programa a ser estudado, neste caso o Pronatec, para que assim seja possível melhor entender a sua estrutura.

O Pronatec foi concebido pela Lei nº 12.513/2011, e já no seu início são apresentados os seus objetivos. No entanto, apenas a legislação não é suficiente para esclarecer esses pontos. Por isso, optou-se por expor os estudos de Cassiolato e Garcia (2014), em que são apresentadas entrevistas com gestores do programa, de onde é possível apreender alguns pontos fundamentais dessa política, como é o caso dos objetivos dos cursos FICs, da Bolsa-Formação Estudante e da Bolsa-Formação Trabalhador. Antes, passa-se aos objetivos legais do programa para se verificar se estes informam quanto à situação desejada de seus egressos, como segue.

Quadro 10 – Lei nº 12.513 – Objetivos do Pronatec

<p>I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;</p> <p>II - Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;</p> <p>III - Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;</p> <p>IV - Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;</p> <p>V - Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.</p> <p>VI - Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013)</p>

Fonte: Lei nº 12.513, parágrafo único.

De acordo com a legislação vigente, os principais objetivos da Lei quanto aos seus egressos, além da ampliação das oportunidades de educação profissional, são os que dizem respeito ao inciso IV “Ampliar as oportunidades dos trabalhadores [...]” (BRASIL, Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011). Os demais estão mais voltados para o processo de expansão, interiorização e democratização dos cursos, como elencados pelo inciso I, o que não deixa explícito uma situação “X” desejada aos egressos dos cursos FIC do Pronatec.

Por outro lado, como citado anteriormente, os estudos de Cassiolato e Garcia (2014) melhor explicitam tais objetivos, pois contam com as opiniões dos gestores do Programa, como pode ser observado no Quadro 11.

Quadro 11 – Objetivos do Pronatec de acordo com seus gestores

Instrumento	Descrição/Objetivo
Bolsa-Formação Trabalhador (Gestor)	<p>Os cursos da Bolsa-Formação Trabalhador apresentam atividades (transversais) de integração entre as pessoas e de orientação profissional que podem ser dadas a qualquer tempo do curso e que visam integrar o beneficiário à instituição e trabalhar a autoestima do indivíduo para que amplie as suas possibilidades de emprego. A ideia é que os cursos Formação Inicial Continuada (FIC) sejam uma janela, um ponto de partida para a inserção do indivíduo. Ninguém acredita que vai fazer milagres com cursos de curta duração, mas se espera plantar uma sementinha que possa ampliar as perspectivas dessas pessoas (Entrevista com Gestor 3, SETEC/MEC) (Grifo nosso).</p> <p>A maior dificuldade não é a oferta de vaga, que é viabilizada pela estrutura já existente, mas a captação das pessoas. A captação de alunos é então o maior desafio da Bolsa-Formação, pois visa atender a um público historicamente excluído. Muitos acham que não vão conseguir fazer o curso, que não vai valer a pena e que não irá mudar sua condição de vida. Esses elementos, que são de ordem subjetiva, dificultam o processo de atração para os cursos. O Programa trata de um projeto de vida profissional do indivíduo. Isso torna a implementação do Programa mais complexa porque pressupõe um rol de cursos, definidos de acordo com o contexto, as características e as demandas de cada lugar (Entrevista com Gestor 3, SETEC/MEC) (Grifo nosso).</p>

	<p>Na Bolsa-Formação Trabalhador, quem faz a captação é o parceiro demandante, mas estes não têm a capilaridade nacional nem o conhecimento das demandas locais. Então, os institutos, que têm mais condições de captar alunos com o perfil adequado, mas não têm habilitação para captar, passaram a criar um cadastro de reserva. É mantida a prioridade de captação pelo parceiro demandante, mas, quando este não consegue captar alunos, usa-se o cadastro de reserva. Todo esse processo vem sendo um novo aprendizado no país para que o aluno da Bolsa-Formação chegue depois a um emprego. A Bolsa-Formação toca uma política muito importante que é a qualificação, e o novo é trazer essa política para o MEC. E as críticas vieram porque são cursos mais rápidos e voltados para o mercado de trabalho (Entrevista com Gestor 7, SETEC/MEC) (Grifo nosso).</p>
<p>Bolsa-Formação Estudante (Gestor)</p>	<p>A Bolsa-Formação Estudante é bem delimitada pela lei. Destina-se a alunos do ensino médio propedêutico da rede pública e que teriam no ensino médio o ponto de chegada da sua formação. Existe uma crítica da própria rede federal que prioriza o ensino integrado e vê nessa bolsa para estudante um retrocesso para a concomitância ou subsequência. Mas a realidade é que não existem vagas para todos na oferta do ensino integrado na rede federal e nem somada com a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Existe também um documento de referência para os cursos de concomitância no âmbito do Pronatec. As instituições estaduais de educação têm que se articular com os ofertantes de ensino técnico e discutir os projetos pedagógicos adequados. Têm que construir um Plano de Ações Articulado que dê acesso, permanência e inserção no mercado de trabalho. Têm que ir às escolas e mobilizar os alunos para os cursos técnicos (Entrevista com Gestor 3, SETEC/MEC) (Grifo nosso).</p>

Fonte: Elaboração do autor a partir de Cassiolato e Garcia (2014).

Como pode ser observado, o Quadro 11 traz uma importante noção dos gestores do programa. Isso ajuda na construção desta análise, principalmente no entendimento dos objetivos da política, tendo em vista que conseguir essas entrevistas não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se leva em consideração a escassez de recursos para a realização de uma pesquisa nesses termos. Assim, pode-se inferir das entrevistas dos gestores do Pronatec que os cursos FIC têm a função de ampliar o horizonte dos egressos, possibilitar melhores condições dessas pessoas na sociedade por meio do trabalho.

5. RESULTADOS

São apresentados neste capítulo os resultados da pesquisa realizada com os egressos do Pronatec do Campus de Paraíso do Tocantins dos anos de 2012 e 2013. Os dados estão organizados de forma quantitativa por meio de tabelas e de forma qualitativa por meio de categorias de análise a partir de unidades de contextos, segundo Bardin (2009). A finalidade é compreender a política pública do Pronatec dentro dos eixos norteadores da pesquisa, quais sejam a condição social, a condição educacional e a condição profissional dos egressos do Programa.

5.1. Dados Quantitativos

Os dados quantitativos estão organização em cinco tópicos, o primeiro trata da condição sociofamiliar e econômica dos egressos; o segundo, das condições de vida dos sujeitos quando participaram do Programa; o terceiro, das conquistas e experiências pós Pronatec; o quarto, da continuidade dos estudos depois do Pronatec; e o quinto e último trata do trabalho depois do Programa.

5.1.1. Condição sociofamiliar e econômica dos egressos

A Tabela 8 apresenta as principais variáveis demográficas dos egressos do Pronatec.

Tabela 8 – Variáveis sexo, cor e idade dos egressos do Pronatec

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Sexo	Masculino	53	36%
	Feminino	96	64%
	Total	149	100%
Idade	Menos de 15 anos	2	1%
	De 16 a 18 anos	87	58%
	De 19 a 21 anos	45	30%
	De 22 a 24 anos	6	5%
	De 25 a 27 anos	2	1%
	De 28 a 30 anos	1	1%
	Mais de 31 anos	6	4%
	Total	149	100%
Cor	Branco(a)	40	27%
	Pardo(a)	93	62%
	Preto(a)	11	7%
	Amarelo(a)	4	3%
	Indígena	1	1%
		Total	149

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Dentre os pesquisados, a maioria é do sexo feminino: 64% do total. A idade média dos respondentes da pesquisa está compreendida na faixa etária de 16 a 21 anos (58%) e de 19 a 21 anos (30%), o que totaliza mais de 88% dos pesquisados com idade máxima de 21 anos. Apenas 4% dos participantes estão na faixa com mais de 31 anos de idade. Essa informação evidencia, portanto, que o Campus de Paraíso executou o programa de acordo com o artigo 2º, inciso I da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, atendendo prioritariamente a estudantes do Ensino Médio da rede pública de educação. Aqueles com idade mais avançada participaram, excepcionalmente, nos cursos voltados à agricultura, como é o caso do curso de Horticultor Orgânico.

A distribuição dos pesquisados por cor demonstra que a grande maioria se considera pardos e pretos, com 69% do total; os que afirmam ser de cor branca somaram 27% do total. Nesse sentido, na amostra em estudo, tem-se 27% de brancos e os demais 73% se considerando pardos/pretos e outros.

Tabela 9 – Escolaridade dos responsáveis pelos Egressos do Pronatec

Escolaridade do Responsável	Mãe ou Responsável		Pai ou Responsável	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Ensino fundamental (1º grau) incompleto	22	15%	38	26%
Ensino fundamental (1º grau) completo	11	7%	13	9%
Ensino médio (2º grau) incompleto	12	8%	19	12%
Ensino médio (2º grau) completo	60	40%	44	30%
Superior incompleto	15	10%	5	3%
Superior completo	21	14%	12	8%
Especialização	3	2%	1	1%
Mestrado	1	1%	2	1%
Doutorado	1	1%	0	0%
Sem escolaridade	0	0%	4	3%
Não sei informar	3	2%	11	7%
TOTAL	149	100%	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

A amostra pesquisada, como mostra a Tabela 9, apresenta uma distribuição de escolaridade da mãe ou responsável com uma acentuada variabilidade de formação, o que se evidencia também nos dados da escolaridade do pai ou responsável. Ambos estão inseridos na faixa de ensino fundamental incompleto a ensino médio completo, o que aponta que a educação formal e mais demorada (anos de estudo) não é uma realidade para essas pessoas.

Tabela 10 – Variável renda familiar e efeito do Pronatec na renda dos egressos

Categoria	Opções	Fr	%
Renda Familiar	Até 1 salário mínimo (até R\$ 788,00)	29	19%
	De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00)	93	62%
	De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00)	22	15%
	De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00)	4	3%
	De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00)	1	1%
	Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 9.456,01)	0	0%
	Nenhuma renda	0	0%
Total		149	100%
A renda dos egressos	Aumentou, fiz os cursos do Pronatec e consegui um emprego	13	9%
	Aumentou, mas não teve relação com o Pronatec	29	19%
	Aumentou, mas não sei explicar o porquê	2	1%
	Minha renda não se alterou	71	48%
	Minha renda diminuiu	0	0%
	Não tive renda no período	26	18%
	Não sei explicar	8	5%
Total		149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015)

A renda familiar mensal média dos pesquisados se encontra acima de dois salários mínimos, com valor de R\$ 1.798,00. Além disso, os dados evidenciam que a grande maioria dessas famílias, 82% dos respondentes, tem renda máxima de até três salários mínimos. Quando se questiona a alteração na renda entendida pelos egressos como advinda do Pronatec, apenas 9% apontam que o Programa causou algum impacto nessa variável. Isso, obviamente, na percepção dos próprios beneficiários. Os dados, portanto, demonstram que na percepção dos egressos não houve nenhuma relação entre a qualificação profissional e os ganhos financeiros auferidos posteriormente. Excepcionalmente, uma pequena parcela teve essa percepção.

Tabela 11 – Ocupação dos responsáveis pelos egressos do Pronatec por sexo

Ocupação dos responsáveis	Pai		Mãe	
	Freq.	%	Freq.	%
Trabalha na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca	13	9%	6	4%
Trabalha na indústria	7	4%	4	3%
Trabalha na construção civil	10	7%	0	0%
Trabalha no comércio e outros serviços	21	14%	22	15%
Trabalha como funcionário público	17	11%	28	19%
Trabalha como profissional liberal	7	5%	10	7%
Trabalha em atividades informais	20	13%	1	1%
Trabalha em casa informalmente	2	1%	8	5%
Trabalha em casa de outras pessoas	1	1%	15	10%
Trabalha no lar (sem remuneração).	1	1%	29	19%
Não trabalha	6	4%	12	8%
Outros	44	30%	14	9%
Total	149	100%	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015)

A diferença de ocupação entre os sexos reside basicamente em a mulher estar inserida no comércio e na administração pública, com especial destaque para as atividades informais e do lar, enquanto que o pai está engajado com o trabalho na agricultura, construção civil, comércio, administração pública e atividades informais.

Tabela 12 – Variáveis nº moradores, auxílio do governo e renda dos egressos do Pronatec

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Moradores por domicílio	Duas pessoas	20	13%
	Três	25	17%
	Quatro	50	34%
	Cinco	36	24%
	Mais de seis	13	9%
	Moro sozinho(a)	5	3%
	Total		149
Auxílio do Governo	Sim	26	17%
	Não	114	77%
	Não sei responder	9	6%
	Total		149
Contribui na renda familiar	Sim	62	42%
	Não	83	56%
	Não sei	4	3%
	Total		149
Faixa de renda contribuída egresso	Até R\$ 788,00	51	82%
	De R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00	8	13%
	De R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00	1	2%
	De R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00	0	0%
	De R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00	0	0%
	Mais de R\$ 9.456,01	0	0%
	Nenhuma renda	2	3%
	Total		62

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Quando se olha para o número de moradores por domicílio, os dados demonstram que as famílias variam de dois a cinco indivíduos, com destaque para unidades de três a cinco pessoas, o que corresponde a um total de 74% dos pesquisados. Quanto ao recebimento de auxílio financeiro do governo nos últimos 12 meses, encontra-se que apenas uma pequena parcela dos egressos recebeu outros tipos de benefícios. No que tange à renda familiar, 58% do total de pesquisados afirmaram não contribuir em casa. Entre os que contribuem, 85% auxiliam com uma renda máxima de até R\$ 788,00.

Tabela 13 – Bens declarados pelos egressos do Pronatec

Resposta	Comp.*	%	Automóvel	%	Máquina. L. Roupas	%	Internet	%	TV Assinatura	%
Sim	90	60%	90	60%	95	64%	105	70%	34	23%
Não	59	40%	59	40%	54	36%	44	30%	115	77%
Total	149	100%	149	100%	149	100%	149	100%	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015). *Computador

Tem-se, assim, que a amostra em análise está dividida em uma parcela considerável que tem mais acesso a bens de consumo duráveis, em média 55%, e outra com menos acesso, 45%, que não tem esse mesmo poder aquisitivo. Quanto à variável “acesso à internet” estar acima dos demais itens, uma provável explicação pode ser a atual facilidade tecnológica que permite aparelhos telefônicos móveis com créditos pré-pagos, o que facilita o acesso a esses serviços.

Apresentada a condição socioeconômica e familiar dos egressos, traz-se, a seguir, os dados quanto às condições de vida no tempo da realização do Programa.

5.1.2. Condições de vida quando participou do Pronatec

Neste tópico, são apresentadas as condições de vida dos egressos no tempo da realização do curso. O objetivo é identificar as situações desses sujeitos e ter uma noção comparada da realidade passada com a atual e, assim, compreender melhor as contingências da vida dessas pessoas.

Tabela 14 – Variáveis Série, repetência e conhecimento dos Egressos do Pronatec

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Série quando entrou no Pronatec	1ª ano do Ensino Médio	49	33%
	2ª ano do Ensino Médio	48	32%
	3ª ano do Ensino Médio	31	21%
	Não estava estudando	11	7%
	Outros	10	7%
	Total		149
Repetência antes do Pronatec	Não, nunca repeti o ano.	122	82%
	Sim, 1 vez	22	15%
	Sim, 2 vezes	5	3%
	Sim, 3 vezes ou mais	0	0%
	Sim, por mais de 3 anos	0	0%
	Total		149
Conhecia o Pronatec	Sim	60	40%
	Não	89	60%
	Total		149

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Quanto à escolaridade do público-alvo no período de execução dos cursos, tem-se que os estudantes estavam distribuídos basicamente nas três séries do Ensino Médio, com uma pequena parcela que não estudava. Os dados são para os anos de 2012 e 2013, o que muda em 2015, quando uma grande parte terminou o Ensino Médio. Quando se analisa a repetência, tem-se que a maioria não reprovou nenhuma vez na educação formal, o que corresponde a 82% do total. Entre os que reprovaram, grande parte repetiu o ano apenas uma vez.

Outro aspecto elencado foi o conhecimento do programa. A maioria dos respondentes (60%) não o conhecia; os demais (40%) já o conheciam de alguma forma. Há de se considerar, contudo, que o Pronatec foi aprovado em 2011 e os cursos começaram já em 2012 no Campus de Paraíso do Tocantins. Nesse sentido, diante da “novidade” da política ao tempo em análise, identifica-se que o total dos que conheciam se mostra relativamente alto. Teve-se nesse período inserções na mídia áudio visual e em horários nobres, o que pode ter contribuído para esse nível de conhecimento.

Tabela 15 – Escola de origem dos egressos do Pronatec

Avaliação do Curso	Frequência	Percentual
CEM – Centro de Ensino Médio José Alves de Assis	32	21%
Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins	33	22%
Escola Estadual Idalina de Paula	21	14%
Escola Estadual José Nézio Ramos	25	17%
Escola Estadual São José Operário	9	6%
Escola Estadual Deusa Moraes	0	0%
Escola Estadual Amâncio de Moraes	0	0%
Escola Estadual Trajano Coelho Neto	0	0%
Escola Estadual Diaconízio Bezerra	0	0%
Campus Paraíso (IFTO)	20	13%
Não estava estudando	6	4%
Outros	3	2%
Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

As escolas de origem dos estudantes são em grande parte da Rede Estadual de Educação do Estado do Tocantins. São quase todas instituições públicas, com exceção do Instituto Presbiteriano, que é conveniado com o Estado. Da rede federal, tem-se o Campus de Paraíso (IFTO), com 13% do total de participantes. A resposta “outros” contempla pessoas que já estavam no ensino superior e fizeram alguns cursos FIC do Pronatec. O destaque de participação, portanto, fica para as unidades Centro de Ensino Médio José Alves de Assis (CEM), Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, Escola Idalina de Paula e Escola José Nézio Ramos, todos com 74% do total de alunos. Do total, 5% afirmaram não estar estudando.

Tabela 16 – Quantidade de cursos realizados e avaliação dos cursos pelos egressos do Pronatec

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Quantidade de cursos realizados	Um	94	63%
	Dois	38	26%
	Três	14	9%
	Mais de três	3	2%
	Total	149	100%
Avaliação do Curso(s)	Péssimo	2	1%
	Ruim	2	1%
	Razoável	24	16%
	Bom	53	36%
	Ótimo	68	46%
	Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

No que tange à quantidade de cursos realizados, há uma maioria de 63% que fizeram apenas um curso. Acerca dos demais, é interessante notar que 37% dos respondentes fizeram mais de um curso. Isso se deve ao fato de alunos do ano de 2012 terem participado de outros cursos do Programa em 2013 e também em 2014. Isso foi possível devido à carga horária dos cursos que foram organizados com um mínimo de 160 horas e máximo de 200 horas. Além disso, como foram ofertados cursos em diversas áreas, os alunos puderam ter acesso a mais de um ramo do conhecimento ou mesmo seguir na mesma linha, a exemplo da área de informática que disponibilizou vários cursos.

Quanto à avaliação dos cursos, tem-se que 81% dos participantes avaliaram a qualificação recebida como boa ou ótima. No entanto, quando da análise dos dados qualitativos se observou que os que pensam de forma contrária apontaram alguns fatores de insatisfação: os principais relacionados à carga horária dos cursos, ao aprendizado dos conteúdos e à didática de alguns professores.

Outra informação importante a partir dos dados da pesquisa é a constatação de que apenas 8% dos participantes do estudo estavam empregados. Este conhecimento é significativo para a discussão da empregabilidade desses sujeitos no momento atual. Cabe destacar, contudo, que esse percentual se deve a alguns cursos que foram ofertados em finais de semana, o que possibilitou a participação de algumas pessoas que já estavam no mercado de trabalho.

Na sequência, apresenta-se os dados sobre as conquistas e experiências depois do Pronatec e os respectivos resultados.

5.1.3. Conquistas e experiências pós Pronatec

Neste tópico são discutidas as conquistas e experiências dos egressos pós Pronatec, no sentido de se buscar entendimento da situação dos estudantes depois que terminaram o Programa. A Tabela 17 elenca algumas dessas variáveis, especificamente quanto a indagação se o programa trouxe melhora nos pontos apresentados.

Tabela 17 – Condições de trabalho, vida e qualificação pós Pronatec

Resposta	O Pronatec proporcionou melhores condições?		
	No mercado de trabalho	Na mudança de vida	Fez outro curso
Sim	80 - 54%	101 - 68%	45 - 30%
Não	44 - 30%	48 - 32%	102 - 68%
Não sei responder	25 - 17%	0 - %	2 - 1%
Total	149 - 100%	149 - 100%	149 - 100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Quanto às condições necessárias para o mercado de trabalho, observa-se que a maioria, 54% do total, percebe que o Pronatec propiciou melhores condições enquanto 47% não tem essa mesma percepção. No entanto, mesmo com um entendimento alto de influência do Programa nesta variável, os dados sobre trabalho demonstram que 58% estão desempregados e os dados qualitativos identificam ainda que essa realidade se mostra diferente, com a maioria sem emprego e frustrada por não trabalharem na área.

Nessa mesma linha, a variável mudança de vida apresentou-se com um pouco mais de intensidade, isto é, para 68% dos participantes, houve alguma alteração em suas vidas depois do Programa. Apesar dessa percepção, não há elementos que possam inferir que essa mudança adveio do Programa, considerando-se que os dados demonstraram que 58% dos egressos estão desempregados. Além disso, os números apontam que o Pronatec pode ter sido uma das poucas chances destes jovens de cursar um ensino técnico, mesmo que seja de cursos de curta duração.

Tabela 18 – Avanços e facilidades percebidas pelos egressos pós Pronatec

Percepção dos egressos	Frequência	Percentual
Melhorei de vida depois do Pronatec	46	32%
Não melhorei de vida depois do Pronatec	32	21%
Não vejo nenhuma diferença na minha vida causada pelo Pronatec	39	26%
Não sei responder	32	21%
Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Por outro lado, quando se dá mais opções de resposta quanto à melhoria de vida que não uma variável dicotômica, esse cenário muda. A Tabela 18 mostra essa realidade: para uma maioria de 68%, não houve diferença.

Além da apresentação dos resultados das conquistas e experiências pós Pronatec, apresenta-se a seguir o Programa à luz dos estudos e suas possíveis influências.

5.1.4. Influência do Pronatec nos estudos

Neste tópico expõem-se os motivos e as relações dos egressos com os estudos. Busca-se identificar se a continuidade estudantil foi de alguma forma influenciada pelos cursos do Pronatec. Para isso, inicia-se com os dados de sequência na carreira de estudante.

Tabela 19 – Influência do Pronatec nos estudos dos egressos

O Pronatec lhe ajudou nos estudos?	Frequência	Percentual
Sim, me ajudou a descobrir uma área da qual gosto	49	33%
Sim, me ajudou a descobrir uma área da qual não gosto	7	5%
Sim, me ajudou a escolher um curso superior ou curso técnico	9	6%
Sim, me ajudou a entender melhor outras disciplinas	55	37%
Não me ajudou nos estudos	19	13%
Não sei responder	10	6%
Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Quando se analisa a continuidade dos estudos depois do Pronatec, de acordo com os dados da pesquisa, tem-se que a grande maioria, 91% do total, seguiu estudando enquanto os demais 9% não procurou novos cursos. Quando se observa as questões que indagam a influência direta do Programa nesta variável, tem-se que este promoveu uma razoável

mudança. São citados basicamente a identificação com uma determinada área e o melhor conhecimento de outras disciplinas, correspondendo a 70% do total.

Ainda nessa temática, procurou-se saber se o Programa contribuiu de alguma forma na expectativa bem como na motivação dos alunos quanto aos estudos. De acordo com os dados da pesquisa, a maioria, 54% do total, afirma ter ficado motivada para os estudos; 18% afirmam que o Programa mudou de alguma forma sua visão sobre o tema abordado. Tem-se, nesse sentido, que, para 72%, houve um impacto positivo enquanto que, para os demais, ou não fez diferença ou não souberam responder.

Identificados os resultados do Programa nos estudos, a seguir apresenta-se os dados da influência do Pronatec na variável Trabalho.

5.1.5. Influência do Pronatec no trabalho

Neste subtítulo, apresenta-se a mensuração da variável trabalho, no tempo da pesquisa, dos sujeitos estudados. Busca-se identificar e apresentar os dados consolidados, dos quais se possam extrair informações valiosas sobre a real situação desse público para os objetivos propostos nesta dissertação.

Tabela 20 – Características dos empregos dos egressos ocupados do Pronatec

Variável	É na área do Pronatec?	%	É com carteira assinada?	
				%
Sim	7	11%	36	58%
Não	55	89%	26	42%
Total	62	100%	62	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Quanto ao emprego, se nota que a maioria dos egressos não está empregada, o que corresponde a 58% do total, enquanto os demais 42% estão ocupados. Há de se questionar, contudo, a qualidade desses postos de trabalho e se eles têm alguma relação com a qualificação obtida no Programa. Não se pode afirmar que os 42% que se declararam empregados o estão por esta razão. Diante disso, analisa-se os dados referentes aos 42% para melhor entendimento desse contexto.

Dos que estão empregados, apenas uma pequena parcela desenvolve atividades na área do curso FIC do Pronatec, a maioria afirma que está trabalhando em outras áreas que não aquelas de suas qualificações. Do ponto de vista da formalidade do trabalho, tem-se que 58% está com carteira assinada. No entanto, uma parcela significativa se encontra ocupada na

economia informal. Tem-se, nesse sentido, um cenário com empregos fora da área de qualificação somada a um alto índice de informalidade.

Tabela 21 – Emprego dos egressos do Pronatec por setor da economia do município de Paraíso-TO

Setor da economia	Frequência	Percentual
Indústria	7	11%
Comércio	37	60%
Agricultura	0	0%
Serviço Público	7	12%
Prestação de Serviço	11	17%
Total	62	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

A Tabela 21 apresenta que, via de regra, os jovens estão empregados no comércio e no setor de prestação de serviços. Somando-se esses dois setores, tem-se mais de 70% do total de ocupação. Esses números evidenciam a distribuição do PIB da cidade de Paraíso do Tocantins, em que os pontos com maior participação econômica são justamente os apresentados pela pesquisa, os quais, conseqüentemente, mais demandam trabalhadores.

Tabela 22 – Favorecimento na hora de se conseguir um emprego por ter feito os cursos do Pronatec

O Pronatec favoreceu a conseguir um emprego	Frequência	Percentual
Sim	33	22%
Não	83	56%
Não fez diferença	14	9%
Não sei responder	19	13%
Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Os dados apontam para uma realidade geral insatisfatória, pois para 78% dos egressos, os cursos do Pronatec não os favoreceram a conseguir um emprego. Em outras palavras, mesmo para alguns que se encontram ocupados, essa situação não advém do Programa.

Tabela 23 – Tratamento dado aos egressos do Pronatec pelo mercado local e percepção quanto a escolha de uma profissão

Categoria	Opções	Frequência	Percentual
Tratamento pelo mercado	Com discriminação	3	2%
	Com tratamento normal	93	62%
	Com tratamento diferenciado	7	5%
	Não sei responder	30	20%
	Não se aplica	16	11%
	Total	149	100%
Ajudou a escolher uma profissão	Sim	57	38%
	Não	92	62%
	Total	149	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015)

Por outro lado, para aqueles que procuram um emprego e apresentam em seus currículos que são egressos de cursos do Pronatec, o tratamento dispensado foi identificado como normal, com um percentual de 62% do total. Para as demais categorias, observa-se que ao se somar normalidade com os que não souberam responder e mais os casos que não se aplica, tem-se um total de 93%, isto é, praticamente, não há a percepção desses jovens de que os cursos realizados são valorizados pelo mercado de trabalho.

Além dos pontos discutidos até aqui sobre a variável trabalho, cabe destacar se o Programa ajudou os egressos a escolher uma profissão/carreira. Para 62%, o Pronatec não desempenhou esse papel enquanto 38% admitiu que houve a interferência da experiência de qualificação com a escolha de uma carreira/profissão. Essa resposta, portanto, aponta que o Programa não teve uma influência significativa na escolha dos alunos quanto ao futuro, apenas uma pequena parcela teve tal entendimento.

Apresentados os resultados de forma descritiva até o momento, passa-se, no próximo item, à análise dos dados qualitativos dos egressos do Pronatec à luz da consolidação das respostas por meio de análise de conteúdo. Nessa etapa, foi dada a oportunidade de esses sujeitos verbalizarem suas expectativas e frustrações quanto ao programa, o que se mostrou bastante rico para a consecução dos objetivos da pesquisa.

5.2. Dados Qualitativos

Os dados qualitativos estão organizados em categorias e são frutos das questões abertas do instrumento de coleta de dados (Apêndice A). Os resultados estão dispostos de acordo com a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2009). As falas dos sujeitos,

nesse sentido, são importantes para auxiliar na concretização do objetivo de compreender a política do Pronatec implementada pelo Campus de Paraíso do Tocantins nos anos de 2012 e 2013 quanto aos aspectos da condição profissional, educacional e social dos egressos do programa.

A análise de conteúdo gerou cinco categorias: auxílio financeiro recebido do governo, trabalho e emprego, conhecimento e futuro, frustração e emprego e processo de ensino-aprendizagem. Na sequência, todas serão apresentadas, seguidas de sua referida descrição, verbalização e temas recorrentes nas respostas, de acordo com o Quadro 12.

Quadro 12 – Categorias de análise segundo dados qualitativos da pesquisa

CATEGORIA 1: Auxílio financeiro recebido do governo	
DESCRIÇÃO	Relatam receber bolsas de diversos programas do Governo Federal e Estadual. Do próprio Pronatec, do PIBID, Seguro Desemprego, Bolsa Família e Arranjos Produtivos Locais (APL).
VERBALIZAÇÃO	<i>“Auxílio Estudantil...”</i> ; <i>“Bolsa de auxílio alimentação e transporte de alunos do Campus do IFTO de Paraíso”</i> .
TEMAS	Benefícios, auxílio do governo.
CATEGORIA 2: Trabalho e emprego	
DESCRIÇÃO	Os participantes afirmam em sua grande maioria que fizeram o Pronatec para adquirir mais conhecimentos e assim estarem mais preparados para o mercado de trabalho. Observa-se um anseio dos participantes em estarem aptos para o mundo do trabalho, como se o curso de curta duração fosse a salvação. Talvez, devesse haver um curso para preparar estes jovens para o desemprego, para a não idealização do mundo do trabalho.
VERBALIZAÇÃO	<i>“Para ter mais conhecimento e aprendizado e qualificar para entrar no mercado de trabalho”</i> ; <i>“Porque achei que iria me preparar para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, ficar apto a trabalhar em diversas áreas”</i> ; <i>“Pra obter experiência nas áreas de trabalho para uma maior aceitação no mercado.”</i> ; <i>“Para ter uma oportunidade melhor de capacitação para um bom emprego”</i> .
TEMAS	Trabalho, emprego, formação, qualificação profissional, mercado de trabalho e formação.
CATEGORIA 3: Conhecimento e futuro	
DESCRIÇÃO	A maioria dos egressos afirma ter feito o Pronatec pela busca de conhecimentos. Viram no Programa uma oportunidade de continuarem seus estudos e estarem mais preparados para o futuro. Aponta-se uma expectativa inicial bem elevada.
VERBALIZAÇÃO	<i>“Porque eu queria ter mais conhecimento sobre o assunto em que o curso oferecia.”</i> ; <i>“Pra obter conhecimento em áreas em que eu tinha interesse”</i> ; <i>“Para adquirir um amplo conhecimento, uma experiência a mais para meus conhecimentos”</i> ; <i>“Porque fazia agroindústria a fim de obter mais conhecimentos na minha área de especialização”</i> .
TEMAS	Conhecimento, capacitação, especialização e estudo.
CATEGORIA 4: Frustração e desemprego	
DESCRIÇÃO	Após a conclusão do Pronatec, a maioria dos egressos não conseguiram um emprego ou mesmo os que conseguiram não foi nas áreas dos cursos que realizaram, isso causou uma grande frustração, pois imaginavam que após a qualificação já estariam empregados.
VERBALIZAÇÃO	<i>“Por que ainda não tive uma oportunidade de trabalho”</i> ; <i>“Porque não tive nenhuma chance de trabalho na aérea que fiz o curso”</i> ; <i>“Porque estudo e</i>

	<i>trabalho na área completamente diferente dos cursos que eu fiz!"; "Por que não consegui trabalho em nenhuma das áreas dos cursos oferecidos!"; "Depois que terminei o curso, minha vida continua do mesmo jeito. Tenho 17 anos e nunca arrumei emprego mesmo com meus 3 cursos concluídos"; "Não sei explicar, eu aprendi mais não mudou nada na minha vida só mais um curso pro meu currículo".</i>
TEMAS	Desemprego, falta de mudança na vida, falta de chance na área do curso. Frustração.
CATEGORIA 5: Processo ensino-aprendizagem	
DESCRIÇÃO	Alguns egressos, uma quantidade considerável, afirmam não ter aprendido os conteúdos dos cursos que fizeram. Avaliam que a carga horária não foi suficiente bem como reclamam da didática de alguns professores.
VERBALIZAÇÃO	<i>"Não consegui aprender"; "Por que eu não aprendi nada demais nesse curso. Não tirei nenhum aprendizado de lá"; "Por que eu não aprendi muita coisa, e não dei muita atenção pros cursos, mais me arrependo de não ter aproveitado mais os cursos"; "Porque o ensino foi razoável e penso que não aprendi o suficiente"; "O horário do curso foi pouco, não deu pra aprender 100%. Porém foi o bastante pra ter a noção do que se tratava".</i>
TEMAS	Baixo aprendizado, baixa carga horária dos cursos, baixo interesse dos alunos.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa (2015).

Identificadas as cinco categorias de análise, somadas aos dados quantitativos do subtítulo anterior, o próximo capítulo trata da discussão dos resultados e as possíveis relações entre os dados da pesquisa.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentada a discussão dos resultados quanto às variáveis quantitativas e qualitativas organizados no capítulo anterior. Para isso, serão discutidas em referências aos objetivos propostos, precipuamente, quanto ao aspecto social, educacional e profissional dos egressos.

6.1. Aspectos socioeconômicos dos egressos do Pronatec

A condição sociodemográfica dos sujeitos da pesquisa está composta por indivíduos, em sua maioria, do sexo feminino, com uma média de idade de 18,92 (19) anos, tendo 62% se declarado de cor parda, 7% de cor preta, 3% de cor amarela e 27% de cor branca. Essa composição está próxima aos dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, em que a população branca contava com uma proporção de 25%, os pardos com 63% e os pretos, com 9,1%. Nesse sentido, a amostra não se distancia desta realidade, ao apresentar um extrato correspondente e que não está relacionado a um tipo de característica específica de quem fez o Pronatec. A idade dos pesquisados, por sua vez, está basicamente na faixa de conclusão do ensino médio, fase que apresenta imensos desafios, principalmente no âmbito estudantil e profissional do jovem.

Os responsáveis pelos egressos, possuem, em sua maioria, uma educação formal que varia do Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Médio completo. Essa condição teve uma evolução nos últimos anos, no entanto, ainda se mostra insuficiente. De acordo com os dados do Atlas Brasil (2013), a educação, um dos indicadores do IDHM⁴¹ teve um avanço substantivo, a exemplo da evolução dos concluintes do Ensino Médio de 18 a 20 anos, que passaram de 10,97% em 1991 a 48,38% em 2010. O nível de escolarização dos responsáveis, nesse sentido, se mostrou bem variado, sem um padrão definido: ora se tinha mais séries do Ensino Fundamental ora mais séries do Ensino Médio.

Segundo Reis e Ramos (2011, p.192), estudo sobre a escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos, “indicam que a estrutura educacional da família parece ter um papel importante nesse processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre gerações”. Para os autores, a desigualdade pode ser

⁴¹ Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), O IDHM é um índice ajustado do IDH para os municípios composto pela variável longevidade, educação e renda. O indicador por município pode ser consultado no site <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM>.

minorada com o aumento da escolaridade dos filhos cujos pais ou mães possuem baixos níveis de escolarização. Os egressos do Pronatec, nesse sentido, apresentam, em média, pais com escolarização de regular a baixa, o que implica um esforço dos filhos para melhorarem suas condições de vida. Samarcos Neto (2013, p. 39) aponta em pesquisa sobre renda e escolaridade que variáveis “ligadas à escolarização são as que promovem os maiores retornos na renda. Além disso, identificou-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior o retorno proporcionado”.

No que se refere à renda familiar, a amostra apresentou uma média de R\$ 1.798,00, com destaque para 25% que recebem no máximo um salário mínimo. Essa variável de forma per capita, à luz do IDHM⁴², passou de R\$ 555,09, em 1991, para R\$ 899,57, em 2010. O destaque fica para a redução dos extremamente pobres que recuou de 7,84%, em 2001, para 1,62%, em 2010. Tem-se, assim, que a amostra se apresentou com uma renda per capita menor do que a renda per capita do município. Isto quando se observa que os domicílios estão com uma média de 3,84 moradores por unidade familiar. Assim, tem-se R\$ 599,33 por pessoa, dado inferior ao valor global apresentado pelo indicador do IDHM. Corrobora ainda a informação de que 81% dos egressos possuem renda média de até R\$ 1.534,00, sem considerar o impacto para o futuro dos filhos, tendo em vista que menor renda implica menor investimento em educação.

A ocupação dos responsáveis, quando observada pela variável sexo, mostra que os homens estão vinculados à agricultura, construção civil e comércio e as responsáveis do sexo feminino ocupadas basicamente no comércio, administração pública, atividades informais e do lar. De acordo com o IBGE (2010), quando se agrupa a variável cor, renda per capita e rendimento, tem-se que os brancos têm em média uma renda maior do que os pretos e os pardos de aproximadamente 1,8 vez para todas as regiões do Brasil, com exceção para as grandes regiões do país em que esta diferença aumenta, a exemplo da região sudeste.

Quando há contribuição por parte dos egressos na renda familiar, estes o fazem com valores limitados a um salário mínimo. Para estes, foi identificado que a maioria está ocupada em postos informais, principalmente no setor de comércio e serviços. Essas informações vão ao encontro de dados do IBGE que apontam que a faixa de 16 a 24 anos apresenta a proporção de maior fase da informalidade na juventude, com percentual de 44,8%, proporção inferior apenas ao da faixa etária dos maiores de 60 anos, em que já se tem outras características, como a aposentadoria, por exemplo. “No caso dos jovens, a conjuntura

⁴² Os dados se referem ao município de Paraíso do Tocantins.

econômica do período tem influenciado a inserção profissional deles que, na busca por experiência e qualificação no mercado de trabalho, aceitam inclusive formas de trabalho sem garantias sociais [...]” (IBGE, 2014).⁴³

Reis e Aguas (2014, p. 46), ao analisarem a duração do desemprego e transição dos trabalhadores entre o emprego formal, informal e a inatividade, indicam, além de outros pontos, que “os que nunca trabalharam anteriormente se mostraram menos propensos a deixar o desemprego para qualquer um dos estados considerados”. Ou seja, há uma série de circunstâncias que fazem do jovem uma das partes mais frágeis do mercado de trabalho. Especificidade esta que se apresenta com uma inserção precária no mercado de trabalho, a exemplo da informalidade e com níveis maiores de desemprego, como os identificados com egressos do Pronatec.

Apesar de ter sido apresentada uma renda familiar média de pouco mais de dois salários mínimos, o consumo das famílias se mostrou em um patamar razoável. Na análise dos bens declarados, identificou-se uma condição socioeconômica média, com a maioria possuindo bens de consumo duráveis, com destaque para o acesso a serviços de internet. A respeito das novas tecnologias, Rosado e Tomé (2015, p. 14) indicam que “colabora para esse crescimento a ubiquidade de acesso por meio das conexões sem fio (Wi-Fi, 3G, 4G) e a maior portabilidade/mobilidade dos suportes (tablets, celulares), que vão além do computador atrelado a um espaço geográfico fixo”. O acesso a esses serviços cresceu bastante nos últimos anos, advindo em grande medida das facilidades apontadas pelos autores. Este dado revela que mesmo os egressos do Pronatec participantes deste estudo, tendo pouca ou nenhuma renda, a maioria consegue ter acesso à internet via celulares, um objeto de consumo contemporâneo.

Do ponto de vista da percepção dos egressos, o Programa praticamente não influenciou em seus ganhos. Há um consenso nesse sentido: apesar de haver um conjunto de egressos que começaram a perceber alguma renda depois do Pronatec, não há evidências de relação com cursos os realizados. Por conseguinte, a análise de possíveis alterações na renda dos egressos não se confirma.

Essas informações, portanto, apontam para a existência a ser transformada, que é o papel fundamental de uma política pública como um fluxo de decisões orientado a modificar determinada realidade (Saravia, 2006). A exemplo de outros programas, como o PNQ e o Planfor, o Pronatec lida com públicos da base da pirâmide social, os quais representam a

⁴³ Reportagem da revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/mulheres-pretos-jovens-e-idosos-lideram-trabalho-informal>.

maior parcela da população brasileira. A lógica do programa, no entanto, não se modificou, repetindo um paradigma de educação profissional dos anos de 1990 e 2000 que atendia basicamente a interesses diversos que não os dos trabalhadores e estudantes. Repete-se assim, um modelo de educação profissional diferente do sentido de politecnicidade discutido por Santos (2008).

6.2. Algumas características dos egressos ao tempo do Pronatec

Além da realidade atual, buscou-se saber a condição dos egressos quando participaram do Pronatec. À época, os alunos estavam divididos basicamente nas três séries do Ensino Médio, tendo grande parte não repetido de ano. Estavam matriculados basicamente no Centro de Ensino José Alves de Assis (CEM), Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins, Escola José Nézio Ramos e Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO, com destaque para a rede pública de educação. A participação da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins atendeu basicamente ao art. 2º, inc. I da Lei de criação do Programa, em que uma das prioridades consiste justamente no atendimento de alunos da rede pública de ensino.

Segundos dados do Censo Escolar de 2014 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do total de matrículas no Ensino Médio para o estado do Tocantins, apenas 3% são da rede federal de educação. A grande maioria está concentrada na rede pública de educação estadual, com 91% do total de estudantes. Esses dados dão a dimensão da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, em que mesmo com a interiorização do Ensino Profissional por meio dos Institutos Federais, a oferta dessa modalidade de ensino ainda é insuficiente. Esse argumento foi apresentado pelos gestores do Pronatec, de acordo com Cassiolato e Garcia (2014), como forma de justificar o ensino concomitante ou mesmo subsequente.

No que se refere ao conhecimento do Programa antes de sua efetivação, uma parcela razoável (40% dos estudantes) afirmou conhecê-lo. Isto demonstra que mesmo antes de ingressarem, os egressos já haviam tido contato com alguma forma de disseminação dessa política. Citam-se as várias inserções da mídia audiovisual do período, com apresentações de jovens em laboratórios e em aulas práticas, dando um sentido de qualificação e qualidade ao Programa. No lançamento do Programa em 2011, o slogan difundido era: “Agora é lei. Formação Técnica e Profissional. Pronatec”. (Globo.com\g1. 2011, dia 26/10/2011). Nesse mesmo evento, a Presidente Dilma Rousseff apresentou o seguinte discurso:

No nosso caso, estamos numa fase em que nós completamos o primeiro movimento, da universalização da educação e agora nós estamos buscando da creche ao pós-graduação modificar a qualidade da educação no Brasil. Hoje temos um desafio de assegurar capacitação para os nossos jovens, trabalhadores e adultos que, no passado, não tiveram oportunidade dessa qualificação", afirmou a presidente (Globo.com\g1, 26/11/2011).⁴⁴

Todo esse aparato institucional, incentivando a juventude a procurar uma qualificação profissional, dava uma conotação de que um curso do Pronatec resolveria o problema do desemprego. Nessa lógica, a situação de se estar empregado ou não estaria relacionada unicamente à busca por qualificação. No entanto, a visão comum de que o país está passando por uma crise de mão de obra qualificada não se sustenta, pois:

As análises das características e evolução recente do mercado de trabalho brasileiro não confirmam a ideia generalizada de que o país está vivendo um grande “apagão” de mão de obra qualificada, o que tornaria urgente a necessidade de investir pesadamente na formação técnica de nível médio ou superior. Existe demanda reprimida por pessoal qualificado em determinados setores, tanto de nível médio quanto de nível superior, mas estes setores empregam, relativamente, poucas pessoas. Em termos gerais, parece existir um equilíbrio entre as qualificações proporcionadas pelo sistema educativo e as necessidades mais gerais do mercado de trabalho, e o aumento da qualificação média dos trabalhadores que se observa se deve mais ao aumento geral da escolaridade da população brasileira do que a um aumento generalizado de demanda por maiores qualificações (Schwartzman; Castro, 2013, p. 609).

Isto, no entanto, não pode inferir que cursos de qualificação profissional não devam ser incentivados, como bem advertem os autores. O caminho mais viável seria a expansão da oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio – o que, invariavelmente, estaria mais próximo de uma educação unitária e não de cursos fragmentados e até mesmo frustrantes para os jovens, como se observou neste estudo com os egressos do Pronatec do Campus de Paraíso do Tocantins (IFTO) dos anos de 2012 e 2013.

Além disso, quando se olha para a variável trabalho ao tempo da realização do Pronatec, encontra-se que mais de 90% não estavam trabalhando. Isto em decorrência de a maioria dos estudantes terem na época uma idade média de 16 a 17 anos e estarem ligados praticamente às atividades estudantis, vinculados ao Ensino Médio no período matutino e com os cursos do Programa no período vespertino. Os demais participantes que estavam trabalhando são oriundos de cursos realizados em finais de semana, em que outros públicos podiam participar. Nisso reside a explicação para os que se declararam empregados. Ou seja, havia mais uma expectativa de se buscar um emprego com o fim do próprio Ensino Médio e

⁴⁴ Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/10/dilma-sanciona-pronatec-que-visa-melhoria-do-ensino-tecnico.html>

dos cursos de curta duração, pois a maioria dos participantes do Programa ainda não estavam ativos no mercado de trabalho.

6.3. Influência do Pronatec nos estudos

Na perspectiva dos estudos, tem-se que a grande maioria dos egressos do Pronatec continuou estudando. Pontualmente, sobre a influência do Programa na variável educação, houve dados que trouxeram informações positivas nesse sentido. Destaca-se o contato com disciplinas as quais despertaram os alunos para uma nova área do conhecimento bem como a entender conteúdos de áreas técnicas não comuns ao Ensino Médio. Além de 38% afirmarem terem sido influenciados pelo Programa na escolha de uma profissão. No entanto, mesmo com esses pontos positivos, apenas uma pequena parcela, 6%, seguiu efetivamente na área do curso FIC. Não obstante essa informação, a motivação dos egressos se mostrou afetada pela experiência do Pronatec. Houve considerável consenso quanto a este item, principalmente por vislumbrarem novas possibilidades de formação com ‘novo’ ânimo.

Essa influência traz à tona o momento da escolha profissional desses sujeitos, em que adolescentes ou mesmo jovens têm que decidir qual caminho trilhar, qual curso seguir, podendo ser um curso técnico, uma graduação ou mesmo não continuar estudando. Segundo Almeida e Pinho (2008, p. 174),

Quando um adolescente se depara com a escolha de uma profissão, não estão apenas em jogo seus interesses e aptidões, mas também a maneira como ele vê o mundo, como ele próprio se vê, **as informações que possui acerca das profissões, as influências externas advindas do meio social**, dos pares e, principalmente, da família (grifo nosso).

Este momento de escolha se mostra realmente uma seara de dúvidas para os adolescentes e jovens, pois é um momento de difícil decisão de escolha profissional, em que se espera uma atitude final quanto à questão (ANDRADE; MEIRA; VASCONCELOS, 2002). Mesmo os autores tratando do contexto familiar e vocacional, revela-se que as informações obtidas bem como as influências do meio social têm papel fundamental nas escolhas dos jovens. É neste sentido que as evidências tendem a confirmar que do ponto de vista dos estudos, o Pronatec trouxe outras expectativas aos estudantes, mesmo que seja na direção de uma convicção de que o eixo estudado não foi o ideal.

6.4. Influência do Pronatec na inserção dos egressos no mercado de trabalho

A análise da variável trabalho demonstra que 58% dos egressos do Pronatec estão desempregados. Para os que estão empregados, praticamente não se vislumbrou nenhuma influência direta do Programa. Os dados mostram uma realidade dura, em que os empregos praticamente não estão relacionados ao Programa bem como estão em grande medida ligados ao mercado de trabalho informal. Evidenciam ainda que estão localizados basicamente no setor de comércio e serviços. Não obstante essa realidade, combinado a praticamente dois terços sem trabalho, era de se esperar que o Programa pudesse ter colaborado com aqueles que conseguiram uma posição no mercado de trabalho, o que não se confirmou. Além disso, para 62%, o Programa não influenciou na hora de escolher uma carreira.

Essa é sem dúvida a maior frustração dos egressos do Pronatec, pois não há evidência de que o Programa tenha influenciado nesta variável. Pelo contrário, os dados são categóricos em apontar para uma realidade de pouca ou nenhuma efetividade. A cidade de Paraíso do Tocantins, no entanto, teve alguns avanços na área do trabalho. Segundo dados do Atlas Brasil (2013), entre 2000 e 2010, a taxa de atividade⁴⁵ da população de 18 anos ou mais avançou de 70,04%, em 2000, para 75,29%, em 2010, ao passo que a taxa de desocupação passou de 12,42% para 6,50% no mesmo período.

Essa realidade de melhoria de indicadores de trabalho nas últimas décadas tem se mostrado frágil no período atual para o resto do país. Dados atuais da pesquisa mensal do emprego (PME) para as principais regiões do país apresentam um aumento do desemprego. A taxa de desocupação era de 5% em março de 2014 ficando em 6,4% em abril de 2015. Corrobora essa informação os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de que de janeiro a abril de 2015 houve mais desligamentos do que admissões. Por outro lado, a cidade de Paraíso do Tocantins parece ter ficado estabilizada no saldo de empregos. Contrariamente ao cenário nacional, teve-se no mesmo período mais admissões do que desligamentos, mesmo com números quase equivalentes; historicamente o município tem apresentado certa estabilidade nestes saldos.

A condição do desemprego está relacionada a vários fatores. Reis (2015), ao analisar essa variável diante do primeiro emprego, indicou que as chances deste são menores entre os jovens, por não terem tido uma experiência no mercado de trabalho. Ao passo que para aqueles que já tiveram alguma experiência essa possibilidade aumenta. Quando há

⁴⁵ Taxa de atividade se refere ao percentual da população, neste caso da população de 18 anos ou mais, economicamente ativa.

experiência para ambos, ou seja, entre os jovens e os mais velhos, praticamente não há diferença entre eles, o que demonstra certa equivalência nas chances de se conseguir uma posição no mercado de trabalho a partir da primeira experiência. Talvez aqui esteja a esperança dos jovens nos cursos FIC, conseguir habilidade em algo para conquistar o tão almejado primeiro emprego.

Reis e Camargo (2007), em estudo sobre o impacto da inflação no emprego com dados da PNAD⁴⁶ de 1981 a 2002, constataram que com redução na taxa de inflação diminuem os empregos, sendo mais acentuada entre os jovens de 18 e 20 anos. No contexto da escola e do trabalho, Mattos e Chaves (2010), ao estudarem as experiências de transição para o trabalho de adolescentes baianos na condição de aprendizes, ressaltaram o distanciamento entre a escola e o trabalho, além do papel fundamental daqueles que estão diretamente relacionados a este ambiente, como professores e colegas de escola, na superação das dificuldades cotidianas entre trabalho e vida estudantil.

Thomé, Telmo e Koller (2010), ao pesquisarem os jovens no contexto laboral e a opinião destes sobre as definições de trabalho, observaram que as maiores oportunidades estão relacionadas ao mercado informal com remuneração inferior a um salário mínimo, com carga horária diária de cinco a oito horas. Os autores concluem “que o(a) jovem está inserido em contexto de trabalho que o vulnerabiliza. A baixa remuneração, a escassez no recebimento de benefícios e a dificuldade de economizar o dinheiro recebido revelaram que o trabalho juvenil não possui um retorno adequado” (THOMÉ; TELMO; KOLLER, 2010, p. 182).

Os estudos apresentados são incisivos quanto à vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho. A maioria das oscilações no emprego são sensivelmente mais acentuadas nesta fase da vida, principalmente por não terem tido ainda a oportunidade do primeiro emprego. Esta realidade leva a precarização das ocupações, com empregos informais e de baixa remuneração. Os dados da pesquisa do Pronatec se somam a essa dura realidade, com poucos egressos empregados, estando uma parte destes inseridos no mercado informal e com remuneração máxima de um salário mínimo. Políticas públicas de qualificação profissional, nesse sentido, desarticuladas com outras áreas se mostram insuficientes para a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Quando se analisa as conquistas e experiências pós Pronatec, alguns dados apresentam que houve alguma melhoria em relação ao mercado de trabalho e à vida em geral: mais da metade dos egressos identificaram alguma mudança. Contudo, quando se olha para as

⁴⁶ Pesquisa nacional por amostra de domicílio.

informações de melhoria de vida, há uma contradição nas respostas, pois a maioria acredita que não houve mudança de vida depois do Programa. O que é corroborado pelos dados de emprego somado aos dados qualitativos, os quais demonstram uma realidade de desemprego e de frustração. Cita-se ainda que quase 70% não fizeram outros cursos profissionais depois do Pronatec. Não há, assim, evidências de que os egressos do Programa conseguiram inserção no mercado de trabalho. Não houve uma mudança significativa na vida dos jovens que possa ser identificada como advinda dessa política, com forte constatação para o desemprego.

6.5. Categorias de análise

Este subtópico apresenta as categorias de análise identificadas de acordo com a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2009). Para isso, se seguem cada uma dessas de forma a complementar a discussão dos resultados da pesquisa.

6.5.1. Auxílio financeiro recebido do governo

Os dados das questões fechadas do Questionário apontam que do total de egressos apenas 17% afirmaram receber algum benefício do governo nos últimos doze meses da realização da pesquisa. No entanto, a partir da análise de conteúdo, se identificou essa categoria pela sua intensidade. Os principais benefícios apontados foram a Bolsa-Formação Estudante do Pronatec, o bolsa-família, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o auxílio estudantil, o Seguro Desemprego e o Arranjos Produtivos Locais (APL).

A Bolsa-Formação Estudante do Pronatec está disciplinada pelo art. 4º, inciso IV, alínea *a* da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, a qual prevê nessa modalidade uma de suas ações para a implementação do Programa. De acordo com o § 1º “A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação” (BRASIL, Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011).

Além disso, essa modalidade de bolsa, de acordo com manual do MEC, tem como objetivos o fortalecimento do Ensino Médio com a articulação com a EPT, o fomento a qualidade dos cursos técnicos realizados em concomitância ao Ensino Médio, contribuir para a integração dos currículos e projetos pedagógicos de Ensino Médio e centros de Educação

Profissional e Tecnológica e, por fim, contribuir para a diminuição das desigualdades das diferentes formas. Esse auxílio basicamente é utilizado pelos beneficiários para o pagamento de transporte até a unidade de ensino e para alimentação. No entanto, no ano de 2015, o que se tem visto são atrasos nos repasses desses recursos.

A grande mídia constantemente aponta para esse tipo de problema. O Bom Dia Brasil, da rede Globo de televisão, noticiou recentemente, em 19/06/2015, também veiculado no portal Globo.com\gl, que o “repasso de dinheiro do Pronatec está atrasado em Alagoas”. Além disso, citou as cidades de Belo Horizonte, MG e Guarapuava, PR, as quais não tinham começado as aulas por causa dos mesmos problemas. Segundo a empresa de comunicação “em uma escola de Guarapuava as aulas até voltaram, mas é a própria escola que está bancando os custos”. Esta realidade traz inúmeras frustrações aos alunos, como explicitado por um dos estudantes: ““Eu não sei por que inventaram isso se não sai. Enfim, desmotiva muito a gente’, lamenta o estudante”.

Outro benefício citado foi o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004: “um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país” (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015). Ainda de acordo com este Ministério, o programa tem como foco de atuação brasileiros com renda per capita inferior a R\$ 77,00 mensais, estando fundamentado na garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. No município de Paraíso do Tocantins, até o mês de abril de 2015, já foram beneficiados 2.199 pessoas, com o volume de recursos de R\$ 1.344.390,00. No ano de 2014, esse valor foi de R\$ 4.137.579,00.

O Pibid foi instituído pelo Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, e tem como um de seus principais objetivos o incentivo a formação de docentes em nível superior para atuação na Educação Básica. O programa está estruturado com cinco tipos de bolsas: iniciação à docência, supervisão, coordenação de área, coordenação de área de gestão de processos educacionais e coordenação institucional. Os valores variam de R\$ 400,00 a R\$ 1.500,00, dependendo do tipo de bolsa. Este benefício foi citado na pesquisa por alguns dos egressos do Pronatec, os quais podem estar matriculados em alguma licenciatura do Campus de Paraíso do Tocantins, o que pode ser no curso de Licenciatura em Matemática ou em Química.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e tem como objetivo principal ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, de acordo com seu art. 1º. Além disso, com base no art. 3º, § 1º, as ações poderão ser desenvolvidas nas áreas de

moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Esse benefício, em 2014, foi de R\$ 6.810.347,00 para todo o IFTO, com mais de 85.000 benefícios aos estudantes, de acordo com o Relatório de Gestão do IFTO de 2014.

O Seguro Desemprego, por sua vez, foi instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterada posteriormente pela Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, e demais leis subsequentes. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o programa tem por fim “prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional”. Esse tipo de benefício está voltado para as situações do trabalhador na situação de desempregado. É interessante notar que alguns dos egressos do Pronatec se encontravam nessa situação; uma quantidade ínfima, menos de 1%. No entanto, aponta-se que, para esses sujeitos, houve a combinação de um programa de qualificação com o recebimento do seguro, mesmo que não tenha sido de forma articulada com o Pronatec.

Por último, tem-se os APLs, como citado pelos egressos como um dos benefícios recebidos, os quais fazem parte do programa de pesquisa do IFTO, que de acordo com o Relatório de Gestão de 2014, tem por fim selecionar projetos de pesquisa que envolvam o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Estado do Tocantins. Estes devem estar relacionados às seguintes questões: “inovação em processos de gestão, redução de custos, comercialização, estabelecimento de marcas, melhoria e agregação de valor aos produtos, redução de impactos ambientais e implementação de sistemas e parcerias para a certificação de produtos” (RG, 2014, p. 207).

Os benefícios aqui citados pelos egressos demonstram a importância de incentivos que possibilitem aos jovens a permanência no ambiente estudantil/acadêmico. Outros tipos de benefícios procuram a proteção contra uma situação de desemprego, como é o caso do Seguro Desemprego, além de prever a possibilidade de qualificação profissional para esses sujeitos em condição de vulnerabilidade social. Outros buscam a garantia de uma renda mínima para a saída da extrema pobreza, como o Bolsa-Família. De tudo isso, o que se observa é a fragmentação de políticas públicas que praticamente não interagem entre si: não se identifica um planejamento comum. Seria razoável a articulação entre essas ações com vistas à integração entre essas modalidades de auxílios.

6.5.2. Trabalho e emprego

Esta categoria de análise traz uma das questões mais emblemáticas do estudo, tendo em vista que praticamente todos os pesquisados citaram em algum momento a expectativa da busca de um conhecimento por meio do Pronatec para conseguir um emprego. O que se vê é a expectativa de um emprego com a conclusão dos cursos: *i*: “*Porque a área do curso era uma área em que eu desejava conhecer mais sobre ela e também porque queria aumentar meus conhecimentos e as oportunidades para o mercado de trabalho*”; *ii*: “*Conseguir um bom emprego através do curso, ter mais experiência, e um bom curriculum*”; *iii*: “*Porque eu estava estudando não trabalhava e quando foi oferecido os cursos, achei interessante e bem qualificados pra um adolescente fazer, para que no futuro facilitar a procurar do primeiro emprego*”.

Quando se analisa os objetivos do Pronatec à luz dos seus gestores, de acordo com o Quadro 9, observa-se que os cursos FIC têm a intenção de formar para o mercado de trabalho, e tem-se a consciência de que são cursos rápidos e voltados para o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, o que se espera é que uma “*sementinha seja plantada*” “[...] *ninguém acredita que vai fazer milagres com cursos de curta duração [...]*”, conforme apontado pelos gestores. Há de se considerar, contudo, que essa opinião é para a modalidade de Bolsa-Formação Trabalhador e não para os estudantes. Então, o que se tem é uma implementação um pouco diferente, com cursos FICs ministrados a estudantes, sendo que os cursos pensados pelos gestores do programa seriam cursos técnicos concomitantes e subsequentes com carga horária mínima de 800 horas.

Isso traz algumas implicações para os beneficiários da política pública. Uma delas trata da própria experiência laboral, pois, para a maioria dos trabalhadores, que em tese seriam qualificados por meio de cursos FIC, já não há a necessidade do primeiro emprego, mas sim a melhoria de sua qualificação profissional para maiores condições na hora de se conseguir um emprego, somado ao aumento da produtividade no trabalho. Outra trata de cursos FIC, reconhecidos como limitados pelos próprios gestores do Pronatec, serem ministrados a estudantes que ainda não têm nenhuma experiência profissional, em contraposição a cursos que tenham uma carga horária mais elevada, a exemplo dos cursos técnicos iguais ou superiores a 800 horas.

A crítica da Rede Federal de Educação Profissional está na concomitância dos cursos técnicos em detrimento de um ensino integrado, a exemplo do que preceitua a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu art. 7º, Inc. I, combinado com art. 8º, isto é, garantir no

mínimo, em cada exercício, 50% das vagas a Educação Técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados. Num sentido mais crítico, o ensino deveria seguir o sentido da politecnicidade. Segundo Saviani (2003, p. 132) “a noção de Politecnicidade deriva, basicamente, da problemática do trabalho. Nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral”. O autor expõe esse conceito na “direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (Saviani, 2003, p. 136).

Nesse ponto, portanto, há mais que uma fragmentação do ensino, há a insuficiência de tempo para a aplicação dos conteúdos que deem no mínimo a lógica para o entendimento específico de determinada área. No entanto, toda essa lógica faz parte da dissociação entre as fases de elaboração e implementação das políticas públicas, pois a grande maioria das visões “separam claramente a elaboração da implementação de políticas públicas no processo de planejamento, e colocam o planejamento como um processo de fazer-se planos” (OLIVEIRA, 2006, p. 276). Tem-se, assim, que os resultados podem variar para todos os lados, inclusive para aqueles indesejáveis.

O que se identifica, portanto, são cursos que fogem ao sentido de politecnicidade defendido por Saviani, por estarem fragmentados e não integrados. São cursos de curta duração, reconhecidos pelos próprios gestores do Programa como insuficientes. Embora com rápidos resultados numéricos de qualificação, de certificação. Disso resulta uma expectativa proeminente de se conseguir um emprego pelos egressos como fator motivador da realização da qualificação; cursos FIC em que não há o empoderamento dos conteúdos necessários à atuação profissional; uma fase de implementação dissociada de mecanismos de acompanhamento e controle que possam direcionar as ações no decorrer da execução do Programa.

6.5.3. Conhecimento e futuro

Nesta categoria, é apresentada a preocupação dos egressos quanto à busca de conhecimento e ao futuro. Os participantes da pesquisa viram, nesse sentido, o Pronatec como uma oportunidade de estudarem e se prepararem para o futuro. Não se trata apenas de uma preparação para uma ocupação, trata-se de forma mais ampla sobre a sensibilidade de se estar diante de uma oportunidade e poder usufruí-la. As falas dos egressos nos apontam nesse sentido: *i*: “Para aprender mais e ter um pouco de conhecimento a mais na área de informática”; *ii*: “Para complementar meus conhecimentos nas matérias técnicas do curso de

agroindústria.”; iii: “Queria ganhar mais conhecimento em uma área em que eu me interesse em aprender e fazer algum curso a respeito”; iv: “Por incentivo de amigos e professores e por que eu queria obter mais conhecimento”; v: “Na intenção de melhorar meus conhecimentos já aproveitando os vários cursos que o governo oferecia para ter um bom conhecimento em diversos cursos, e aumentar ainda mais o conhecimento”; vi: “Porque eu gostei do programa e isso poderia me ajudar no futuro.”

O tom é de buscar uma preparação, conhecer determinada área com a expectativa de ter um futuro estável. A exemplo disso, Lachtim e Sores (2011, p. 290), ao analisarem os valores atribuídos pelos jovens da região metropolitana de São Paulo de diferentes classes quanto ao trabalho e à expectativa de futuro, expõem que “a valorização da educação se dá pela via da escola formal e do 'conhecimento útil' para a qualificação profissional. Os valores históricos de formação humana ampla e de transmissão da cultura acumulada não são cultivados pelos jovens dos diferentes grupos”. Não obstante tratar-se de uma pesquisa em contexto de uma grande cidade, os valores dos jovens pesquisados vão ao encontro dessa tônica.

Sobrosa et al (2014), ao pesquisarem as perspectivas de futuro profissional de jovens oriundos de classes menos favorecidas com 200 estudantes do ensino médio público do interior do Rio Grande do Sul, apontaram que para esses jovens há uma expectativa otimista em relação ao futuro pessoal e profissional. Contudo, vislumbraram que os objetivos para serem atingidos dependem de esforço individual. Os egressos do Pronatec, nesse sentido, apresentaram um sentimento próximo ao identificado por estes autores, sobretudo, quanto à necessidade de desprendimento de energia com vistas a um futuro melhor, o que foi observado pela disposição em realizar o curso.

Por sua vez, Oliveira e Saldanha (2010, p.53), em estudo comparativo sobre as expectativas futuras de jovens estudantes da rede pública e privada de educação, apontaram que não há diferença significativa entre os estudantes das duas esferas de ensino. A informação, portanto, que se faz relevante, são algumas das expectativas desses públicos: “Concluir o ensino médio, possuir uma vida familiar feliz, permanecer saudável a maior parte do tempo, ser feliz por morar no Brasil, ser respeitado pela comunidade e alcançar um emprego que lhe garantisse qualidade de vida”. Os jovens se mostram preocupados em relação ao seu futuro e esperam que este seja melhor do que o presente. Para isso, vão em busca de mais conhecimento para agregar novas possibilidades, novas oportunidades.

6.5.4. Frustração e desemprego

Esta categoria de análise corrobora os dados sobre desemprego dos egressos do Pronatec, os quais apontaram para uma realidade com poucas ocupações, estando os empregados situados em setores informais da economia. A novidade se deve à grande frustração desses sujeitos, pois tinham a convicção de que estariam inseridos no mercado de trabalho logo após a conclusão dos cursos. Algumas falas dos sujeitos indicam que não houve mudança de vida, pois, ao término dos cursos, o emprego não foi uma realidade. Seguem algumas falas neste sentido. *i*: “*Por que ainda não teve uma oportunidade de trabalho*”; *ii*: “*Porque não tive nenhuma chance de trabalho na aérea que fiz o curso*”; *iii*: *depois que terminei o curso, minha vida continuo do mesmo jeito. tenho 17 anos e nunca arrumei emprego mesmo com meus 3 cursos concluídos*”(grifo nosso); *iv*: “*Pois não consegui um trabalho, o que era um dos objetivos*”.

A construção da imagem do Pronatec em suas várias instâncias influenciou diretamente na expectativa dos beneficiários quanto ao emprego. Isto partiu tanto do governo central, por meio da grande mídia, como de sua implementação pelas instituições parceiras, que veicularam ao seu público a ideia de uma qualificação que implicaria em um posto de trabalho. O resultado do sonho vendido, portanto, resultou na frustração do desemprego. Mesmo os que fizeram mais de um curso não se sobressaíram. O resultado real se direciona para a disponibilidade de mão de obra barata para a economia, corroborada por uma gama de variáveis: a condição de jovem; a falta de experiência; a dificuldade do primeiro emprego; a necessidade de trabalho para o sustento próprio e até familiar; além de uma qualificação pífia que não empodera o sujeito a dominar determinada área do conhecimento, mesmo que de forma fragmentada.

6.5.5. Processo ensino-aprendizagem

A aprendizagem⁴⁷ dos alunos se mostrou como outra categoria identificada por meio da análise de conteúdo. Grande parte dos sujeitos apresentaram queixas nessa direção. Destacam-se a carga horária dos cursos e a assimilação insuficiente dos conteúdos. Algumas das falas dos sujeitos pesquisados confirmam essas ideias: *i*: “*Porque o curso não foi bem aplicado, não por falta de professores qualificados. Mas por causa do tempo*”; *ii*: “*O horário do curso foi pouco, não deu pra aprender 100%. Porém foi o bastante pra ter a noção do que*

⁴⁷ Essa influência se deu pelos processos de ensino, os quais implicaram na insuficiência de aprendizagem, por isso a utilização do termo ensino-aprendizagem neste trabalho.

se tratava” (grifo nosso); **iii**: “*Por que eu não aprendi nada demais nesse curso. Não tirei nenhum aprendizado de lá*”; **iv**: “*Porque não conto com o curso em meu curriculum, pois não aprendi o suficiente para atuar na área*”.

A execução do Pronatec pelo Campus de Paraíso do Tocantins se deu mediante a oferta de cursos FIC, notadamente cursos fragmentados e incapazes de responder as expectativas geradas. A categoria de análise ensino-aprendizagem reforça esse raciocínio. Esse modelo se apresentou com uma estrutura em que seus resultados quantitativos e qualitativos não se mostram como a melhor opção de qualificação a jovens. Isto em decorrência de uma série de fatores já discutidos. Soma-se, ainda, o fato de que essa modalidade de qualificação não exige do aluno uma avaliação dos conteúdos ministrados, computando apenas a frequência para a sua certificação. Isto traz implicações tanto para os alunos, os quais não se veem capacitados como deveriam, como para os professores, os quais se deparam em condições de trabalho sem os devidos mecanismos de avaliação.

Além disso, essa modalidade de (de)formação induz o estudante a pensar que vai sair do curso com um nível de aprendizado suficiente para sua atuação no mercado de trabalho. A exemplo disso, cita-se o curso de redes de computadores: não há a possibilidade desse egresso dominar a área com apenas duzentas horas/aula; o máximo que se pode obter são noções de redes. Tais circunstâncias causam frustrações generalizadas, o que leva os estudantes ao ponto de não incluírem a formação recebida no próprio currículo com o receio de serem cobrados. Todas essas questões, portanto, suscitam dúvidas quanto ao real objetivo do Pronatec. À luz de Dye (apud Souza, 2006), que a política pública consiste tanto na ação como na inação, o que leva a crer que o Programa teve outras intenções que não aquelas explicitamente visíveis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronatec tem trazido melhor condição profissional, educacional e social aos seus usuários? Esta foi à pergunta inicial deste estudo. Sobretudo, por não haver ainda nenhuma informação quanto aos resultados da execução do Programa, especificamente os efeitos na vida dos egressos a partir de cursos FIC. Como espaço delimitado institucionalmente teve-se o Campus de Paraíso do Tocantins como executor. Temporalmente a análise recaiu sobre os anos de 2012 e 2013. Para tal intento, o referencial teórico do trabalho se guiou pelos fundamentos de políticas públicas e no recorte histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desde 1909 até os anos recentes.

A discussão teórica, nesse sentido, se pautou primeiramente no campo das políticas públicas, precipuamente como sendo esta a própria ação do Estado. Ou seja, quem quer o governo quer políticas públicas (Parada, 2002). O Pronatec, com a sua relação histórica com a Educação Profissional se apresentou mais próximo a uma política incremental. Pois repete um modelo fragmentário, a exemplo de outros governos, com o Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), de Fernando Henrique Cardoso; e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), de Luis Inácio Lula da Silva. Ideia esta corroborada pelo longo caminho que a EPT teve de 1909 até os dias atuais, em que a principal marca foi uma educação dicotomizada com uma clara segmentação entre os filhos dos operários e os filhos da classe dirigente.

À luz dos dados obtidos, a variável trabalho mostrou resultados frágeis: 58% estão desempregados e os 42% restantes estão ocupados em empregos com baixos salários e em posições informais no mercado de trabalho. Além disso, os postos destoam dos cursos realizados. As categorias de análise apontaram que a expectativa dos egressos antes da realização dos cursos era a de conseguirem um emprego. Houve, na verdade, todo um discurso midiático do governo federal no sentido Pronatec/qualificação/emprego; o que não se confirmou. Os dados qualitativos indicaram uma frustração generalizada dos egressos. Para estes, a vida não melhorou depois do Programa porque não conseguiram um emprego e os poucos que conseguiram não são na área de qualificação.

Aqui se faz uma ressalva: são jovens que têm em média 19 anos e estão muito preocupados com a inserção no mercado de trabalho e não com a continuidade dos estudos. Reforça-se assim, aquela velha ideia dos pardos e negros, com pais tendo escolaridade máxima de Ensino Médio, que acabam por reproduzir esta pouca escolaridade e, por conseguinte, postos de trabalho pouco remunerados e precarizados. Consiste num ciclo

histórico de compensação das desigualdades sociais com o equilíbrio das tensões existentes entre a maioria da população e os interesses em disputa no seio do Estado.

A vida estudantil dos egressos, por sua vez, se revelou afetada pelo Programa de forma positiva. O que foi, na verdade, um resultado inesperado, tendo em vista que os cursos foram todos com carga horária máxima de 200 horas e a gênese destes voltadas para a qualificação profissional. Os egressos puderam ter contato com novas áreas do conhecimento, como informação e comunicação, produção alimentícia, gestão e negócios, agricultura e linguagens, podendo inclusive ter o contato prévio com disciplinas que são ministradas em cursos de graduação destas respectivas áreas. Em alguns casos, tiveram a oportunidade de se identificar ou não com a área estudada. Há, assim, um indicativo de os objetivos apontados pelos gestores do Pronatec terem sido atingidos nesta variável, pois segundo Cassiolato e Garcia (2014), “uma sementinha foi plantada”. Resta, portanto, que esses sujeitos continuem seus estudos e construam um futuro melhor.

A condição social dos egressos pelas variáveis em estudo se mostrou indicativa da manutenção de uma realidade dada. As famílias estão estruturadas nas camadas populares, padrão de consumo contemporâneo das classes D e E; renda familiar, em média, inferior a R\$1.798,00; domicílios, em média, superiores a três indivíduos; e escolaridade média dos pais ou responsáveis com teto no Ensino Médio. Há, assim, uma sucessão de fatores que confluem para a continuidade de uma realidade social. Afirma-se categoricamente tratar-se da classe trabalhadora deste país. São os filhos dos operários, da dona de casa, da costureira, do professor, do funcionário público e dos pequenos empreendedores formais e informais.

A variável renda ratifica esta condição social por não ter sido alterada pela experiência do Pronatec: uma percepção dos próprios egressos. Apesar de 42% estarem ocupados de alguma forma, não se viu nenhuma outra evidência que confirmasse o aumento. A renda dos que estão ocupados parece ser natural da idade dos que procuram uma oportunidade e não sofre a influência direta do Programa. Por outro lado, a variável renda ter se mostrado neutra na análise aponta para o problema recorrente dos cursos de curta duração, somado à falta de articulação com outras políticas públicas. Isto expõe uma desarticulação da própria política, a qual prevê como um de seus objetivos a articulação entre as políticas de geração de trabalho, emprego e renda⁴⁸.

⁴⁸ Parágrafo único, Inciso VI da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Conclui-se, portanto, especificamente neste caso pesquisado⁴⁹, que o Pronatec não trouxe melhores condições sociais nem profissionais aos seus egressos. Não há evidências de melhoria na renda. O emprego não é uma realidade. Há, assim, uma combinação lógica de ausência de renda e baixa renda com falta de emprego e emprego precário. As possíveis causas para este quadro são mais amplas e complexas. Isto porque o mercado de trabalho é mais incerto para os jovens: as taxas de desemprego são maiores para esta faixa etária. A falta de uma experiência prévia colabora para a permanência na situação de desemprego. Tudo isso faz com que esses sujeitos procurem alternativas, o que os leva a aceitar a informalidade e, conseqüentemente, baixas remunerações.

A condição educacional, por sua vez, dentre as vertentes estudadas, foi à única que trouxe evidências de uma contribuição à vida dos egressos do Pronatec. Isto se dá, em boa medida, pelo contato com novas formas de conhecimento. No entanto, o resultado se fez de forma inesperada, pois a relação dos cursos FIC é para o mercado de trabalho: uma inversão na lógica do próprio Programa – cursos FIC ministrados a estudantes, os quais deveriam ser ministrados a trabalhadores⁵⁰. Apesar desse contato e dos pontos positivos, pondera-se esta questão pelos argumentos da categoria de análise processo ensino-aprendizagem, a qual apontou para a dificuldade de assimilação dos conteúdos pelos egressos. Em grande parte atribuída à insuficiência da carga horária dos cursos.

De todo o exposto, responde-se à sociedade, especificamente no caso estudado, que o Pronatec, por meio de cursos FIC, se mostrou uma política pública incapaz de resolver problemas historicamente herdados. Estes são os mesmos e os governos continuam a criá-los com as mesmas fragilidades dantes. A formação pelo modo como se tem dado traz inúmeras frustrações, pois cria toda uma expectativa não atendida. Nesse processo, se tornam reféns os alunos, que não recebem a formação que lhe foi prometida e professores, que se veem incapazes de responder a demandas de aprendizagem dentro de um período curto de tempo. Em vez de se investir bilhões em cursos fragmentados, seria razoável a ampliação das vagas da Educação Profissional Técnica de nível médio como forma mais justa entre o *pensar* e o *fazer*.

Por fim, apresenta-se as seguintes sugestões para trabalhos futuros: avaliação de impacto do Programa; análise da aceitabilidade do Programa pelos empregadores; análise dos cursos ofertados versus mercado de trabalho local e regional; evasão dos cursos do Programa;

⁴⁹ Refere-se unicamente ao Pronatec executado pelo Campus de Paraíso do Tocantins nos anos de 2012/2013, para os resultados da pesquisa aplicada no período de abril a meados de maio de 2015.

⁵⁰ De acordo com os gestores do Pronatec os cursos FIC seriam ministrados aos trabalhadores. Os alunos do ensino médio receberiam cursos com carga horária superior a 800 horas (CASSIOLATO E GARCIA, 2014).

importância da Bolsa-Formação Estudante para manutenção da frequência no curso; cursos técnicos e cursos FIC do Programa; articulação de políticas de trabalho, emprego e renda com o Pronatec; e implementação do Programa pelos diversos órgãos executantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. G. G.; PINHO, L. V. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008. Acesso em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- AMORIN NETO, N.; CORTEZ, B. F.; PESSOA, S. A. Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental. **Revista Opinião Pública**, Campinas, SP, v.17, n. 1, p. 45-75, 2011. Disponível em <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas_artigos.php?rev=48>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- ANDRADE, J. M.; MEIRA, G. R. J. M.; VASCONCELOS, Z. B. O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas e desafios. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 46-53, Sept. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- ANDREOTTI, A. L. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf>. Acesso em 07 jul. 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED). 35ª reunião anual da ANPED. Moção nº 10 – GT09 e GT18. Porto de Galinhas-PE, 21 a 24 de outubro de 2012. Disponível em <[file:///C:/Users/Flavio/Downloads/Mo%C3%A7%C3%A3o%2010%20GT09%20e%20GT18%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Flavio/Downloads/Mo%C3%A7%C3%A3o%2010%20GT09%20e%20GT18%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.
- AZEVEDO, L. A.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.** Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/agosto 2012. Disponível em <<http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014.
- BARBETTA, P. A. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**. 8. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. 315 p.
- BARBOSA, G. O. **Raciocínio lógico formal e em cálculo diferencial e integral : o caso da Universidade Federal Do Ceará**. 1994. 100f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 1994. Disponível em <<http://www.multimeios.ufc.br/arquivos/pc/teses-dissertacoes/dissertacao-gerardo.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2009. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 4ed.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.516.

BENINI, E. A. **Fundo de Amparo ao Trabalhador: o processo educativo engendrado na relação trabalho e qualificação profissional**. 2015. 229f. Tese. (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2015.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução Daniela BeccacciaVersiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 20 reimpressão. 720 p.

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A.. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto: v.6 n.1, p. 74-80,2005.Disponível em<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v6n1/v6n1a10.pdf>> Acesso em: 31 out. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado 1988.

_____. Decreto-Lei 9.613 de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1946. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1930. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=146021&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto nº 21.241 de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1932. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto nº 24.558 de 03 de julho de 1934. Transforma a Inspeção do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1934. Disponível em<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24558-3-julho-1934-515808-retificacao-80218-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18, 26 jul. 2004a. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=238991&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 20 jun 2015.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Decreto-Lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei 4.244 de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1942. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6717>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei 8.529 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1946. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1946. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei 8.621 de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 8.622 de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1946. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8622-10-janeiro-1946-416558-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1942. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Decreto-Lei nº Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei 12.593 PPA 2012 – 2015. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Brasília, 18 de janeiro de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/Lei/L12593.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 30 dez. 2008a. Disponível em<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258249&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013. Altera as Leis n^{os} 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; [...]. Brasília, 05 de junho de 2013. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937. Disponível em< <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de abril de 1961. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 20 jun 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei nº Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...]; e dá outras providências. Brasília, 26 de outubro de 2011. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 12 de agosto de 1971. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 813-826, 2011. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

CAMPUS DE PARAÍSO DO TOCANTINS DO IFTO, 2014. Disponível em<http://paraiso.ifto.edu.br/?page_id=2510>. Acesso em: 31 de out. 2014.

CASSIOLATO, M. M. M. C. e GARCIA, R. C. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Rio de Janeiro: **IPEA**, p.7-63, 2014. (Texto para discussão n. 1919). Disponível em<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2014.

CASTELO, Rodrigo. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. 2013. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 583-591, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a09n119.pdf>. Acesso em 30 jul. 2015.

CÊA, G. S. dos S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: tendências e riscos. **Trabalho & Crítica-Anuário do GT Trabalho e Educação da Anped**, n. 9, p. 1-17, 2006. Disponível em<<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-2565--Int.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil. Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun.2011. Disponível em<<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/45/42>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CHAMON, C. S.; GOODWIN JR., J. W. “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319-340, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752012000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Aug. 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Portal da Transparência. Transferência de recursos por ação de governo. (2015).

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Relatório de Auditoria Anual de Contas do Exercício de 2013. Brasília, 2014. Disponível em <<http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/RA201406282.pdf>>. Acesso em: <15 mai. 2015.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análises de resultado e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 02, p. 103-124 abrjun1998. Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2727>. Acesso em: 15 set. 2014.

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 111, p. 47-70, dez. 2000a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a03.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2014

DURÁ, J. F. Del Conflicto a la Mediación, um recorrido por La evolución de la política y su ciência. **Política y Sociedad**. v. 50, n. 1, p. 13-38, 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2013.v50.n1.39347>. Acesso em: 25 mar. 2014.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 99-128.

ETZIONI, A. Mixed scanning: uma “terceira” abordagem de tomada de decisão. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 219-232.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas (Ipea)**, Brasília, n. 21, 2000. p. 211-259. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/18>>. Acesso em: 30 de abr. 2014.

FRIGOTTO, G. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5 n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462007000300011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf>>. Acesso em 31 out. 2014.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 235-254, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 5763, 1995. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?q=pesquisa+social+scielo&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 18 fev. 2015.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.112, p.637671, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2015.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. Ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 26-41.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, vol.21, nº. 55, p. 30-41. ISSN 0101-3262, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro10_perspectivasdodeseenvolvimento.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2014. Lisboa: Edições 70, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. **Pesquisa Mensal do Emprego (PME) abril de 2015.** Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201504pubCompleta.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Síntese de indicadores sociais. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014.** Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO). **Relatório de Gestão 2014.** Disponível em <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/relatorio_de_gestao/relatorio_de_gestao_2014.pdf>. Acesso em: 24 jun de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar 2014.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

JORGE, T. A. S. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil: uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ.** Dissertação de Mestrado, 117 p. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFMG, Belo Horizonte, 2009. Disponível em <http://www.gestrado.org/images/publicacoes/41/Dissertacao_TiagoJorge.PDF>. Acesso em: 04 abr. 2015.

KUENZER, A. Z. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5 n. 3, p. 491-508, nov.2007/fev.2008. Disponível em <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r183.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

LACHTIM, S. A. F.; SOARES, C. B. Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?. **Trab. educ. saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.277294, out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2015.

LIMA, M. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/791/1038>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MATTOS, E.; CHAVES, A. M. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 540-555, 2010.p.540555, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932010000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Jul 2015.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 08 out. de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Manual de Gestão do Bolsa-Formação**. Brasília. 2011. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/manual_bolsa_formacao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. Bolsa Família. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Cadastro geral de empregados e desempregados (Caged) 2015**. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MORAES, C. S. V. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e sistema nacional de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul.-set. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/17.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

OLIVEIRA, I. C. V; SALDANHA, A. A. W. Estudo comparativo sobre a perspectiva de futuro dos estudantes de escolas públicas e privadas. *Paideia*, v. 20, n. 45, p. 47-55, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a07v20n45.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *RAP* Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06>>. Acesso em: 24 jun 2015.

OLLAIK, L. G. et al. Novas Direções para pesquisas orçamentárias no Brasil. *Revista Políticas Públicas*. São Luís, MA, v.15, n.2, p. 347-357, jul./dez. 2011. Disponível em <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>. Acesso em: 30 mar. 2014.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – ifets. *Revista Retta*, v.1, n.1, p. 89-110.

PACHECO, E. M; PEREIRA, L. A. C; SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e possibilidades. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

PARADA, E. L. **Introducción a las Políticas Públicas [internet]**. Fondo de Cultura Económica. Santiago, Chile, 2002. Disponível em <<http://premioeugeniolahera.cl/eugenio-lahera/publicaciones/>>. Acesso em 24 de março de 2014.

_____. **Política y políticas públicas**. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas públicas. Coletânea, volume 1. Brasília: ENAP, 2006. Cap. 1, p. 67-95.

PRESTES, E. M. T. A avaliação de políticas sociais: questões teóricas, metodológicas e políticas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 22, 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164572502012000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2015.

REIS, M. C.; CAMARGO, J. M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 493-518, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471402007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun. 2015.

REIS, M. C.; RAMOS, L. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177-205, Junho 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471402011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Jun. 2015.

REIS, M. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 125-143, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471402015000100125&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jun. 2015.

REIS, M; AGUAS, M. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 35-50, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141380502014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Jun. 2015.

RIBEIRO, M. Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, v. 4, n.2, p.441546, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai 2015.

RICHARDSON, J. R. et al. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 334 p.

RIPPEL, V. C. L. **Avaliação de política pública: o itinerário dos egressos do projeto correção de fluxo em Toledo (PR)**. 2007. 689f. Tese. (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000422929>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 8ª Ed. Petrópolis, 1986, Vozes. 267 p.

ROSA, S. Reforma da previdência: política de Estado ou política de governo? **Res Pública**, Brasília, DF, n. 2, p. 80-98, 2003. Disponível em <http://www.anesp.org.br/userfiles/file/respvblica/respvblica_2.pdf#page=80>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

ROSADO, L. A.S.; TOME, V. M. N. As redes sociais na internet e suas apropriações por jovens brasileiros e portugueses em idade escolar. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 96, n.242, p.1125, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812015000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jul. 2015.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M.G. & CARVALHO, M. I. (Org.) **O estudo da política: tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política. p.18 Disponível em <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em: 24 mar. 2014.

RUMMERT, S. M. Projeto Escola de Fábrica. Atendendo a pobres e desvalidos da sorte do século XXI. **Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. v. 23, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2005, p. 303-322. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9757/8988>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SAMARCOS NETO, W. R. **Educação e renda: um estudo comparativo sobre os retornos de escolaridade no Estado de Goiás e no Distrito Federal**. 2013. 43f.(Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15147/1/2013_WilsonRamosSamarcosNeto.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SANTOS, J. A. Da colônia à primeira república. Dá gênese da discriminação do trabalho manual à concretização do ensino profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. V. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 4 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. dos. Da escola única à educação fragmentada: o congresso nacional na reforma do ensino técnico. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p.357-374, Nov. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462007000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mai 2015.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: _____. (Org.) **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. Cap. 1, p. 21-42.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. Ensaio, p. 563-624, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, Sept. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr 2015.

SILVA R. L. A.; TOMÉ, V. M. N. As redes sociais na internet e suas apropriações por jovens brasileiros e portugueses em idade escolar. **Editoria Científica**, v. 96, n. 242, p. 11-25, 2015 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v96n242/2176-6681-rbeped-96-242-00011.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SILVA, B. S.S.; SCHRAMM, F.; CARVALHO, H. R.C. O uso do método PROMETHEE para seleção de candidatos à bolsa formação do Pronatec. **Production**, v. 24, n. 3, p. 548-558, July/Sept. 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/prod/v24n3/aop_1072.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2014.

SILVA, S. R. P. A “nova” política pública de qualificação profissional no Brasil: contribuições para uma análise crítica do PLANFOR e do PNQ. Tese de Doutorado, 290 p. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFC, Recife, 2011. Disponível em <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9329/arquivo7656_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mar 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SINASEFE). **Carta aberta de repúdio ao PRONATEC aprovada na 121ª plenária nacional**. Brasília, 27 de abril de 2014. Disponível em <http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=1185:pronatecconfiraacartaderepudioaprovadana121oplena&catid=1:latestnews&Itemid=75>. Acesso em: 15 de mai de 2015.

SOBROSA, G. M. R. et al . Perspectivas de futuro profissional para jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 22, n. 1, abr. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2014000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez2006, p.2045. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 27 Mar. 2014.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. Tradução Alfredo Alves de Farias. São Paulo, Harbra, 1981. p. 495.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 51, n. 2, Abr/Jun, p.54-69, 2000. Disponível em <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/viewFile/325/331>>. Acesso em: 31 out. 2014.

THOMÉ, L. D.; TELMO, A. Q.; KOLLER, S. H. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. **Paidéia**, v. 20, n. 46, p. 175-185, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/04.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

TROGIANI, C. R. et al. **Desafios para a implementação do programa Pronatec/Osasco sem miséria. Proposta de plano de ação para a secretaria municipal de desenvolvimento, trabalho e inclusão.** 2012. 150p. Dissertação. FGV, 2012. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10034/19_09_12_MPGPP_SDTI_PMO_RelatorioFinal.pdf?sequence=1> Acesso em: 24 de nov. 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO LANÇADO NO GOOGLE DOCS

Dados de identificação

Título do Projeto: Educação Profissional e Tecnológica: análise do Pronatec no Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO

Pesquisador Responsável: Flávio Eliziario de Souza

Orientador Responsável: Dr^a Liliam Deisy Ghizoni

Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO.

Telefone para contato: (063) 92236083

E-mail: flavioeliziario@ifto.edu.br

Prezado Egresso do Pronatec,

Esta pesquisa visa avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, executado pelo Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO nos anos de 2012 e 2013. Para isso, apresenta-se um questionário com perguntas abertas e fechadas. O tempo médio de respostas é de 25 minutos. O estudo é acadêmico e seus resultados apenas serão utilizados para fins institucionais e acadêmicos. Sua participação é muito importante para nós.

Após ter sido informado sobre o objetivo da pesquisa e da forma como será a minha participação,

- () Concordo em participar
 () Não concordo em participar

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO, CONDIÇÃO SOCIOFAMILIAR, ECONÔMICA E ASPECTOS GERAIS

1.1 TELEFONE:

Telefone do aluno: _____

Email do aluno: _____

1.2 SEXO:

- (A) Feminino.
 (B) Masculino.

1.3 QUAL A SUA IDADE?

- (A) Menos de 15 anos
 (B) De 16 a 18 anos
 (C) De 19 a 21 anos
 (D) De 22 a 24 anos
 (E) De 25 a 27 anos
 (F) De 28 a 30 anos
 (F) Mais de 31 anos

1.4 COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- (A) Branco(a).
 (B) Pardo(a).
 (C) Preto(a).
 (D) Amarelo(a).
 (E) Indígena.

1.5 QUAL O GRAU DE ESCOLARIDADE DA PESSOA RESPONSÁVEL POR VOCÊ (COMO, POR EXEMPLO, SUA MÃE, MADRSTA, MÃE DE CRIAÇÃO OU AVÓ)? (Marque a alternativa que contém a última série a que ela chegou).

- (A) Ensino Fundamental (1º grau) incompleto
- (B) Ensino Fundamental (1º grau) completo
- (C) Ensino Médio (2º grau) incompleto
- (D) Ensino Médio (2º grau) completo
- (E) Superior incompleto
- (F) Superior completo
- (G) Especialização
- (H) Mestrado
- (I) Doutorado
- (J) Sem escolaridade
- (K) Não sei informar

1.6 QUAL O GRAU DE ESCOLARIDADE DA PESSOA RESPONSÁVEL POR VOCÊ (COMO, POR EXEMPLO, SEU PAI, PADRASTO, PAI DE CRIAÇÃO OU AVÓ)? (Marque a alternativa que contém a última série a que ele chegou).

- (A) Ensino Fundamental (1º grau) incompleto
- (B) Ensino Fundamental (1º grau) completo
- (C) Ensino Médio (2º grau) incompleto
- (D) Ensino Médio (2º grau) completo
- (E) Superior incompleto
- (F) Superior completo
- (G) Especialização
- (H) Mestrado
- (I) Doutorado
- (J) Sem escolaridade
- (K) Não sei informar

1.7 QUAL A PROFISSÃO DA SUA MÃE?

- (A) Trabalha na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
- (B) Trabalha na indústria.
- (C) Trabalha na construção civil.
- (D) Trabalha no comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- (E) Trabalha como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
- (F) Trabalha como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- (G) Trabalha fora de casa em atividades informais (pintor, electricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
- (H) Trabalha em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- (I) Trabalha no serviço doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- (J) Trabalha no lar (sem remuneração).
- (K) Outro. Especificar: _____
- (L) Não trabalha.

1.8 QUAL A PROFISSÃO DO SEU PAI?

- (A) Trabalha na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
- (B) Trabalha na indústria.
- (C) Trabalha na construção civil.
- (D) Trabalha no comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- (E) Trabalha como funcionário do governo federal, estadual ou municipal.
- (F) Trabalha como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- (G) Trabalha fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
- (H) Trabalha em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- (I) Trabalha no serviço doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- (J) Trabalha no lar (sem remuneração).
- (K) Outro. Especificar: _____
- (L) Não trabalha.

1.9 SOMANDO A SUA RENDA COM A RENDA DAS PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ, QUANTO É, APROXIMADAMENTE, A RENDA FAMILIAR MENSAL? (MARQUE APENAS UMA RESPOSTA)

- (A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 788,00).
- (B) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00).
- (C) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00).
- (D) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00).
- (E) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00).
- (F) Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 9.456,01).
- (G) Nenhuma renda.

1.10 QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA? (CONTANDO COM SEUS PAIS, IRMÃOS OU OUTRAS PESSOAS QUE MORAM EM UMA MESMA CASA).

- (A) Duas pessoas.
- (B) Três.
- (C) Quatro.
- (D) Cinco.
- (E) Mais de seis.
- (F) Moro sozinho(a)

1.11 QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA SUA CASA? (ou para manter a casa)

- (A) Uma
- (B) Duas
- (C) Três
- (D) Quatro
- (E) Cinco
- (F) Mais de cinco
- (G) Ninguém trabalha

1.12 VOCÊ CONTRIBUI NA RENDA FAMILIAR?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Não Sei

1.13 SE VOCÊ CONTRIBUI NA RENDA FAMILIAR, QUAL A SUA FAIXA DE RENDA?

- (A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 788,00).
 (B) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00).
 (C) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00).
 (D) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00).
 (E) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00).
 (F) Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 9.456,01).
 (G) Nenhuma renda..

1.14 VOCÊ É RESPONSÁVEL (CHEFE) DA FAMÍLIA?

- (A) Sim.
 (B) Não.

1.15 NO DECORRER DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, VOCÊ RECEBEU ALGUM AUXÍLIO DO GOVERNO?

- (A) Sim, especificar: _____
 (B) Não.
 (C) Não sei responder.

1.16 DEPOIS QUE VOCÊ TERMINOU OS CURSOS DO PRONATEC A SUA RENDA:

- (A) Aumentou, porque fiz os cursos do Pronatec e consegui um emprego.
 (B) Aumentou, mas não teve relação com o Pronatec.
 (C) Aumentou, mas não sei explicar o porquê.
 (D) Minha renda não se alterou.
 (E) Minha renda diminuiu
 (F) Não tive renda no período.
 (G) Não sei explicar

1.17 ONDE E COMO VOCÊ MORA ATUALMENTE?

- (A) Em casa ou apartamento, com minha família.
 (B) Em casa ou apartamento, sozinho(a).
 (C) Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).
 (D) Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república etc.
 (E) Outra situação. Especificar: _____

QUAIS E QUANTOS DOS ITENS ABAIXO HÁ EM SUA CASA? (MARQUE UMA RESPOSTA PARA CADA ITEM)

		1	2	3 ou mais	Não tem
1.18	TV	(A)	(B)	(C)	(D)
1.19	Rádio	(A)	(B)	(C)	(D)
1.20	Microcomputador	(A)	(B)	(C)	(D)
1.21	Automóvel	(A)	(B)	(C)	(D)
1.22	Máquina de lavar roupa	(A)	(B)	(C)	(D)
1.23	Geladeira	(A)	(B)	(C)	(D)
1.24	Telefone fixo	(A)	(B)	(C)	(D)
1.25	Telefone celular	(A)	(B)	(C)	(D)
1.26	Acesso à Internet	(A)	(B)	(C)	(D)
1.27	TV por assinatura	(A)	(B)	(C)	(D)

2 CONDIÇÃO DE VIDA QUANDO FEZ O PRONATEC**2.1 QUANTOS ANOS VOCÊ TINHA QUANDO CONCLUIU O PRONATEC?**

- | | | |
|----------------------|--------------|-----------------------|
| (A) Menos de 15 anos | (K) 25 anos | (U) 35 anos. |
| (B) 16 anos | (L) 26 anos | (V) 34 anos. |
| (C) 17 anos | (M) 27 anos | (W) 35 anos, ou mais. |
| (D) 18 anos | (N) 28 anos | |
| (E) 19 anos | (O) 29 anos | |
| (F) 20 anos | (P) 30 anos | |
| (G) 21 anos | (Q) 31 anos | |
| (H) 22 anos | (R) 32 anos | |
| (I) 23 anos | (S) 33 anos. | |
| (J) 24 anos | (T) 34 anos. | |

2.2 EM QUE SÉRIE VOCÊ ESTAVA QUANDO ENTROU NO PRONATEC?

- | | |
|----------------------------|--------------------------------|
| (A) 1ª ano do Ensino Médio | (D) Não estava estudando |
| (B) 2ª ano do Ensino Médio | (E) Outros, especificar: _____ |
| (C) 3ª ano do Ensino Médio | |

2.3 ANTES DE INGRESSAR NO PRONATEC, VOCÊ ABANDONOU A ESCOLA DURANTE ALGUM TEMPO?

- (A) Não abandonei.
- (B) Sim, por menos de 1 ano.
- (C) Sim, por 1 ano.
- (D) Sim, por 2 anos.
- (E) Sim, por mais de 3 anos.
- (F) Sim, por mais de 5 anos.

2.4 ANTES DE INGRESSAR NO PRONATEC VOCÊ REPETIU DE ANO?

- (A) Não, nunca repeti de ano.
- (B) Sim, 1 vez.
- (C) Sim, 2 vezes.
- (D) Sim, 3 vezes ou mais.
- (E) Sim, por mais de 3 anos.

2.5 SE VOCÊ NÃO ESTAVA ESTUDANDO, QUAL FOI O MOTIVO DO SEU RETORNO?

- (A) A exigência do mercado de trabalho.
- (B) Aprofundar os conhecimentos.
- (C) Pressão familiar.
- (D) Satisfação pessoal.
- (E) Ascensão social.
- (G) Desemprego
- (F) Outros.

2.6 QUANDO VOCÊ ENTROU NO PRONATEC, VOCÊ CONHECIA O PROGRAMA?

- (A) Sim.
- (B) Não.

2.7 QUANTOS CURSOS VOCÊ FEZ PELO PRONATEC?

- (A) Um
- (B) Dois
- (C) Três
- (D) Mais de três

2.8 QUAIS OS CURSOS QUE VOCÊ FEZ PELO PRONATEC? (pode marcar mais de um)

- (A) Administrador de banco de dados
- (B) Assistente de planejamento e controle da produção
- (C) Auxiliar administrativo
- (D) Auxiliar de recursos humanos
- (E) Auxiliar técnico agropecuário
- (F) Auxiliar web designer
- (G) Desenhista de produtos gráficos web
- (H) Espanhol aplicado a serviços turísticos
- (I) Horticultor orgânico
- (J) Inglês aplicado a serviços turísticos
- (K) Montador e reparador de computadores
- (L) Montagem e manutenção de computadores
- (M) Operador de computadores
- (N) Preparador de doces e conservas
- (O) Programador web designer

2.9 COMO VOCÊ AVALIA O CURSO QUE VOCÊ FEZ NO PRONATEC?

- (A) Péssimo
- (B) Ruim
- (C) Razoável
- (D) Bom
- (E) Ótimo

2.10 DURANTE A REALIZAÇÃO DO PRONATEC, VOCÊ RESIDIA COM A FAMÍLIA?

- (A) Sim.
- (B) Não.

2.11 EM QUAL ESCOLA VOCÊ ESTAVA ESTUDANDO QUANDO FEZ O PRONATEC?

- (A) CEM – Centro de Ensino Médio José Alves de Assis.
- (B) Instituto Presbiteriano Vale do Tocantins.
- (C) Escola Estadual Idalina de Paula.
- (D) Escola Estadual José Nézio Ramos
- (E) Escola Estadual São José Operário
- (F) Escola Estadual Deusa Moraes
- (G) Escola Estadual JK
- (H) Escola Estadual Amâncio de Moraes
- (I) Escola Estadual Trajano Coelho Neto
- (J) Escola Estadual Diaconízio Bezerra
- (K) Campus Paraíso (IFTO)
- (L) Não estava estudando (M) Nenhuma

2.12 QUANDO VOCÊ FEZ O PRONATEC, VOCÊ ESTAVA TRABALHANDO?

- (A) Sim.
- (B) Não.

2.13 POR QUE VOCÊ FEZ O PRONATEC?

3 CONQUISTAS E EXPERIÊNCIAS PÓS-PRONATEC**3.01 VOCÊ CONSIDERA QUE O PRONATEC LHE PROPORCIONOU AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O MERCADO DE TRABALHO?**

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não sei responder.

3.02 VOCÊ TEVE ACESSO, REALIZOU ALGUM CURSO APÓS O PRONATEC?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não sei responder.

3.03 TER PARTICIPADO DO PRONATEC PROVOCOU ALGUMA MUDANÇA NA SUA VIDA ?

- (A) Sim, quais mudanças?

- (B) Não, Por quê?

3.04 QUAIS SÃO OS AVANÇOS OU FACILIDADES PROPORCIONADOS PELO PRONATEC EM SUA VIDA?

- (A) Melhorei de vida depois do Pronatec.
- (B) Não melhorei de vida depois do Pronatec.
- (C) Não vejo nenhuma diferença na minha vida causada pelo Pronatec.
- (D) Não sei responder.

4 ESTUDO

4.1 APÓS O PRONATEC VOCÊ CONTINUOU SEUS ESTUDOS?

- (A) Sim, por quê?

- (B) Não, por quê?

4.2 APÓS O PRONATEC VOCÊ FEZ ALGUM VESTIBULAR/PROCESSO SELETIVO? (se sim vá para a pergunta 4.3 e 4.4)

- (A) Sim. Para qual curso? _____
- (B) Não. Por quê? _____

4.3 O VESTIBULAR/PROCESSO SELETIVO QUE VOCÊ FEZ FOI PARA UNIVERSIDADE (FACULDADE): (responder só se já tiver feito algum vestibular).

- (A) Pública, qual(s) universidade(s) ?

- (B) Privada, qual(s) universidade(s)?

4.4 SE VOCÊ FEZ VESTIBULAR/PROCESSO SELETIVO QUAL É O SEU CURSO? (responder só se já tiver feito algum vestibular)

4.5 O PRONATEC LHE AJUDOU NOS ESTUDOS?

- (A) Sim, me ajudou a descobrir uma área da qual gosto.
- (B) Sim, me ajudou a descobrir uma área da qual não gosto.
- (C) Sim, me ajudou a escolher um curso superior ou curso técnico.
- (D) Sim, me ajudou a entender melhor outras disciplinas.
- (E) Não me ajudou nos estudos.
- (F) Não sei responder.

4.6 DEPOIS QUE FIZ O PRONATEC:

- (A) Fiquei motivado a continuar estudando.
- (B) O Pronatec mudou minha visão sobre os estudos.
- (C) Não fez diferença nos meus estudos.
- (D) Não sei responder.

4.7 MEUS PAIS OU RESPONSÁVEIS PENSAM QUE O PRONATEC:

- (A) Me ajudou nos estudos.
- (B) Não me ajudou nos estudos.
- (C) Não fez diferença nos meus estudos.
- (B) Não sei responder.

5 TRABALHO**5.1 VOCÊ ESTÁ EMPREGADO?**

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não desejo trabalhar no momento.
- (D) Procuo emprego.
- (E) Trabalho por conta própria.

5.2 O SEU EMPREGO É NA ÁREA DO CURSO QUE VOCÊ FEZ O PRONATEC?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não estou empregado.

5.3 O(S) CURSO(S) QUE VOCÊ FEZ NO PRONATEC LHE FAVORECEU A CONSEGUIR UM EMPREGO?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não fez diferença.
- (D) Não sei responder.

5.4 VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO COM CARTEIRA ASSINADA?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Não estou empregado.

5.5 EM QUE SETOR DA ECONOMIA VOCÊ TRABALHA?

- (A) Indústria.
- (B) Comércio.
- (C) Agricultura.
- (D) Serviço Público.
- (E) Prestação de serviços.
- (F) Estou desemprego(a).

5.6 QUANDO VOCÊ PROCURA EMPREGO E AFIRMA QUE FEZ UM CURSO DO PRONATEC, COMO É TRATADO?

- (A) Com discriminação.
- (B) Com tratamento normal.
- (C) Com tratamento diferenciado.
- (D) Não sabe responder.
- (E) Não se aplica.

5.7 O PRONATEC LHE AJUDOU A ESCOLHER UMA PROFISSÃO/UMA CARREIRA?

(A) Sim. Qual profissão?

(B) Não. Por quê?

5.8 VOCÊ JÁ UTILIZOU SEUS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO PRONATEC?

- (A) Sim, em casa.
- (B) Sim, no trabalho.
- (C) Sim, nos estudos.
- (D) Sim, em associações sem fins lucrativos (ONG, igrejas, sindicatos, grêmio e outros).
- (E) Não, nunca utilizei os conhecimentos adquiridos no Pronatec.
- (F) Não sei responder.

APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Paraíso, 09 de fevereiro de 2015.

Eu, *Flávio Elizario de Souza*, discente pesquisador do Mestrado Profissional Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Tocantins, que tenho como professor (a) e orientador (a) *Prof.ª. Dr.ª. Lílíam Deisy Ghizoni*, solicito autorização para a realização de pesquisa acadêmica **JUNTO AOS EGRESSOS DO PRONATEC DOS ANOS DE 2012 E 2013**, que tem como finalidade o desenvolvimento de meu Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa objetiva avaliar a política pública de educação profissional, por meio do Pronatec, aos cursos ofertados pelo Campus de Paraíso do Tocantins, do IFTO, nos anos de 2012 e 2013. Ademais, também solicito a autorização para a divulgação do nome e imagem dessa Instituição na dissertação de mestrado.

Respeitosamente,

Acadêmico (a) – Pesquisador (a)
Flávio Elizario de Souza

Professor(a) – Orientador(a)
Lílíam Deisy Ghizoni

DE ACORDO,

Antônio da Luz Junior
Diretor Geral
Port. 251/2014-Reitoria/IFTO
Campus Paraíso do TO/IFTO

09/02/15

APÊNDICE C – TCLE**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada como “Educação Profissional e Tecnológica: Avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)”, sob a responsabilidade do pesquisador Flávio Eliziario de Souza, a qual pretende avaliar esse programa nos anos de 2012 e 2013.

A Sua participação é voluntária e se dará por meio da aplicação de um questionário o qual consta de perguntas abertas e fechadas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para a melhoria das políticas públicas de educação profissional, por meio do conhecimento dos resultados do Pronatec ministrado pelo Campus de Paraíso do Tocantins nos anos de 2012 e 2013.

Não há riscos manifestos decorrentes de sua participação nesta pesquisa. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Distrito Agroindustrial, BR 153, Km 480, Vila Santana, pelo telefone (63) 3361 0300, ou poderá entrar em contato

com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT, Av. NS 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, 109 Norte, Campus Universitário de Palmas, Palmas – TO, Caixa Postal 266, CEP: 77001-090, telefone (63) 3232 - 8023 de segunda a sexta no horário comercial (exceto feriados).

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador do projeto/orientador

Assinatura do coordenador do projeto/pesquisador